

CDU apresenta balanço

40 mil candidatos

A CDU é a força que detém o maior número de candidaturas municipais próprias no plano nacional, revelou a Comissão Coordenadora Nacional. A Coligação Democrática Unitária apresenta mais de 40 mil candidaturas, concorrendo a todos os concelhos do continente e da Madeira e a 14 concelhos dos Açores e, ainda, a 2191 freguesias.

Pág. 7



PCP apresenta propostas para o Orçamento do Estado

Por alterações positivas

Para tentar minimizar os aspectos mais negativos do OE, que favorece o capital financeiro e penaliza os trabalhadores, o PCP bateu-se por propostas de alteração no debate na especialidade. **Centrais**

«Um combate da verdade»

Carvalhas em Grândola no convívio CDU no Litoral Alentejano

Esta campanha é «um combate da verdade contra a mentira», disse Carlos Carvalhas no almoço-convívio regional, de apresentação de candidatos da CDU



no Litoral Alentejano, que reuniu em Grândola cerca de 800 activistas.

Pág. 5

E depois dos talibã?

O vespeiro afegão

O Afeganistão corre o risco de cair numa nova guerra civil. A Aliança do Norte, instalada em Cabul, mostra-se pouco disposta a aceitar um governo «multiétnico» como propõe a ONU.

Pág. 23

22.º aniversário

Parabéns, JCP!

No jantar comemorativo do 22.º aniversário da Juventude Comunista Portuguesa, que se realizou no sábado, em Lisboa, foi anunciado o próximo Congresso da JCP, marcado para o ano que vem.

Págs. 12 e 13

«Comboio da Educação»

A todo o vapor

O *Avante!* juntou-se aos estudantes da Universidade de Coimbra e apanhou para Lisboa o comboio organizado pela Associação Académica. Mais de mil estudantes fizeram-nos companhia.

Págs. 10 e 11

Avante!
Profetários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ºA, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA a portes incluídos)
PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros
EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

14 Quarta-feira

A CGTP recusa assinar o acordo de concertação social quanto à nova fórmula de cálculo das pensões de reforma enquanto persistir o plafonamento dos descontos propostos pelo Governo ● A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considera inaceitável a proposta de aumentos salariais de 2,5 por cento ● Cerca de três mil estudantes manifestam-se frente à Assembleia da República contra o Orçamento de Estado para as universidades ● Um palestino é assassinado durante uma incursão do exército israelita, no Sul da Faixa de Gaza.

15 Quinta-feira

O PCP exige no parlamento uma subida mínima de 7600 escudos nos ordenados da função pública e a retoma da reforma fiscal ● A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado anunciam uma greve para o dia 27 em defesa de aumentos salariais que reponham o poder de compra aos trabalhadores do sector ● Milhares de afegãos da etnia pastune partem em duas colunas de viaturas da cidade paquistanesa de Peshawar para Jalalabad, no leste de Afeganistão ● O presidente argentino, Fernando de la Rúa, inicia uma visita oficial a Portugal de três dias consagrada ao aprofundamento das relações económicas bilaterais entre os dois países.

16 Sexta-feira

A CDU inicia a campanha eleitoral para as autárquicas de Dezembro com uma «jornada nacional de esclarecimento» ● Rui Sá, candidato da CDU à Câmara do Porto, apela a todos os seus congéneres na disputa autárquica para que se unam na criação de um «pacto de regime» na área social ● Quatro bombas lançadas por aviões dos EUA, num ataque sobre o Afeganistão, caem numa zona tribal paquistanesa ● O parlamento macedónio aprova 15 emendas constitucionais exigidas pela minoria albanesa para concluir o processo de paz negociado sob mediação ocidental ● Os ministros da Saúde da UE firmam um acordo político visando a aprovação de uma directiva comunitária que estabelece normas comuns de qualidade e segurança nas doações de sangue.

17 Sábado

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, inaugura, sob contestação popular, o aterro sanitário do Oeste ● Vários polícias ficam feridos em resultado de confrontos

entre grupos de protestantes e católicos, em Belfast ● O eleitorado do Kosovo vai às urnas para escolher os seus representantes à assembleia legislativa no quadro da criação de instituições autónomas provisórias sob o controlo da ONU ● Em Bruxelas, 120 estudantes oriundos de 37 países da Europa debatem, em sessão plenária, o futuro do Velho Continente, no âmbito da III Convenção Europeia dos Estudantes, que se realiza sob a égide da presidência belga da UE.

18 Domingo

Carlos Carvalhas acusa os principais adversários políticos da CDU de recorrerem às «calúnias, à mentira e a falsas promessas», para denegirem o trabalho autárquico realizado no litoral alentejano ● Os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra acampam à porta da escola a fim de demonstrar as dificuldades em arranjar lugar nas aulas do dia seguinte ● Georgi Parvanov, líder do Partido Socialista Búlgaro, vence a segunda volta das eleições presidenciais na Bulgária ● A morte de um dos «braços direitos» de Osama Ben Laden, Mohammed Atef, é confirmada pelo embaixador talibã no Paquistão.

19 Segunda-feira

A CDU insurge-se contra a «utilização perversa» da figura dos grupos de cidadãos eleitores, considerando que muitas delas encobrem «estratégias partidárias, alianças disfarçadas e vinganças de candidatos descontentes» ● Os ortopedistas do Hospital de Faro entram em greve às horas extraordinárias por lhes ter sido reduzido o tempo para operações ● Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE reúnem-se em Bruxelas para discutir o envio de ajuda humanitária para o Afeganistão ● Os EUA acusam a Coreia do Norte, o Iraque, o Irão, a Líbia e a Síria do fabrico de armas biológicas ● O julgamento dos seis polícias sul-africanos acusados de agressão a negros utilizando cães-polícia tem início em Joanesburgo.

20 Terça-feira

O Orçamento de Estado do Governo para 2002 «castiga os portugueses emigrantes e luso-descendentes», afirma a Comissão dos Professores da Área Consular de Frankfurt, Alemanha ● Duas dezenas de pais encerram a Escola Primária n.º 1 da Parede, em Cascais, impedindo a entrada de professores e alunos, em protesto contra a falta de condições de higiene e segurança no estabelecimento ● O exército israelita efectua uma incursão em territórios autónomos palestinos ● O Paquistão encerra os dois últimos consulados dos talibã no território.

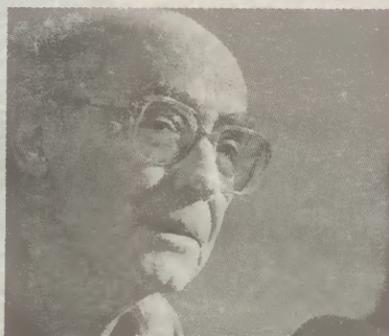
Aconteceu

Contra a guerra

Os escritores José Saramago, Gunter Grass e o dirigente timorense José Ramos Horta são alguns dos signatários de um manifesto divulgado em Francfort e que reclama a interrupção imediata da guerra no Afeganistão.

A poucas horas da manifestação pacifista que se realizou, na passada semana, na capital financeira alemã, os signatários exprimiram no manifesto, promovido por uma ONG, o temor que a intervenção militar no Afeganistão acentue as diferenças entre pobres e ricos no mundo e provoque o ódio contra a civilização ocidental.

O documento foi também assinado pelo dramaturgo britânico Harold Pinter, a



romancista alemã Christa Wolf, o romancista mexicano Juan Villoro, monsenhor Samuel Ruiz Garcia, também mexicano, a francesa Danielle Mitterrand e os activistas dos direitos humanos Rigoberta Menchú (guatemalteca) e Adolfo Pérez Esquivel (argentino).

«No futuro», lê-se no manifesto, «o Ocidente será identificado, não apenas como democracia, estado de direito e bem-estar, como até agora, mas também pela face mais obscura, como a falta de respeito, a arbitrariedade e a violência», diz o documento. Em cada dia de operações militares, a guerra «põe em perigo as liberdades pelas quais, em teoria, se luta».

Protestos no Cadaval

Uma centena de pessoas manifestaram-se sábado junto ao Aterro Sanitário do Oeste, no concelho do Cadaval. No protesto contra a inauguração do aterro, chegaram a haver momentos de alguma tensão, sobretudo quando a GNR impediu a entrada de alguns deputados da Assembleia Municipal do Cadaval alegando que não faziam parte da comitiva.

Apesar dos protestos, o Aterro Sanitário do Oeste foi inaugurado pelo ministro do Ambiente, José Sócrates, na presença dos autarcas de 14

municípios que aquela infra-estrutura vai servir. Em declarações prestadas, Sócrates fez questão de sublinhar que «o aterro do Cadaval servirá 350 mil pessoas» e que, até ao final do ano, «o Oeste não terá lixeiras e cumprirá as normas ambientais que regulam a disposição de lixos».

De acordo com um representante do Movimento pró-informação contra o aterro do Oeste as acções de protesto não vão parar porque existem «várias ilegalidades no processo» que vão continuar a ser denunciadas.



Provedor exige explicações

O Provedor de Justiça pediu na passada semana explicações ao ministro da Saúde, Correia de Campos, sobre a questão do acesso dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal ao Serviço Nacional de Saúde.

Na base deste pedido está o facto de, em algumas zonas, nomeadamente na Administração Regional de Saúde do Norte, ser restringido o acesso de imigrantes

legais aos beneficiários do SNS. Nascimento Rodrigues afirma que, segundo a comunicação social, «o Ministério da Saúde já terá proferido um despacho favorável» mas até hoje ainda não chegou ao Provedor da Justiça qualquer indicação nesse sentido. Também o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte, Albano Ribeiro, já tinha exigido a revisão

da lei de bases da Saúde de forma a que seja reconhecido o direito ao SNS a todos os trabalhadores extracomunitários legalizados.

O sindicalista garantiu que, se o Governo não alterar a sua posição sobre esta questão, o Sindicato promoverá acções de protesto junto da Assembleia da República e levantará o problema junto do Parlamento Europeu e dos Tribunais.

Um retrato da educação

A «II Volta a Portugal» da Confederação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico (Confnaes) começou sexta-feira em Lisboa e percorrerá, até Maio, várias escolas de 13 cidades para fazer um «retrato da educação».

«Vamos pôr a descoberto toda a degradação que existe no ensino em Portugal», garantiu Pedro Alves Gomes, acrescentando: «queremos saber tudo sobre o funcionamento das escolas e as suas infra-estruturas».

Com a «II Volta a Portugal», a Confnaes pretende ainda conhecer e divulgar as carências do ensino e recolher informações sobre a realidade escolar de cada região. A formação de professores será também um tema a analisar. No final, a Confederação promete apresentar um documento com todos os «detalhes e observações reunidas» que depois entregará a todos os órgãos nacionais e regionais implicados na vida escolar.

Estudantes pernoitam em tendas

Os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC) acamparam, domingo, à porta da escola a fim de demonstrar as dificuldades em arranjar lugar nas aulas do dia seguinte.

A vigília marcada pelo Núcleo de Estudantes de Direito da Associação Académica de Coimbra (NED/AAC) prolongou-se até terça-feira e teve como objectivo «conseguir chegar a tempo à sala, de forma a arranjar lugar sentado nas aulas», afirmou à Lusa o vice-presidente do Núcleo, Fernando Gonçalves.

A fim de sublinhar os problemas de superlotação enfrentados pelos alunos, o NED/AAC convocou terça-feira uma greve de zelo a apelar a que os estudantes comparessem nas aulas para evidenciar os problemas.



Crónica Internacional

• Albano Nunes

Alemanha 16 de Novembro

O dia 16 de Novembro de 2001 ficará como um marco negro na história contemporânea da Alemanha. Em ambiente de crise política o Bundestag aprovou, em simultâneo com um dramatizado voto de confiança, a participação da Alemanha, com um contingente de 3900 soldados, em operações militares na Ásia Central. Pela primeira vez desde a 2.ª Guerra Mundial a Bundeswehr obtém luz verde para intervir fora da Europa, a pretexto da «solidariedade ilimitada» da Alemanha com os EUA. O que é tanto mais inquietante quanto os argumentos invocados pelo chanceler social-democrata Gerard Schroeder constituem uma afrontosa afirmação de grande potência, invocando o enorme potencial económico da «grande Alemanha» para enveredar por uma política externa assumidamente intervencionista. É o imperialismo alemão em marcha.

É importante assinalar que esta orientação encontra pela frente a resistência corajosa dos camaradas do PDS e do DKP e de importantes sectores do próprio SPD e dos Verdes, incluindo um número crescente de deputados que, tal como o haviam já feito em relação à Macedónia, se manifestam abertamente contra a guerra de agressão no Afeganistão e mesmo contra o recrudescimento do militarismo alemão. É assim que Schroeder, articulando o voto sobre a participação militar na guerra com o voto de confiança, o que visou foi, não a oposição de direita cujo apoio estava à partida

Com tal gente e tais políticas não há compromisso possível

garantido, mas deputados da própria coligação que não acompanham a deriva militarista do governo.

Tudo isto evidencia uma questão política das mais sérias na actual conjuntura internacional: o papel da social-democracia na realização dos interesses do grande capital e o posicionamento das cúpulas social-democratas em relação às mais cruciais questões do desenvolvimento mundial. Um posicionamento que lembra a antecâmara da 1.ª Guerra Mundial quando a maior parte dos partidos da II Internacional se alinharam com as burguesias dos respectivos países na guerra imperialista de repartilha do mundo.

Ou mesmo os preconceitos anticomunistas e anti-soviéticos dominantes na social-democracia dos anos 30 que facilitaram a ascensão do nazi-fascismo e o desencadeamento da 2.ª Guerra Mundial.

A guerra de agressão à Jugoslávia e a adopção do novo conceito estratégico da NATO aconteceram já num momento em que a grande maioria dos países da União Europeia era dirigida por partidos socialistas e social-democratas ou coligações destes

com a direita. Agora é o que se vê, com o «trabalhista» Blair agindo como homem de mão dos EUA, o «socialista» Jospin a acompanhar Chirac na reivindicação para a França de um maior quinhão na guerra, o «social-democrata» Schroeder, como bom «camarada dos patrões» que é, a arriscar a própria coligação para impor, ao seu partido e aos Verdes, orientações contrárias aos sentimentos dominantes nas bases respectivas. Nem mesmo os «Democratas de Esquerda» italianos parecem capazes de tirar lições da sua vergonhosa derrota e de se juntar aos comunistas e outras forças que lutam contra a guerra e o enfeudamento berlusconiano da Itália aos EUA.

Estamos perante uma situação muito preocupante. As cúpulas da social-democracia, que influenciam também sectores importantes do movimento sindical europeu, estão a contribuir decisivamente para assegurar ao grande capital a base de apoio em que assenta a sua arrogância. Com tal gente e tais políticas não há compromisso possível. A pressão das bases e a luta de massas é a única linguagem que conhecem e é a este nível que é necessário concentrar esforços para a mais ampla unidade na acção contra o terrorismo, o militarismo e a guerra. Unidade na acção que passa necessariamente por demonstrar a íntima conexão do militarismo com os ataques às condições de vida e direitos dos trabalhadores, com os ataques à soberania e independência nacional e, muito particularmente, com os ataques a direitos, liberdades e garantias, a assumirem laivos de autêntica cruzada antidemocrática. Unidade na acção que é condição necessária para libertar milhões da nefasta influência de carreiristas rendidos aos encantos do capitalismo e reforçar o campo das forças da paz, da democracia e do progresso social.

Editorial

A BATALHA ELEITORAL

A pouco mais de três semanas da realização das eleições autárquicas, muitas são as razões para que os comunistas e os seus aliados encarem com confiança os seus resultados. Muitas são, igualmente, as razões que exigem um envolvimento acrescido na batalha eleitoral por parte de todos os activistas da CDU.

É indispensável denunciar uma vez mais, e combater, as práticas de abuso do poder por parte do Governo de António Guterres, traduzidas na utilização de meios públicos em favor dos candidatos do PS e na caça ao voto, bem como o recurso crescente a formas de anticomunismo desenterradas de um passado com quase trinta anos de idade e a ataques pessoais dirigidos a candidatos da CDU. (Assim, as críticas feitas por Guterres, no almoço dos candidatos do PS, às campanhas baseadas «nos ataques pessoais e romances de cordel», só podem ser entendidas como um exercício de autocritica.)

Se acrescentarmos a isto, o silenciamento quase total a que certos órgãos da comunicação social têm vindo a sujeitar a actividade da CDU, torna-se ainda mais evidente a necessidade de

“Batalha de incontestável importância, que exige a intervenção activa do colectivo partidário”

envolvimento determinado do colectivo partidário na batalha em curso.

As razões para encarmos os resultados eleitorais com confiança são visíveis no exemplo de trabalho e obra realizados pela CDU, na sua intervenção constante na defesa dos interesses das populações, na sua prática de sistemática defesa, enriquecimento e valorização do Poder Local Democrático. E nas listas apresentadas.

Falam por si, os dados sobre as listas da CDU divulgados esta semana pela Comissão Coordenadora Nacional e a que a presente edição do «Avante!» dá o devido destaque.

Mais de quarenta mil homens, mulheres e jovens integram as listas da CDU – e fazem-no assumindo o compromisso de dedicarem a sua capacidade, a sua inteligência, o seu saber à luta pela resolução dos problemas das populações. Acresce que 60% do total dos candidatos que encabeçam listas municipais desempenham pela primeira vez essa tarefa – o que diz bem sobre as medidas de rejuvenescimento e renovação adoptadas e sobre o esforço conseguido de assegurar a continuidade do trabalho, da honestidade, da competência que singularizam a CDU. Digno de realce é, igualmente, o facto de ter aumentado (em relação a 1997) o número de mulheres como cabe-

ças de lista aos órgãos municipais e de a presença de mulheres corresponder a 27% do total dos candidatos – dados positivos, como sublinha a Coordenadora Nacional da CDU (especialmente se comparados com as restantes forças políticas), e que impõem a necessidade futura de maiores progressões. Importa também realçar a significativa presença de candidatos independentes (mais de 41% do total) – presença que, confirmando a CDU como um espaço democrático aberto e plural, desmente os que defenderam as listas de cidadãos eleitores como forma exclusiva de participação de independentes (tanto mais que, e como era de prever, as listas apresentadas não passam, na sua maior parte, de camufladas estratégias partidárias e vinganças de candidatos descontentes).

O êxito na confirmação e no reforço das posições da CDU no Poder Local – objectivo geral definido para estas eleições – decorre, essencialmente, da dimensão e da amplitude desse envolvimento, na medida em que esse objectivo geral será a soma de múltiplos e diversificados objectivos locais. Nuns casos, trata-se de lutarmos pela consolidação e reforço das actuais maiorias CDU; noutros casos, é nosso objectivo ganhar novas maiorias (inclusive reconquistar maiorias perdidas em anteriores eleições); noutros casos, ainda, a luta é pelo aumento do número de eleitos da CDU; outros casos há em que o objectivo é a eleição do primeiro elemento da CDU para este ou aquele órgão autárquico; e nas situações em que nenhum dos objectivos acima referidos se afigura alcançável, mesmo aí, coloca-se-nos a questão de lutarmos pelo aumento da votação nas listas da CDU – com a ideia de que cada voto obtido, seja em que situação for, se reveste de assinalável importância com vista à obtenção do objectivo geral.

Trata-se, assim, de uma batalha de incontestável importância e que, por isso mesmo, impõe a intervenção activa, em todo o País, de todo o colectivo partidário. Para que, a 16 de Dezembro, nenhum eleitor da CDU falte com o seu voto.

Lisboa é, como se sabe, o único município em que a CDU, como tal, não concorre. Na capital, o PCP, o PEV e a ID integram, juntamente com o PS, a Coligação Amar Lisboa. Para os militantes comunistas, para a generalidade dos activistas da CDU, trata-se de uma batalha igual à que se trava em qualquer outro município do País: uma batalha a exigir a intervenção activa e confiante do colectivo partidário de forma a assegurar a vitória da Coligação Amar Lisboa e o prosseguimento, no próximo mandato, do bom trabalho até agora realizado – melhorando-o, como é sempre e em todo o lado nosso objectivo e nossa preocupação.

Os lisboetas sabem, por experiência sofrida, o que significaram os dez anos de maioria PSD/CDS, a devastação a que a capital foi submetida, o desprezo a que foram votados os interesses e os direitos de quem vive e trabalha em Lisboa – e conhecem as transformações positivas operadas na cidade, de 1990 até ao momento actual. E estas são, também, razões bastantes para encarmos a batalha eleitoral em Lisboa com a confiança, a determinação e o empenhamento que a sua importância exige.

Actual Contra ideias feitas

• Vítor Dias

À beira das eleições autárquicas, a recente edição pelo STAPE do estudo sobre a caracterização dos eleitos em 1997 para os órgãos do poder local (e que agora vão terminar os seus mandatos) proporciona numerosas informações e suscita úteis reflexões que não cabem no espaço desta crónica.

Mas, sem jactância e antes com aguda e obrigatória consciência do muito caminho que nos falta percorrer, pode desde já observar-se que, em importantes indicadores, a CDU não se sai nada mal por comparação com as outras forças políticas.

Com efeito, embora este meritório estudo desta vez omita estranhamente esses dados, sabe-se por outros trabalhos que, no mandato 1997-2001, a CDU continuou a ser a força com maior percentagem de mulheres entre os seus eleitos, no contexto de um positivo mas insuficiente acréscimo

da percentagem de mulheres entre o total nacional de eleitos (de 7,7% no mandato 93-97 para 11,3% no mandato ainda em curso).

Quanto à composição social dos eleitos locais, e citando as classificações do estudo, é de referir que a CDU continua a ser - e de forma destacada - a força com maior percentagem (22,4%) de «operários, artífices e operadores de máquinas». Repare-se porém que este dado não impede que, ao mesmo tempo, a CDU tenha também as maiores percentagens de «pessoal administrativo e

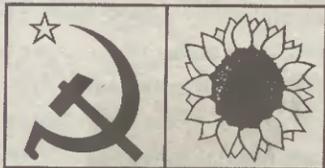
similares, pessoal de serviços e vendedores» (12,7%), de «técnicos e profissionais de nível intermédio» (9,9%), e que nos «especialistas das profissões intelectuais e científicas» tenha 17,5% (apenas meio ponto abaixo do PS).

Quanto à estrutura etária, é de assinalar que, desmentindo tantas ideias

feitas, não havendo grandes diferenças entre os diversos partidos, se regista entretanto que nos dois universos com maior número de eleitos - as AM e as AF - é a CDU que tem uma maior percentagem (6,9%) de eleitos no escalão 18-24 anos e que são o PSD e o CDS que têm a maior percentagem de eleitos com mais de 60 anos.

É ainda de salientar como elemento que confirma uma atitude de abertura que se traduz no exercício concreto de responsabilidades, que os independentes, que representam 6,2% do total nacional dos eleitos, são 9,9% nos eleitos pela CDU.

Verá pouco quem, em tudo isto, só conseguir ver números. Na verdade, nestes dados sobre os eleitos da CDU em 1997 e nos dados sobre as listas da CDU para o próximo mandato, o que se desvenda são critérios de alargada participação democrática, um empenhado esforço de diálogo com a sociedade e uma distintiva forma de estar na vida política que são inseparáveis da obra e do projecto autárquicos do PCP e da CDU.



Casa assombrada

• Carlos Gonçalves

Formalmente há uma trégua entre os barões do PSD até às eleições autárquicas de 16 de Dezembro, mas dos últimos dias fica a notícia dos fantasmas que se vão movimentando, mais ou menos sorrateiros, para ocupar a melhor posição à partida de mais uma guerra intestina.

O XXIV Congresso será nos primeiros meses de 2002 e decidirá a questão da liderança na perspectiva das legislativas - que «by the book» serão em 2003.

E decidirá num quadro em que o Governo PS, recauchutado na área das finanças pela SEDES, recuperou as boas graças dos banqueiros, por acaso beneficiados pelo OE na bagatela de quase duzentos milhões de contos.

Decidirá quando muita clientela do PSD, que se passou para o lado do PS em 1995 e que agora devia estar de volta na perspectiva do fim da «travessia do deserto», se mantém neutralizada por Jobs e prebendas.

Decidirá num quadro, que ameaça perdurar, de bambúrio guterrista - que voltou a preterir o declínio do Governo por razões absolutamente exógenas - neste caso com a desculpa do 11 de Setembro.

Decidirá à beira dum ataque de nervos, depois de tantas «oportunidades perdidas» por Durão Barroso e na contingência das autárquicas nada alterarem de significativo entre PS e PSD.

Assim, o clima de pré-Congresso vai-se tornando mais pesa-

do, qualquer erro ou atraso pode ser a «morte do artista» e qualquer facto político pode provocar uma espiral de desacatos.

Por isso não é líquido que o ataque de Marcelo à Assembleia e ao PR, com pretexto na votação da LPM, não tivesse em vista levar Barroso a estatelar-se estrondosamente.

Não é claro se a falta de Duarte Lima na votação do OE resultou de qualquer negociata ou chantagem, ou dum ajuste de contas interno para deixar Barroso na desgraça.

Não é credível que a recém-descoberta fidelidade de Santana Lopes a Barroso seja mais que um sofisma para o responsabilizar por próximas derrotas e para de novo o trair.

Nem é certo que Cavaco, ao convocar um «levantamento» nas autárquicas para derrubar o Governo PS, esteja apenas na corrida a Belém, ou também a preparar a queda próxima do Barrosismo.

E já não espanta que todos eles, Cavaco, Marcelo e Marques Mendes, António Borges e Santana Lopes, sejam os fantasmas de Barroso e do PSD, muitas vezes uns realíssimos lacaios das bruxarias do PS e sempre autênticas assombrações de grandes interesses numa interminável guerra pelo poder e as suas mordomias, numa ópera bufa fantasmagórica que nada tem a ver com os problemas reais do país e dos portugueses.

São espectros, aparecendo e desvanecendo-se em rodopio e fazendo do PSD uma casa assombrada.



Os anónimos

• Leandro Martins

O Afeganistão acaba por ser tema incontornável, mesmo que haja dezenas de outros à escolha e à espera de uma palavra de comentário. A chamada guerra ao terrorismo, na qual, a pretexto desse combate se prepara uma nova ordem no mundo, sob a dominação imperialista dos Estados Unidos e do seu cortejo de aliados, é a envolvente da vida que hoje se vive e da política que se pensa e se faz. E, embora sob protesto de todos os que, pelo mundo, procuram contrariar a escalada da guerra e lutam pela paz, a gente assiste ao desenvolver de uma avalanche, aparentemente imparável. A seguir aos bombardeamentos e à destruição vêm os massacres. Os mortos não têm nome. Diz-se deles que são homens, mulheres e crianças. Apenas quando se trata de jornalistas - isto é, de «ocidentais»,

disfarçados ou não de burkas, presos ou assassinados - é que lhes conhecemos a identidade. Do povo anónimo a história fala dele a esmo, às centenas, aos milhares. Essas centenas, esses milhares de oprimidos que hoje vêm à ribalta, se sobreviveram, mostram a cara e a voz a pedir emprego, dignidade, liberdade. Que, ontem refugiados, tornam ao caminho da casa destruída aos lugares vazios de gente que pereceu sob o terror dos talibãs ou do terror dos Estados Unidos. Interrogando-se sobre o próximo terror.

A Aliança do Norte, saca de virtudes, onde se acoitavam os mesmos terroristas que os Estados Unidos ajudaram para a destruição da Revolução afgã, também já não presta. Há uma semana, desde que esses grupos avançaram sem licença do dono e começaram a exigir que os estran-

geiros invasores deixassem o território, os jornais começaram a deixar de admirá-los e a revelar o que têm escondido: que entre os talibãs pastunes e os tadjiques e uzbeques da «Aliança», tudo gente armada e treinada pela CIA e pelo Paquistão, que venha o diabo e escolha.

A guerra está longe de terminada. Os EUA prometem próximos episódios e Colin Powell já nomeou os inimigos para depois de amanhã - Irão, Iraque, Sória, Coreia do Norte, etc. E Donald Rumsfeld já avisou: «Não queremos prisioneiros.» São sempre de levar a sério estes avisos.

Menos a sério se poderá levar Romano Prodi a dizer ao Diário de Notícias que o «governo afgão não pode ter terroristas». Então com quem pensam estes infáveis políticos fabricar um governo afgão? Com os anónimos que não são reis nem sequer chefes tribais? Com os sobreviventes do holocausto anticomunista e contra-revolucionário?



Frases

“A proposta de Orçamento do Estado de 2002 foi muito bem recebida pela banca. Ouvida antecipadamente pelo Governo, as suas disposições viram-se reflectidas num conjunto de reivindicações alvo de intensa correspondência entre a equipa das Finanças e da Associação Portuguesa de Bancos”

(João Ramos de Almeida, Público, 19.11.01)

“A reforma fiscal tributou as provisões da banca. O sector reagiu e tentou uma alteração. O Governo negou. Depois, Vítor Constâncio veio concordar com a banca. E o Executivo passou a mostrar-se disponível”

(Idem, ibidem)

“Pode argumentar-se que o secretismo ou não secretismo da Maçonaria só aos maçons diz respeito. Assim seria, caso não fôssemos confrontados regularmente com notícias que dão conta de interferências da Maçonaria na política, na administração pública e na sociedades civil”

(Helena Matos, Público, 17.11.01)

“Ambos (PS e PSD) deixaram instalar a ideia de que é absolutamente indiferente quem está no poder porque os políticos e os partidos são todos iguais. Estão, afinal, a jogar o jogo do escorpião, que morre com o seu próprio veneno”

(Eduardo Dâmaso, idem)

“Habitúamo-nos a chegar ao final do ano com uma despesa na Saúde muito superior à prevista, sem que seja dada qualquer explicação sobre esse desfasamento. Tem sido o tanto-faz (...) sempre justificado a bem da Saúde e esta é a mentira que pior faz à Saúde”

(Francisco Azevedo e Silva, Diário de Notícias, 17.11.01)

“Não há grande diferença estrutural entre o homem do Paleolítico e o da nossa era. Em qualquer rumo civilizacional, o homem poderá tornar-se o bárbaro mais sinistro se não for controlado colectivamente”

(Cláudio Torres, Diário de Notícias, 18.11.01)

“Será que o Banco de Portugal e o Governo de António Guterres exercem as respectivas funções no mesmo país? Há fortes razões para duvidar que assim seja. Ontem, o banco central voltou a escaqueirar a política orçamental dos últimos anos e lançou sérios avisos para os tempos mais próximos”

(Paulo Ferreira, Diário Económico, 15.11.01)

“Antiamericano constitui a única tradução possível para um espantoso conceito criado, de facto, nos Estados Unidos: unamerican. Foi usado pelos srs. McCarthy, Richard Nixon e quejandos para, nos anos 50, silenciarem americanos como Orson Welles, Robert Oppenheimer, John dos Passos, Martha Graham, William Dubois, Leonard Bernstein, Arthur Miller e etc., etc., etc.”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 16.11.01)

“Quanto a mim, a União Europeia, enquanto projecto, acabou. O próximo alargamento será a machadada final. E se alguém pensa que os Estados Unidos e a Inglaterra o lamentam, está muito enganado.”

(Manuel Villaverde Cabral, idem)

- Gustavo Carneiro
texto
- Jorge Caria
fotos



Carlos Carvalho no almoço regional do Litoral Alentejano, em Grândola:

«Temos propostas, não fazemos promessas!»

O secretário-geral do PCP esteve em Grândola no domingo, onde participou no almoço regional de apresentação dos candidatos do Litoral Alentejano, que juntou cerca de 800 activistas da CDU.

«Agora o mais importante é contactar com as populações, mostrando-lhes com verdade a obra feita, as nossas propostas – que não são promessas, como os nossos adversários, são propostas para cumprir –, ouvir com atenção as sugestões e as críticas e tentar ainda, na medida do possível, responder a elas» afirmou Carlos Carvalho.

O secretário-geral do Partido considera que, a contrastar com esta postura, os adversários da CDU não olham a meios nestas eleições: «São as calúnias, a mentira, as promessas e mais promessas», recorrendo a tudo o que possa ser útil, como os «boys, os governadores civis, os sacos azuis, a propaganda de milhares e milhares de contos, que nós gostaríamos de saber de onde é que vêm». Estes excessos na utilização da propaganda é considerada pelo secretário-geral do PCP como uma ofensa a «tantos e tantos cidadãos e tantas famílias que não têm, ainda hoje, um nível de vida digno». Quanto à CDU, fará uma campanha discreta, modesta, «naturalmente procurando apresentar alguns meios, mas sobretudo dirigidos à inteligência, à sensibilidade das populações, com verdade, porque a verdade, para nós, é revolucionária».

O secretário-geral – que surgia na mesa acompanhado pelos cabeças de lista às câmaras e assembleias municipais da região, por dirigentes regionais do Partido e por membros da Juventude CDU – apelidou a campanha eleitoral de «combate da verdade

contra a mentira, da serenidade contra a provocação, da divulgação da obra feita contra o negativismo», considerando que a CDU pode ir para as eleições com a cabeça levantada, «porque honramos os nossos compromissos, porque temos obra feita, porque temos um grande projecto

autárquico em que levamos à prática a democracia da participação».

Carlos Carvalho não deixou de apelar aos trabalhadores para que atentassem nas propostas do Governo inscritas no Orçamento de Estado para o próximo ano, onde o poder de compra dos trabalhadores da administração pública nem sequer é reposado. Daí o apelo de Carvalho aos trabalhadores da administração pública de todo o País, bem como aos reformados e aos jovens, «para que em 16 de Dezembro, com o seu voto, digam não a essa proposta, não a esta política, não a este Governo».

Todos contra a CDU

Vítor Proença, vereador e candidato à presidência da Câmara de Santiago do Cacém, que substituirá, uma vez eleito, o actual edil, Ramiro Beja, apelou à participação de todos na campanha, que se prevê «muito dura em cada um dos municípios, porque estão todos contra a CDU». O candidato prosseguiu, afirmando que os «adversários recorrem às formas mais desonestas que se pode imaginar para atacar a CDU, desvalorizar o valioso

trabalho desenvolvido, espalhar a confusão e a desconfiança», utilizando para isso «o Governo Civil, os meios da Administração Central, os serviços da Segurança Social, utilizando desonestamente os centros de emprego, os próprios instrumentos que o Governo tem ao seu alcance».

Face aos constantes ataques à CDU, Vítor Proença

reafirmou que o que está em causa nestas eleições é a «avaliação das políticas municipais», rejeitando em seguida que se responsabilize e CDU e as autarquias «pelos gravíssimos problemas que afectam os portugueses», dando o exemplo do Euro, que é o único factor comum entre Portugal e os restantes países da União

Europeia, pois «não são comuns os salários». «Gabam-se de estarmos no pelotão da frente para a Moeda Única, mas não estamos no pelotão da frente nas pensões e reformas, nem na saúde, na agricultura, nos apoios às escolas.»

Em seguida, o candidato à presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém,

apontou as principais linhas de intervenção da CDU para a região, num quadro de cooperação intermunicipal, conducentes ao desenvolvimento do Litoral Alentejano, só possíveis com a continuação da CDU à frente das autarquias a que preside e com a conquista da presidência da única em que não é maioria – Odemira.

Vítor Proença, candidato à Câmara de Santiago do Cacém:

«Os adversários da CDU sofrem de um vazio de ideias»

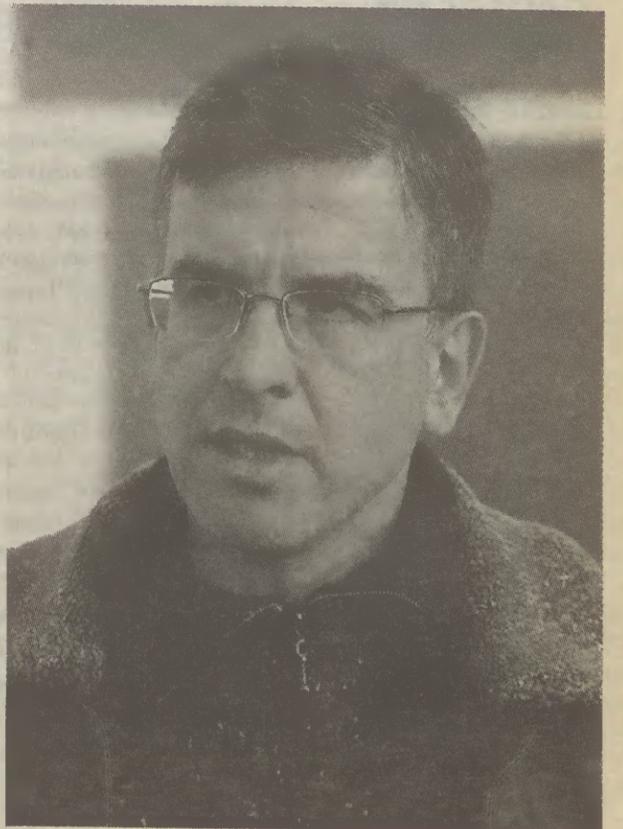
«A CDU é a única força política que apresenta propostas concretas», afirmou ao *Avante!* Vítor Proença, candidato à presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, à saída do almoço regional da CDU do Litoral Alentejano. Quanto aos adversários, «sofrem de um vazio de ideias», limitando-se a criticar a gestão da CDU por todos os meios, incluindo a mentira e o recurso ao aparelho governamental, disse. Como exemplos desta última situação, Vítor Proença contou que, numa aldeia da região, fez-se o encerramento de um curso de formação profissional e o director do Centro de Emprego de Sines, que é também candidato do Partido Socialista à Assembleia Municipal, apareceu acompanhado dos cabeças de lista do PS à Câmara e à Assembleia de Freguesia, tendo-se dado uma situação semelhante numa instituição de Santa Cruz, onde o Governador Civil apareceu acompanhado dos candidatos socialistas à Câmara e Assembleia de Freguesia.

Como exemplos de calúnias, o candidato referiu as recentes acusações ao presidente da Câmara Municipal de Sines, o médico Manuel Coelho, no caso de um aborto de uma toxicodependente. «O que aconteceu em Sines é um crime», disse. «Porque se trata de um homem com provas dadas do ponto de vista da sua idoneidade como médico, da sua ética, da sua forma de estar na vida.» Vítor Proença entende que esta situação apenas pretende denegrir a imagem da CDU e de Manuel Coelho, que já por diversas vezes afirmou desconhecer a gravidez da sua paciente e que contou com a solidariedade imediata da população do concelho.

Contrastando com a falta de propostas – e de ética – dos opositores, a CDU aposta forte em políticas intermunicipais, como a adopção de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, a ser assumido pela Associação de Municípios, e que aponte linhas e intervenções para o desenvolvimento da região em vários campos e que parta das propostas da CDU já

existentes para cada município. A substituição do PROTALI – Plano de Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano, que «amarra a região e impede o desenvolvimento» –, a dinamização de uma rede cultural regional, a criação de siste-

mas intermunicipais de gestão da água e de tratamentos de águas residuais são as restantes propostas da CDU para, num esforço conjunto, combaterem as lacunas existentes por falta de investimento do Poder Central na região.



ALMADA 70 candidatos jovens

O cantor e compositor Jorge Palma participou na apresentação dos candidatos jovens aos órgãos autárquicos do concelho de Almada. Sozinho no palco, ora ao piano ora à guitarra, Jorge Palma deliciou as centenas de pessoas que estiveram presentes na iniciativa, realizada na centenária Incrível Almadense, na passada sexta-feira. Antes do concerto de Jorge Palma, passaram pelo palco o saxofonista Mário Gramago – que tocou versões de temas célebres da música portuguesa e clássica –, Bruno Dias, que falou em nome dos 70 candidatos jovens que a CDU apresenta às próximas eleições e a candidata a presidente da Câmara Municipal de Almada, Maria Emília de Sousa. A autarca, visivelmente emocionada com a forte presença juvenil nas listas da CDU, alertou para as mentiras que irão correr até às eleições. «Se fosse só o trabalho que estivesse em causa, nem era preciso fazer campanha», afirmou.

LEIRIA Apresentação das listas

No passado dia 16, realizou-se a apresentação dos candidatos da CDU ao município de Leiria. Ana Rita Carvalhais, cabeça de lista à Câmara, expôs as propostas da coligação para o problema do trânsito, da reabilitação urbana bem como a necessidade de maior investimento nas freguesias com vista à resolução dos problemas do abastecimento de água e do saneamento. Criticando os «PSD's» que aparecem hoje envolvidos em projectos pessoais, a candidata apelou ao reforço da CDU, a força que faz a diferença. Rui Fernandes concordou com a candidata, referindo que a actual presidente da Câmara «gostaria de ver o concelho todo pintado de laranja», considerando que «quem fala assim ignora a beleza do arco-íris», afirmando que o concelho precisa da intervenção qualificada da CDU.

PONTE DE SÔR Governo despreza concelho

A CDU de Ponte de Sôr acusou o Governo do PS de desprezar o concelho, garantindo-lhe cada vez menos verba do Orçamento de Estado. O concelho de Ponte de Sôr surge em oitavo lugar, nos cerca de 14 concelhos do distrito de Portalegre. Para a CDU, este facto desmente os argumentos «dos que dizem que o concelho tudo tem a ganhar por ter uma Câmara da mesma cor do Governo. Nos projectos que abrangem mais do que um concelho, Ponte de Sôr só aparece indirectamente abrangido pela EN244, estrada que cruza o concelho apenas durante um quilómetro. Por fazer ficam o IC13, a renovação da linha do leste, as variantes, o nó de Montargil, a ampliação do Centro de Saúde, a melhoria do quartel dos Bombeiros, entre outros.

Carlos Maurício, candidato da CDU
à presidência da Câmara do Barreiro, ao *Avante!*:

«Afirmar um concelho renovado»

O *Avante!* solicitou a Carlos Maurício um depoimento sobre o seu concelho. Nesse texto, o candidato refere o que de mais importante foi feito e o que está projectado fazer-se. E acredita que os barreirenses saberão avaliar a obra realizada e escolher a força política que tem condições de manter o Barreiro no caminho do progresso, a CDU.

«A CDU confia na capacidade dos munícipes barreirenses, para avaliar, com justiça, o seu trabalho e a sua obra, no processo de transformação do Barreiro, no caminho da modernização e do progresso do concelho.

«Com a participação da população e uma gestão autárquica criteriosa, superámos a grave crise económica que o Barreiro enfrentou nas últimas décadas, de desarticulação do sector produtivo do concelho, resultante da políticas de sucessivos governos do PS e do PSD.

«Os munícipes usufruem, hoje, de novos equipamentos colectivos, infra-estruturas e serviços.

«A actividade económica estimulou-se num claro sinal de confiança dos agentes económicos.»

Conclusões de um Estudo de Diagnóstico a 305 concelhos do País (Market test 2001, INR/Censos 2001), fornecem indicadores que confirmam de forma objectiva e inequívoca que o Barreiro progrediu e modernizou-se.

«A CDU é a única
força capaz
de gerir
as autarquias
do Barreiro»

«Os índices confirmam a realidade do Barreiro, entre 305 concelhos do País: global (29.º), rendimento (30.º), conforto (30.º) – 13.º na Região de Lisboa e Vale do Tejo, saúde (25.º), ensino (27.º), comércio (30.º).

«Nos 9 concelhos da Península de Setúbal, encontra-se em 4.º lugar em todos os índices.

«Estes indicadores contrariam afirmações falsas, com que os nossos adversários políticos ditos “amigos do Barreiro”, brindam a nossa terra: estagnação, retrocesso,

cinzentismo, imobilismo, miserabilismo.

«Com a CDU, a modernidade e o progresso do Barreiro são uma realidade.

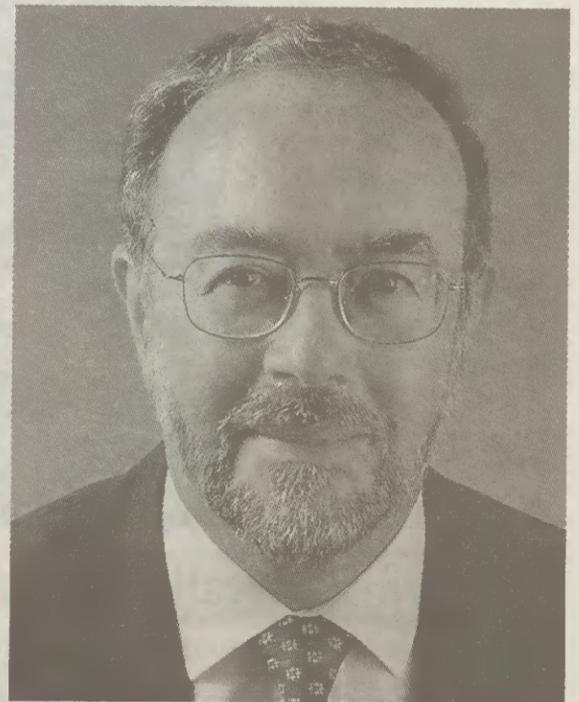
«Afirmar o Barreiro como um concelho renovado, que se abre e projecta como pólo dinamizador, na Região e no País, é o objectivo central da CDU.

«Reforçaremos o nosso trabalho em cinco áreas de intervenção prioritária: Barreiro moderno, espaço de cultura, seguro, saudável, que estreita a ligação ao rio.

«Construiremos um caminho para o futuro, participado pelos munícipes barreirenses – o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.

«Praticaremos um estilo de trabalho próprio – “Uma administração autárquica mais participada”.

«Estou certo que os Barreirenses continuarão a saber distinguir, de forma manifesta e reforçada, a CDU, como a única força política com condições para continuar a gerir as autarquias do Barreiro e a abrir caminho a uma nova etapa do desenvolvimento sustentável do concelho.»



48 projectos

«No Programa Eleitoral, destaca-se um conjunto de 48 projectos e obras, quer da competência da Câmara quer do Governo, determinantes para um novo e vigoroso impulso ao progresso e modernização do Barreiro e à melhoria da qualidade de vida dos barreirenses.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Barreiro

«Plano determinante para o futuro do Barreiro que será elaborado através de um Fórum participado pela comunidade local. Reflete o querer dos barreirenses e define as estratégias de desenvolvimento do concelho do Barreiro, equilibrando o bem-estar das pessoas, a vitalidade económica e a qualidade do ambiente.

Agência de Desenvolvimento Local

«Partirá da experiência do Gabinete de Apoio ao Empresário da Câmara Municipal, com os estatutos em elaboração. Será constituída por agentes e entidades intervenientes no desenvolvimento do Barreiro e, através de parcerias, contribuirá para o aumento da competitividade do concelho.

Observatório Económico e Social

«Constituído por entidades locais e órgãos existentes em que a Câmara Municipal já participa, aprofundará o conhecimento da situação económica e social do Concelho, formulará propostas e acompanhará devidamente a sua concretização.

Plano de Reconversão da Zona da Quimiparque

«Projecto participado que terá por base o Estudo de Diagnóstico já em elaboração pela Câmara Municipal. Alavanca de desenvolvimento e requalificação da cidade ao serviço do Barreiro e do País, gerador de emprego e da promoção do concelho. Que promove as actuais indústrias, estuda novas localizações e a defesa dos postos de trabalho.

«Que assegure a ligação harmoniosa à zona urbana da cidade, com ligação rodoviária entre as freguesias do Barreiro e Lavradio, já prevista no PDM. Com utilização pública da frente rio e do porto para lazer, recreio, comércio e restauração.

«E que preserve a memória e os elementos mais significativos do Património Industrial e Sociocultural do Barreiro.

Passagem desnívelada da Rua da Recosta

«Obra, da responsabilidade do Governo, complementar da construção do terminal inaugurado em 1995. Tem já elaborado um projecto, participado pela Câmara, entregue no Ministério do Equipamento Social em 1985. O projecto foi alterado pela REFER e apreciado pela autarquia em 2001.

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

«Obra fundamental para qualidade ambiental do Concelho do Barreiro e do rio Tejo. A candidatura, no valor de 6 milhões de contos, foi apresentada ao Ministério do Ambiente em Setembro de 1998. Aguarda aprovação.

Plano de Requalificação de Alburriça e Mexilhoeiro e do Parque Ribeirinho

«Continuar a melhorar as condições de utilização. Elaborar Plano de Requalificação e Ordenamento participado para concretização de candidatura aos Fundos Comunitários.

«A CDU acredita que os munícipes barreirenses revêem as suas aspirações no seu Programa Eleitoral para o Barreiro.»

Carvalhas no Montijo

• José Augusto

Carlos Carvalhas deslocou-se a Atalaia, no Montijo, para jantar com apoiantes da CDU daquela freguesia, que desde o 25 de Abril tem estado sob gestão socialista. Foi na noite de segunda-feira, na sede do Rancho Folclórico Juventude Atalaiense. Ladeado por Álvaro Saraiva, candidato à presidência da Câmara do Montijo, e Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central, bem como de outros responsáveis do Partido, o secretário-geral dos comunistas portugueses falou para uma sala cheia de apoiantes da CDU. Após o jantar, Carvalhas esteve no Grupo Desportivo Vulcanense FC, onde foram apresentados os candidatos da CDU à Junta de Freguesia de Alcochete.

O secretário-geral do PCP afirmou que um «bom resultado eleitoral está ao nosso alcance, se nos empenharmos com confiança, determinação e sem arrogância, se movermos

um combate pela verdade contra a mentira, contra a prepotência, por um Montijo moderno».

Referindo-se à desastrosa gestão socialista da Câmara do Montijo, o secretário-geral lembrou que as «promessas foram muitas, mas quem ficou a ganhar foram os promotores imobiliários». Quanto ao slogan socialista «prometi e cumpri», mais correcto seria substituí-lo por «menti e cumpri».

Álvaro Saraiva, o candidato que a CDU escolheu para recuperar a presidência da Câmara do Montijo, realçou que a coligação é a única força política que se apresenta a votos em todas as freguesias do concelho. No entanto, afirmou, a «batalha eleitoral não será fácil pela diferença de meios», mas «estamos confiantes na vitória». A dureza da batalha que se avizinha, frisou o candidato, decorre do facto de o «Partido Socialista utilizar o aparelho autárquico e um

jornal local na sua campanha» e de a actual presidente da Câmara «se julgar acima da lei».

Álvaro Saraiva acusou os socialistas de não «terem feito praticamente nenhuma das obras que prometeram» e divulgou uma longa lista de promessas socialistas que não foram cumpridas, para chegar à conclusão que os socialistas que encabeçam a Câmara do Montijo «não fizeram praticamente nada por este concelho». «Somos capazes de um bom trabalho, e de encontrar as melhores soluções para o concretizar», assegurou o candidato da CDU, que garantiu ter como preocupações fundamentais a segurança, a animação cultural e desportiva, a dinamização do comércio, a reivindicação de um novo hospital e a preservação do Cais dos Vapores. A palavra de ordem da campanha já está escolhida: «Recuperar, Reparar, Remover, Respeitar».

CDU apresenta balanço

O maior número de candidaturas próprias

A CDU é a força que detém o maior número de candidaturas municipais próprias no plano nacional, revelou a Comissão Coordenadora Nacional da CDU, em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira.

Concorrendo a todos os concelhos do continente e do Arquipélago da Madeira e a 14 dos 19 concelhos dos Açores – e a 2191 freguesias –, a CDU apresenta mais de 40 mil candidaturas «dispostas pela sua intervenção a garantir com determinação e combatividade o trabalho com vista à resolução dos problemas das populações», afirmou Jorge Cordeiro, lendo a declaração da Comissão Coordenadora Nacional.

Depois de apelar às outras forças para divulgarem os dados relativos às suas candidaturas, Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do PCP – que surgiu na mesa ladeado por Vítor Dias, do mesmo organismo, André Martins, do PEV, António Gonçalves, da ID, e pela independente Deolinda Machado – registou o «significado político das oito coligações formais estabelecidas pelo PS com o CDS/PP na Madeira e dos acordos que, sob disfarce de candidaturas de cidadãos eleitores, escondem acordos entre estes dois partidos em Vila Verde, Montemor-o-Novo e Aguiar da Beira».

Na declaração, destacou-se o facto de, nas listas municipais da CDU, 41 por cento dos candidatos serem independentes. Sobre isto, Jorge Cordeiro afirmou que a presença expressiva de candidatos independentes «constitui por si o mais veemente desmentido aos que precipitadamente se apressaram a apresentar as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos eleitores como forma exclusiva de participação de independentes», desmentido reforçado pela «utilização perversa de que

foi objecto esta nova forma legal de intervenção eleitoral bem patente no facto de, nas cerca de duas dezenas destas candidaturas, predominarem as destinadas a encobrir estratégias partidárias, alianças disfarçadas e vinganças de candidatos descontentes».

60 por cento dos cabeças de lista estreiam-se nessa posição

Dados positivos

Outro registo «positivo» é o aumento do número de mulheres que, no global das candidaturas municipais, asseguram 27 por cento destas – contrastando com os 23 pontos percentuais de 1997. Também nos primeiros lugares das listas, a participação feminina passou de 83 cabeças de lista, há quatro anos, para 90. Para a Comissão Coordenadora Nacional da coligação, este resultado constitui a melhor resposta aos que, «esgrimindo demagogicamente a imposição da lei das quotas como exemplo de convívio interesse na participação das mulheres, rapidamente o esquecem quando se trata de, por vontade própria e soberania de decisão, agirem em conformidade».

Destacada foi também a renovação e rejuvenescimento das candidaturas da CDU, expressas na presença de 2452 (19 por cento) candidatos municipais com menos de 30 anos – incluindo 30 cabeças de lista – e no número de candidatos – mais de 60 por cento – que pela primeira vez encabeçam as listas municipais.

Reafirmando a sua postura de manter a sua campanha assente em critérios de verdade, de esclarecimento e apelo à reflexão dos eleitores, a CDU reiterou ainda a

«O PS surge coligado com o PP em onze concelhos, formalmente ou sob a capa de candidaturas independentes», afirmou Jorge Cordeiro



Candidatos da CDU às Câmaras e Assembleias Municipais

Composição Etária	CM		AM		Conjunto CM+AM	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até aos 30 anos	644	20,6%	1.808	19,0%	2.452	19,1%
31 a 40 anos	515	16,5%	1.677	17,0%	2.192	17,0%
41 a 50 anos	905	29,0%	2.531	26,0%	3.436	26,7%
51 a 60 anos	713	22,8%	2.165	22,0%	2.878	22,4%
mais de 61 anos	347	11,1%	1.552	16,0%	1.899	14,8%
Composição Social						
Operários	561	18,0%	2.835	29,0%	3.396	26,4%
Empregados	764	24,5%	2.449	25,0%	3.213	25,0%
Agricultores	88	2,8%	270	3,0%	358	2,8%
Intellect / Q. Técnicos	1.053	33,7%	1.646	17,0%	2.699	21,0%
Peq.e Médios Empresários	251	8,0%	662	7,0%	913	7,1%
Estudantes	185	5,9%	553	6,0%	738	5,7%
Diversos	222	7,1%	1.318	14,0%	1.450	12,0%
Composição por sexos						
Homens	2.252	72,1%	7.146	73,0%	9.384	73,1%
Mulheres	872	27,9%	2.587	27,0%	3.459	26,9%
Independentes	1.304	41,7%	4.044	42,0%	5.348	41,6%

sua inquietação e protesto «pela insistência na abusiva intervenção de membros do Governo e de recurso a meios públicos em favor dos candidatos do partido do Governo, pelo crescente recurso ao mais primário anticomunismo e ataques pessoais dirigidos a candidatos».

Viseu

Dar voz aos cidadãos

A CDU de Viseu lançou recentemente duas iniciativas com a proclamada intenção de dar voz aos cidadãos. A primeira consta de um envio para todas as residências de um documento com um postal de «resposta sem franquia» – que permite a quem o receber reenviá-lo gratuitamente – solicitando aos visenses opiniões e propostas sobre diversos problemas que os afectem. No postal, onde a CDU expressa a sua convicção de que «faz

falta uma voz de esquerda na Câmara Municipal de Viseu», a CDU apela à população para que «nos faça chegar as suas opiniões, propostas e sugestões sobre os problemas e necessidades da zona onde vive».

A segunda iniciativa, que tem o mesmo objectivo, trata-se da disponibilização de um site da internet, com o endereço www.cduviseu.com, que apresenta os candidatos da CDU e para onde é possível, via correio electrónico, envi-

ar opiniões, propostas e sugestões.

«Damos desta forma conteúdo a um dos grandes objectivos e propostas da CDU – promover uma gestão municipal aberta aos cidadãos e estimular a participação dos visenses na tomada de decisões que a todos interessam», considera a coligação que revelou ter já recebido, por estas duas vias, centenas de opiniões. «A seu tempo daremos voz aos problemas colocados pelos visenses.»

Distrito de Santarém Encontro de candidatas em Tomar

Cerca de cem candidatas da CDU, na sua esmagadora maioria mulheres, encontraram-se no domingo, em Tomar, para abordar o tema «As mulheres e o poder local democrático», tendo a recepção às participantes acontecido no átrio da Biblioteca Municipal Cartaxo da Fonseca, em Tomar.

Ao longo da tarde, entre a leitura de poemas e a voz de Luísa Basto, que participou no encontro, foram sendo apresentados vários testemunhos de candidatas da CDU e câmaras e assembleias municipais, bem como a assembleias de freguesia, com testemunhos variados quer de mulheres independentes que pela primeira vez participam como candidatas da CDU quer de

mulheres que militam no Partido Ecologista «Os Verdes» ou no PCP.

As dificuldades que se colocam a uma maior participação de mulheres na vida local e no poder local, mas simultaneamente a importância desta participação quer pelo contributo que ao aprofundamento do projecto autárquico da CDU, à resolução de problemas a que as mulheres são especialmente sensíveis, foram aspectos abundantemente abordados em diversas intervenções. De igual modo, foi destacado como um importante objectivo da CDU e dos seus candidatos, mulheres e homens, o reforço da participação das mulheres no poder local.

Luísa Araújo, responsável na Comissão Política pela

Organização Regional de Santarém do PCP, destacou o facto de ter havido uma evolução positiva na participação de mulheres na lista, nomeadamente como cabeças de lista a câmaras e assembleias municipais, tendo também destacado o papel dos candidatos, nomeadamente das candidatas, no contacto com as mulheres do distrito e no reforço do seu apoio e voto na CDU.

A terminar, Fernanda Mateus, também da Comissão Política, valorizou a realização do encontro, que considerou um importante contributo ao trabalho eleitoral no distrito e realçou o facto de, mais uma vez, a CDU ter dado passos na participação de mulheres nas listas a nível nacional.



● Sérgio Hugo Moiteiro

Uma luta

Se com um poema conseguisse
mostrar, fazer perceber,
três meses sem receber...
Suponho que alguém sentisse
fome e, só por carolice,
fosse comer e beber.

Pareceria tão bem escrito,
quão uma linda novela,
pintada sobre uma tela,
em forma de canto ou grito,
mordaz, contudo bonito
e uma bandeira amarela.

Contudo existe a diferença
das novelas de Jasmim,
com bens, romances e assim...
Esta tem vida, fome, doença
e ainda tem a promessa,
aquela, a de não ter fim.

De não ter fim esta angústia,
de não saber sequer quando
é que há um amigo, há uma tia,
mas há de pão uma fatia
de força para ir lutando.

Porém há gente desta guerra
mas que está do outro lado
e fala sempre fiado,
esquecendo que nesta terra
a luta não se enterra
e o punho está fechado.

Conheçamos bem essa gente
que além de feia, fria e ingrata
nos despreza e maltrata,
nos provoca, insulta e mente
e não olhando de frente,
diz, pseudodemocrata:

«- Mas vêde-os cortando estradas,
ouvi também os seus sons,
como índios em vários tons.»

«- São massas manipuladas,
tentando dar cabeçadas,
nos cassetetes dos bons.»

«- Não me venham com basófias,
só não vê quem não quer ver
que o poder até paga o seu dever.»
Chama chuis, polícias, bófias,
p'ra lutar atrás das ráfias,
com quem luta p'ra viver.

E assim, é de estrofe em estrofe,
de versos mal medidos,
que ficais surpreendidos,
por não se falar num cofre,
com dinheiro para quem sofre,
há já três meses seguidos.

E é talvez daqui para a frente,
que te deixa de importar,
se há síladas a cortar.
Agora sabes: - ainda há gente
que te diz se é o que sente:
«- Antes quebrar que entortar!»

Se com um poema conseguisse,
transmitir com lealdade,
a vida na realidade,
talvez houvesse quem dissesse:
«- Mais um gajo anti-PS,
armado em Marquês de Sade.»

Mas agora pouco importa,
se alguém que leu não gostou
pois se atenção já prestou,
a esta vida que já vai torta,
mesmo ao pé da sua porta,
que por temer encostou.

Governo e PS cedem às pretensões da CIP
violando a Lei de Bases da Segurança Social

Processo inquinado

O plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN responsabilizou o Governo pelas consequências da sua insistência em propostas que só são justificadas por cedências aos interesses do sector financeiro.

Na resolução aprovada dia 14, em Lisboa, no Pavilhão Carlos Lopes, dirigentes sindicais de todo o País e dos diversos sectores de actividade acusam o Governo e o PS de terem aceitado discutir uma proposta da CIP sobre a instituição de um limite de remunerações, acima do qual deixaria de ser obrigatório descontar para a Segurança Social pública. Tal matéria, salienta-se, «nunca esteve sob esta forma em discussão» e «viola a Lei de Bases» aprovada e que já devia estar regulamentada há meses.

«Tal atitude veio inquinando o processo de negociação», protesta a CGTP, frisando que o Governo «veio desdizer-se, face a afirmações anteriores», em que considerava o «plafonamento» como uma medida inaceitável que comprometeria a susten-

tabilidade financeira do sistema. A central recorda que «sempre se opôs à criação de um tecto nas contribuições» e alerta para uma série de graves implicações que acarretaria:

A aceitação de um plafond viola a Lei de Bases aprovada na AR

- debilitar a Segurança Social a favor do sector financeiro;
- retirar receitas, pondo em causa a sustentabilidade financeira do sistema;

- contrariar os princípios da universalidade, solidariedade e contributividade da Segurança Social;
- conduzir o sistema pública para o assistencialismo;
- prejudicar o emprego.

Estas razões, lembra a Inter, «conduziram a uma profunda polémica quando da discussão do Livro Branco», provocando «uma clara divisão no seio da Comissão entre, por um lado, os defensores das teses assistencialistas e privatizadoras e, por

outro lado, os que defendiam um modelo de Segurança Social pública, universal e solidária».

A CGTP, com princípios e objectivos claramente definidos, participou num processo de negociação que se prolongou por mais de ano e meio, na Concertação Social. Mas «este processo foi obstaculizado pela CIP, em resultado da sua posição de desafio frontal à Lei de Bases, tendo-se retirado da negociação logo após a aprovação da lei pela Assembleia da República».

Apesar da nova situação criada com a alteração da posição do Governo e do PS, a CGTP apresentou uma nova proposta global. O plenário de dia 14 reclamou do Governo a aceitação dessas propostas (sobre matérias como o cálculo das pensões, o financiamento e a participação dos trabalhadores), rejeitou «frontalmente todas as tentativas de enfraquecer o sistema público» e manifestou «firme determinação em desenvolver acções de luta» que se venham a mostrar necessárias «para defender e melhorar a Segurança Social pública, universal e solidária».



Os dirigentes sindicais foram entregar ao Governo a resolução aprovada no plenário

Tribuna de solidariedade na Marinha Grande

Delegações de seis sindicatos, das uniões distritais de Lisboa e Setúbal e do Grupo Parlamentar do PCP juntaram-se aos trabalhadores da Mandata e da Mortensen e aos muitos marinhenses que responderam ao apelo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira e participaram na concentração de solidariedade que teve lugar sexta-feira à noite, na Praça Stephens.

Na sua intervenção, o secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, citando a Lusa, acusou o Governo de estar «de cócoras perante o poder económico e

financeiro do País», advertindo que essa situação «pode levar ao encerramento de muitas empresas».

Apesar de na sexta-feira ter sido conhecida uma solução que pode viabilizar a Mortensen - e que permitiu retomar a laboração na segunda-feira -, Sérgio Moiteiro, dirigente do STIV, considerou a situação na vidreira como «acalmia momentânea e precária». Por outro lado, na Mandata não se vislumbra qualquer alteração, o que justificou a reafirmação de que a luta vai continuar, mesmo depois de retiradas as tendas que há algumas semanas

foram instaladas em frente à Câmara Municipal da Marinha Grande, como sinal de protesto.

Foi, entretanto, anunciado pelo sindicato que uma delegação alargada de trabalhadores da Mandata iria deslocar-se ontem a Lisboa, para reunir com Fausto Correia, procurando obter do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro informações sobre passos que o Governo anunciou (designadamente, uma reunião envolvendo secretarias de Estado que podem traçar soluções para os problemas das vidreiras marinhenses).

SBSI

O 10.º Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas foi convocado por uma direcção do PS e PSD que procura «obter o poder absoluto, antidemocrático e totalitário, para eliminar a mínima possibilidade de oposição dos bancários à retirada de direitos há muitos conquistados», denunciou a tendência unitária, num comunicado que divulgou à comunicação social e iria distribuir aos delegados. No congresso, ontem e anteontem, debateram-se alterações aos Estatutos do SBSI e a adesão a uma federação, a constituir com os sindicatos do Norte e do Centro. «Querem criar um instrumento estatutário que permita substituir o voto dos bancários e a participação dos eleitos nas comissões sindicais nas decisões sobre, designadamente, a contratação colectiva e as tabelas salariais», acusaram as listas unitárias. No documento nota-se que, dos 120 membros do Conselho da federação, haveria 90 «pura e simplesmente escolhidos pelas direcções» dos sindicatos, e os restantes 30 seriam eleitos no Conselho Geral do SBSI, «onde já existe uma grave distorção a favor da direcção, por força de dezenas de inércias». Os sindicalistas da corrente unitária afirmam que, com tais princípios, «acabar-se-ia a democracia sindical» e «nem seria já necessário instaurar a eleição da direcção por via indirecta, através de um colégio eleitoral», como foi em tempo proposto e «massivamente» rejeitado em Assembleia Geral.

Recheio

Foi chamada a GNR para fazer cumprir a lei e garantir a segurança física dos dirigentes sindicais que, na passada quinta-feira, se deslocaram ao Recheio das Caldas da Rainha com o objectivo de distribuir informação aos trabalhadores. Ali, denunciou o CESP/CGTP, confrontaram-se com um responsável que alegou ter ordens expressas do director da cadeia de *cash & carry* do grupo Jerónimo Martins e se dirigiu aos sindicalistas «em tom alterado e ameaçador». O gerente da loja, acusa o sindicato, agrediu e empurrou o presidente do CESP e fez «novas e mais graves ameaças físicas». A GNR confirmou no local os factos e tomou as medidas para que os dirigentes pudessem distribuir a informação sindical aos trabalhadores, acção que foi retomada também no dia seguinte. O CESP lembra que no Recheio se arrasta, há mais de dois anos, um conflito originado pela recusa da empresa a pagar aos trabalhadores dívidas resultantes da deturpada aplicação do contrato colectivo do sector. Em Setembro, numa reunião no Ministério do Trabalho, representantes do Recheio reconheceram razão aos sindicatos do comércio e aos trabalhadores, nesta matéria, mas a empresa continua sem pagar aquilo que deve.

Indignação alarga frente de protesto Estado de greve

Os trabalhadores da Administração Pública vão expressar na próxima terça-feira a sua condenação face à proposta salarial do Governo, que nem sequer compensa as perdas sofridas com a inflação.

No dia 14 de Novembro, finalmente, o Governo apresentou aos sindicatos uma contraproposta para actualização dos salários em 2,5 por cento, assegurando um aumento mínimo de apenas 3 contos (100\$00 por dia, ou seja, menos de meio euro) e um subsídio de refeição de 700 escudos.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, em posição conjunta, condenaram a proposta governamental e convocaram uma greve, abrangendo todos os sectores, para dia 27.

Os valores indicados pelo Governo ficam «abaixo da inflação verificada e previsível», o que é «inaceitável», pois vai «acentuar ainda mais a redução do poder de compra dos trabalhadores», afirma a Frente Comum, notando que «temos um “cabaz de compras” com um custo superior ao da média dos países europeus e temos salários com uma média inferior a mais de 50 por cento em relação a esses mesmos países». Na caracterização do comportamento do executivo do PS para com os trabalhadores, são ainda referidas a falta de respostas para o problema do trabalho precário, a manutenção do «escândalo» nas carreiras profissionais, os atropelos ao direito à negociação colectiva, o aumento dos ritmos de trabalho.

Refere ainda a Frente Comum que, enquanto, «os grandes empresários não pagam impostos e fazem desse facto alarde público» e a banca «paga sobre os seus lucros milionários 12 por cento de impostos», os trabalhadores por conta de outrem

«suportam a fatia de leão dos impostos e o Governo quer-lhes impor a redução real dos salários».

Os trabalhadores recusam novos e injustos sacrifícios e exigem resposta aos seus problemas

«Inadmissível» é também que o Governo «assuma que as actualizações salariais da Administração Pública têm que ser baixas, para que os salários do sector privado não subam em demasia». «Já o sabíamos, mas nunca tínhamos ouvido um

Governo assumir que sacrificia os trabalhadores da Administração Pública para fazer o jeito aos patrões do sector privado», protesta a Frente Comum.

Sectores

A Frente Comum integra mais de três dezenas de organizações sindicais, muitas delas filiadas na CGTP, com a maior representatividade entre os trabalhadores dos diferentes sectores da Administração Pública. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado é filiado na UGT, tal como a FNE, que também já anunciou apoiar a greve de dia 27, segundo noticiou a Agência Lusa.



O Governo insiste na mesma política e os trabalhadores respondem com a intensificação da luta

Razões justas

Os motivos que justificam a paralisação do trabalho na Administração Pública, durante a próxima terça-feira, relacionam-se com alguns factos e números que foram apontados no comunicado conjunto da Frente Comum e do STE:

- a actualização salarial para 2001 foi decretada com base numa inflação esperada de 3 por cento... mas esta atingirá, no mínimo, os 4,3 por cento, provocando uma perda de 1,3 pontos;
- no ano anterior, os salários tinham sido

actualizados em 2,5 por cento; a inflação, estimada em 2 por cento, chegou aos 2,9;

- as propostas sindicais para 2002 foram apresentadas em Setembro, mas só a 14 de Novembro o Governo quantificou a sua contraproposta;

- com reuniões agendadas para negociar com os sindicatos, o Governo divulgou previamente a sua proposta à comunicação social.

As estruturas sindicais recusam que o processo negociado seja reduzido a «duas ou três reuniões já com destino marcado».

Intimidação com resposta

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública admite promover «de forma periódica ou rotativa» iniciativas como a que o STAL levou a cabo anteontem, junto ao Banco de Portugal, em Lisboa, e que suscitou uma intervenção policial.

«Já que nós tornámos público qual é o nosso ordenado, divulgue o senhor quanto leva para casa ao fim do mês, pois também é pago pelo Orçamento de Estado», desafiou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, que convocou uma conferência de imprensa para a Rua do Ouro, para questionar direc-

tamente Vítor Constâncio, uma vez que o Governador do Banco de Portugal se tem pronunciado pela contenção dos salários, mas não interveio para «moralizar o estado de despesismo profundo a que chegou a actual governação».

Numa carta-aberta a Constâncio, o STAL refere que 43 por cento dos trabalhadores das autarquias auferem salários brutos entre 57 e 108 contos, aponta alguns exemplos concretos e interroga se «é para estes trabalhadores e para estes salários que se recomenda moderação salarial», quando «um vice-governador do Banco de Portugal

recebe mais de 3 mil contos mensais».

Para o momento da entrega da carta-aberta foi convocada uma conferência de imprensa e, refere uma nota da Frente Comum, foram pendurados cartazes no gradeamento do Banco, «que seriam retirados no fim». Os cartazes denunciavam o contraste entre os baixos salários dos trabalhadores e as mordomias de administrações de institutos públicos, empresas públicas e fundações.

Agentes da PSP, enquanto decorria o encontro com os jornalistas, interpelaram os 6 ou 7 dirigentes sindicais, intimidando-os a retirarem os

A Fenprof apontou como razões de mobilização dos professores, para além da revisão salarial, o descongelamento das progressões e da actualização dos índices da carreira docente. A Federação Nacional dos Médicos, que mantém a possibilidade de convocar uma futura paralisação da classe, exige do Ministério da Saúde resposta a um conjunto de exigências, como o pagamento do trabalho extraordinário na Urgência. O STAL também divulgou um vasto rol de motivos para os trabalhadores da administração local fazerem greve, tanto mais que este é um sector onde há maior número de funcionários com níveis remuneratórios muito baixos.

Calado

O ministro Ferro Rodrigues mantém sem resposta os pedidos de reunião enviados pela Comissão de Trabalhadores da TAP, que o acusou de «ostracizar» o destino de mais de 8 mil postos de trabalho. Na última carta, enviada na semana passada, a CT insiste em pretender discutir com o ministro do Equipamento Social os problemas da empresa e do sector, agravados pelo malogro do negócio com a Swissair e com afirmações da Comissária europeia responsável pela área da aviação civil, culminando uma política que tem imposto sacrifícios aos trabalhadores, ao mesmo tempo que o Governo não mostra interesse em salvar o que resta do mercado da TAP na emigração. A primeira carta da CT foi enviada a 23 de Março.

Centro

Tomaram posse na semana passada os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, eleitos há um mês, numa votação em que participaram mais de 5 mil sócios. Os 125 dirigentes do maior sindicato da região Centro propõem-se, nomeadamente, «combater todas as propostas e medidas governamentais, cujo objectivo seja piorar as já precárias condições remuneratórias e sociais, bem como defender o emprego público, para que a coisa pública esteja ao serviço da população utente», refere uma nota do sindicato.

Consumidores

Decorre hoje na sede da CGTP uma reunião da Inter-Consumidores, onde vão ser analisadas questões como os aumentos dos actos notariais para os trabalhadores e a generalidade da população (com redução para as empresas), a introdução de uma taxa de utilização de cartões Multibanco, os passes sociais, o aumento do preço da electricidade e as consequências das privatizações na Saúde.

Greve

No Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social foi decretada greve, durante 3 horas, no dia 14, com concentração dos trabalhadores junto à sede, para exigir a reposição dos horários de trabalho que vinham sendo praticados até 30 de Setembro. Os funcionários que transitaram do Instituto de Solidariedade e Segurança Social viram a sua carga mensal de trabalho agravada em 7 horas.

Construção

Faltam medidas concretas do Governo «para pôr cobro às crescentes arbitrariedades levadas a cabo por patrões sem escrúpulos» na construção civil, acusou a direcção distrital de Faro do sindicato da CGTP no sector e na região Sul. Além da «quase completa anarquia», o próprio Estado promoveu execuções fiscais sobre uma firma de madeiras e outra de cortiças sem acautelar os direitos dos trabalhadores e pondo em risco mais de 200 postos de trabalho.



Milhares manifestam-se em Lisboa vindos de todo o País contra cortes financeiros, acção social deficiente, insucesso escolar e falta de saídas profissionais

Estudantes chumbam Orçamento de Estado

Milhares de estudantes manifestaram-se na capital, no dia 14, vindos de Lisboa, Porto, Coimbra, Algarve e Beira Interior. Protestam contra os cortes orçamentais previstos na proposta de Orçamento de Estado para 2002, uma acção social escolar deficiente, o insucesso escolar e a falta de saídas profissionais para os licenciados.

A maioria dos estudantes de Lisboa saiu da Cidade Universitária às 14h45, direito à Avenida 5 de Outubro, onde se juntaram com os alunos da Universidade Nova. As quatro e dez chegaram ao Marquês de Pombal,

onde aguardam os grupos do Norte, que atravessam a baixa vindos da estação de Santa Apolónia.

Na rotunda, junto ao Parque Eduardo VII, misturam-se os apitos dos polícias sinaleiros, as palavras de

ordem dos estudantes e o som dos tambores dos «Tocá Rufar», grupo que se juntou à manifestação convidado pelas associações de estudantes. O trânsito é condicionado, os jornalistas correm para apanhar o melhor ângulo.

«Estudantes unidos jamais serão vencidos» é a palavra de ordem mais ouvida. Mas há muitas outras, como «Acção social não existe em Portugal» e «Bolsas sim, cortes não! Este Governo não tem educação».

Passado alguns minutos,

surgem os estudantes de Coimbra, do Porto, das Beiras e do Algarve, vindos da Avenida da Liberdade. A encabeçar a manifestação segue um submarino amarelo, tal e qual o dos Beatles. «O ensino está a afundar», avisa. Um pouco mais atrás um mealheiro gigante simboliza os cortes orçamentais.

Um carro de som coberto de cartazes da manifestação lança para o ar a canção, dos Heróis do Mar, «Paixão», numa referência às intenções anunciadas por António Guterres antes de

ser eleito primeiro-ministro. Quando o desfile passa pelo Largo do Rato, a sede do PS é muito assobiada: «Governo forreta, socialismo na gaveta», ouve-se.

Chegados à Assembleia da República, os protestos sobem de tom. Se aqueles jovens fossem deputados, nem um só deixaria de votar contra o Orçamento de Estado para o próximo ano proposto pelo Governo. Aliás, o executivo foi o

alvo da contestação, simbolizada pelos cartões amarelos mostrados pelos estudantes, que, a certa altura, chegaram a virar-se de costas para o Parlamento imitando a atitude que acusam o Governo de ter.

Os deputados, do PCP, Bernardino Soares, Margarida Botelho e Bruno Dias fizeram questão de ir ao encontro dos estudantes, ouvir as suas reivindicações e manifestar solidariedade com a sua luta.

Nem há dinheiro para os regentes das aulas práticas Um inferno à portuguesa

Conversámos com vários alunos da Universidade de Coimbra e todos são unânimes em criticar as condições em que estudam. Giovana está em Direito e diz que a faculdade que frequenta «é uma desgraça».

«Chegamos ao cúmulo de ter turmas únicas de trezentas e tal pessoas em salas em que só cabem no máximo duzentas pessoas. Temos de ficar sentados no chão e, mesmo assim, temos de discutir pelo chão. Temos de marcar o chão, as cadeiras e tudo o resto. Ao nível da pedagogia, os professores são óptimos cientistas mas a nível de docência... é mentira», queixa-se.

Giovana refere a Faculdade de Biologia, que «também não tem condições nenhuma. Deixaram de ter aulas práticas, porque não há dinheiro para comprar material». Esta futura advogada não hesita em comentar: «É uma vergonha! Suamos para vir para a faculdade, chegamos aqui e não temos o mínimo de condições para tirar os cursos, saímos mal preparados e como é a carreira?»

As saídas profissionais são uma das suas preocupações: «É uma desgraça. Primeiro, nós é que temos de arranjar estágio.

Depois, entram milhares de pessoas por ano, saem outras tantas e o mercado está cheíssimo. Mas continuam a abrir mais vagas. Isto não vai dar para toda a gente, de certeza absoluta. Vejo o meu futuro muito negro.»

Situação explosiva

Ana e Tânia são alunas de Química, curso onde os problemas são mais que muitos. «Não temos aulas práticas, porque não temos reagentes e o material não está nas melhores condições. Ou está estragado ou não funciona», explica Ana.

O mais grave é que as aulas práticas são muito importantes nesta licenciatura. «Os de Química Industrial ainda necessitam mais porque vão trabalhar na indústria em controlo de qualidade ou síntese e precisam de bases práticas.»

Como diz Tânia, a solução é esperar, porque não podem terminar o curso sem ter as cadeiras feitas. «Atrásamos um bocadinho a nossa vida», lamenta.

As condições de segurança são outro problema. «Os extintores estão fora do prazo de validade, os baldes que deviam ter areia estão vazios, as saídas de emer-

gência... bem, aconselho vivamente ninguém sair por lá», comenta Ana.

Para as aulas de Química Nuclear há um depósito de nafta, o combustível usado nos foguetões, que, embora não seja inflamável, é bastante explosivo. «E, se explodir, não é só com o nosso departamento, é com o departamento do lado e os outros todos», garante.

Tânia considera que é difícil contornar o desempenho: «No ramo científico de química, não sei... Em Portugal não se investe nisso. Professores, há imensos. Para Química Industrial, indústria temos alguma, mas não há muitas perspectivas», diz, desanimada.

Problema estrutural

Hélder e Filipe, estudantes de Jornalismo e de Física, respectivamente, não hesitam em afirmar que, se fossem deputados, votariam contra a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo. «Obviamente», reitera Filipe.

«Isto já vem muito de trás. As instalações estão a degradar-se, é preciso que se faça investimento em novas estruturas e novos equipamentos, como gabinetes de apoio ao estudante

e gabinetes de informática», defende Hélder, que dá o exemplo do irmão, estudante de Farmácia, para mostrar que «há muitas faculdades que têm sérias dificuldades em fazer os trabalhos como deve ser».

«A falta de saídas profissionais é um dos problemas que me toca mais, porque eu sou de Letras», afirma Hélder. «Há uma política completamente des governada a nível de colocações para estágio. Temos dificuldades enormes em encontrar um estágio seja em que parte do País for.»

Filipe explica por que está ali: «Eu vou à manifestação não tanto pelas dificuldades que há no meu curso, mas mais pelas reivindicações que estão por detrás. É um problema do nosso país. Temos o exemplo da Irlanda, que investiu seriamente na educação nos anos 60 e agora está a receber os rendimentos através da produtividade nacional e do crescimento económico. Nós, além de não investirmos na educação, desinvestimos.»

Este estudante de Física considera que «só se consegue aumentar a produ-

tividade de um país, aumentando a formação das pessoas». No entanto, devido à falta de qualidade do ensino «as pessoas, apesar de terem um curso, se calhar não estão formadas».

«O País está a ser mal gerido. Não há dinheiro para investir na educação, mas há dinheiro para investir nos estádios. É ridículo. Um investimento a sério na educação só se nota passados 20 ou 30 anos, não tem um efeito a curto prazo, logo é uma questão de opção política», sustenta.



• Isabel Araújo Branco texto
• Jorge Caria e Jorge Cabral fotos

«Comboio da Educação» entre Coimbra e Lisboa

A todo o vapor

O Avante! juntou-se aos estudantes da Universidade de Coimbra e apanhou o comboio fretado pela Associação Académica. Mais de mil estudantes fizeram-nos companhia.

Passa pouco das 10 e meia quando a Estação de Coimbra B, praticamente vazia até então, se começa a povoar de estudantes. O termómetro não chega aos 10 graus. Aos poucos, as dez carruagens do comboio estacionado na linha 7 vão-se enchendo. A maioria veste fato e batina, mostrando que tanto o vestuário como a contestação fazem parte da tradição académica.

Junto à locomotiva, membros da Associação Académica do Porto despejam vários caixotes de papelão. Vão distribuindo as «rações de combate», como todos lhe chamam: um saco azul com duas sandes, fruta, água e uma sobremesa.

Muitos penduram as capas pretas nas janelas do comboio, outros tiram fotografias para mais tarde recordar a viagem a Lisboa. As carruagens vão enchendo. São centenas, animados, conversadores e bem dispostos. Vêm munidos de bandeiras da Associação Académica e de faixas que mostram a todos as suas reivindicações. «Mais uma carruagem, mais uma viagem», grita um estudante num megafone.

A partida estava prevista para as 11h20, mas é quase meio-dia e ainda se espera pelos últimos passageiros. Os

com destino à manifestação. Só pára no Entroncamento, onde se vão juntar os estudantes da Universidade da Beira Interior. Nas janelas surgem mãos a acenar, num até logo aos companheiros.

Finalmente chega o momento do comboio partir. Há cerca de mil lugares, mas

Duas jornalistas da rádio universitária afadigam-se a fazer entrevistas para entrar no ar em todos os noticiários, de hora a hora. Discutem o que vão dizer, procurando ser o mais originais possível. Com problemas nos contactos telefónicos com Coimbra, decidem entrevistar o

telemóveis são usados para avisar os amigos: «Estamos a entrar na penúltima carruagem.» As vozes portuguesas misturam-se com pronúncias estrangeiras. É que muitos estudantes europeus do Programa Erasmus não hesitaram em participar no protesto depois de ver as condições oferecidas pelas universidades portuguesas.

Até Santa Apolónia

O dia avança. Sabe-se que o comboio só pode sair da estação depois do Alfa passar, cerca de uma hora depois do previsto. É altura de colar cartazes nas carruagens:

«Comboio da Educação. Coimbra vai partir... este orçamento.» Há quem duvide da resistência da fita-cola utilizada. «Vão voar até Pombal!», garante um jovem que envergou o fato académico.

É meio-dia e dez quando passa pela estação o comboio fretado pela Federação Académica do Porto, também

estão todos ocupados. Há muita gente que tem de ir em pé ou que se senta no chão. Canta-se, dorme-se, conversa-se nas quase três horas de viagem.

Uma dirigente da Associação Académica distribuiu acolchantes, prontamente colados nas camisas e casacos. No caminho até Pombal, quem não está trajado vai buscar uma t-shirt à primeira carruagem, transformada em «quartel-general» da AAC. «É preciso ter lata para cortar na educação», lê-se nas costas da camisola.

presidente da Associação Académica, Humberto Martins.

A viagem já vai no fim. Espreita-se o Tejo pelas janelas do lado esquerdo. Lisboa está perto. O comboio chega à estação de Santa Apolónia às 15h05. «Académica, Académica!», gritam em coro. Na linha ao lado estão os estudantes do Porto. Quando os dois grupos se juntam, ultrapassam os dois milhares. Próximo destino: rotunda do Marquês de Pombal, onde se encontrarão com os estudantes de Lisboa. S. Bento está quase...

JCP apoia luta

«Esta acção de luta demonstrou que os estudantes estão unidos para ultrapassar os problemas», considera Joel Vasconcelos, da direcção da JCP, que garante que esta organização «continuará a desenvolver o seu trabalho no sentido de potenciar ainda mais a luta dos estudantes, para que cresça, se fortaleça e se reforce».

Joel Vasconcelos afirma que os problemas no ensino superior «decorrem da política educativa deste Governo, que em nada vai ao encontro das necessidades, dos anseios e das aspirações dos estudantes».

«A JCP está, acima de tudo, solidária com esta luta dos estudantes e reconhece a justiça dos motivos que os levaram

para a rua. A JCP conhece os problemas, porque está intimamente ligada à juventude e aos estudantes, tendo portanto uma intervenção activa enquanto organização revolucionária», diz este dirigente, recordando que, no início do ano lectivo, teve lugar uma campanha nacional dirigida ao ensino superior, com o objectivo de denunciar os problemas e de consciencializar os estudantes.

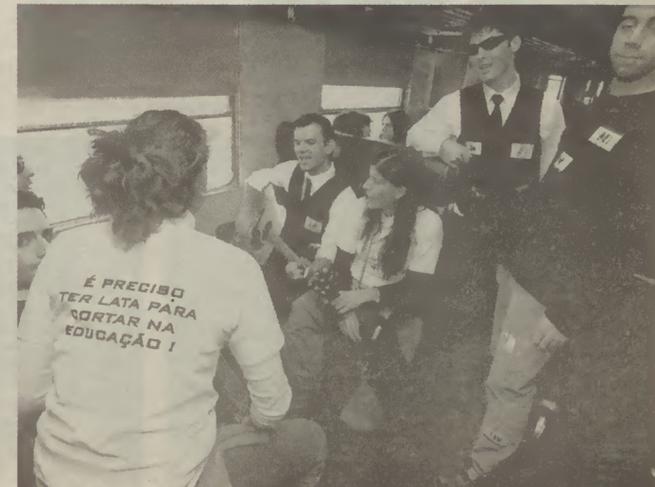
Por fim, Joel Vasconcelos recorda «a convergência nas assembleias magnas e das reuniões gerais de alunos, no dia 8, demonstrando uma grande unidade dos estudantes a nível nacional e uma grande vontade de discutir os problemas e decidir medidas de contestação».

Presidente da Federação Académica do Porto Portugal vai sofrer as consequências desta política

Quem vai sofrer as consequências desta política educativa é o País. Quem o afirma é Hugo Neto, presidente da Federação Académica do Porto, em entrevista ao Avante! a publicar na próxima semana.

«Para recuperarmos o atraso estrutural que temos em relação aos restantes países na Europa, a aposta na formação e na educação são fundamentais. Isso não tem acontecido», diz o dirigente estudantil.

«Assistimos todos os anos a uma lógica exactamente inversa, não de uma solução estrutural para o financiamento mas de soluções conjunturais. Dá-se o suficiente às instituições para que elas sobrevivam e continuam de portas abertas. Isso não é minimamente aceitável», acrescenta.



O 7.º Congresso dos jovens comunistas portugueses foi marcado para 2002 e anunciado em jantar comemorativo do 22.º aniversário

Parabéns, JCP!

O 7.º Congresso da JCP terá lugar no fim do próximo ano, segundo foi anunciado no jantar comemorativo do 22.º aniversário da organização, que se realizou no sábado, em Lisboa.

Cerca de 150 pessoas juntaram-se na noite de sábado, numa sala da colectividade lisboeta «Voz do Operário», num jantar comemorativo do 22.º aniversário da JCP.

Ao som de canções de épocas revolucionárias de várias zonas do globo, militantes e amigos da JCP brindaram a mais um ano de

luta da organização. Na ocasião foi anunciado que o 7.º Congresso da JCP foi marcado para o último trimestre de 2002.

A iniciativa contou com a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP, e de Virgílio Azevedo, do Secretariado do

PCP, bem como dos dirigentes históricos Carlos Aboim

Ingléz e Sérgio Vilarigues. Os jovens comunistas receberam várias mensagens de parabéns, nomeadamente de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e da eurodeputada Ilda Figueiredo.

Na sua intervenção, João Pauzinho, membro da Comissão Política da JCP, salientou que esta é uma organização «com que os jovens portugueses puderam sempre contar, na denúncia, na mobilização e na tomada de consciência dos problemas que os afectam diariamente».

«Falar da JCP é falar necessariamente de luta, luta que, de uma forma objectiva, tem em vista a transformação da sociedade. É uma luta com objectivos claros e definidos: a defesa intransigente dos direitos dos jovens estudantes e trabalhadores», afirmou.

O dirigente da JCP sublinhou que existem alternativas ao sistema capitalista. «Com a queda dos países do campo socialista não chegámos ao fim da História. As experiências efectuadas e o que elas contribuíram para os direitos dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens foi apenas uma experiência de 80 anos. Este capitalismo opressivo que existe há sécu-

los não é um fim e em nada satisfaz o ser humano.»

Pauzinho abordou a actual conjuntura internacional, afirmando que «o capitalismo e os seus estados — e sem os países socialistas a lhes fazerem frente — estão mais opressivos. Mais do que nunca, põem na ordem do dia

- Isabel Araújo Branco texto
- Jorge Caria foto



a perda contínua dos direitos dos trabalhadores e do povo em geral. Mais do que nunca sentem-se à vontade para fazer guerras onde o seu interesse económico o deseja».

Futuro

No entanto, João Pauzinho afirma que a JCP encara o futuro com grande confiança. «Essa confiança assenta fun-

damentalmente no reconhecimento dos jovens portugueses que se revêem numa organização que, ao longo dos anos, nunca os abandonou. Prova desta confiança é o crescente número de adesões à JCP nos últimos meses, revelando a grande capacidade de rejuvenesci-

mento da organização, criando condições para um Partido cada vez mais jovem e interventivo», salientou. «Quem está fundamentalmente de parabéns são todos os actuais militantes, aqueles que diariamente intervêm nas escolas, nas empresas e nas instituições. São esses que dão força a esta organização e fazem com que esta seja intimamente ligada aos problemas que afectam os jovens portugueses, mobilizando-os e dando-lhes consciência de classe», disse João Pauzinho.



Rute Prezado

«Andam meses e meses para nos pagar»

Rute Prezado, de 18 anos, quer ser psicóloga, mas ficou de fora dos concursos nacionais de acesso ao ensino superior. Tem média de 14, mas precisava de mais dois valores para entrar numa das duas únicas faculdades públicas de Psicologia, em Lisboa ou em Évora.

Entretanto, Rute aproveita este ano para fazer melhorias de notas e para trabalhar. «Se não conseguir este ano, não vou ficar mais um ano a fazer melhorias. Não sei como é que vai ser. Já começo a encarar a possibilidade de ir para uma universidade privada. É uma coisa que eu nunca quis fazer, mas passar mais um ano assim não sei se aguento. É uma solução



uma vontade de tentar mudar as coisas.

Concordava com os ideais e como já tinha alguma formação, achei que era o melhor para conseguir que as coisas ficassem melhores», recorda.

«Tentamos chegar a todas as pessoas para as sensibilizar. Distribuímos folhetos, promovemos debates, fazemos muitas coisas para aproximar mais as pessoas. Um recebem-nos muito bem e concordam com o que dizemos; outras não ligam, talvez por não estarem bem informadas.»

Ricardo Varela

«A JCP é uma organização que esclarece»

«No nosso país, o mercado da arte não está expandindo ao ponto dos novos artistas se afirmarem e viverem da arte», afirma Ricardo Varela, estudante de Escultura da Escola Superior de Tecnologia e Gestão Arte e Design, nas Caldas da Rainha.

O seu futuro pode passar por ir dar aulas, mas Ricardo tem um projecto alternativo: criar ateliers infantis. Para isso provavelmente necessitará de apoios. «Este tipo de iniciativas, ainda para mais partindo de jovens licenciados que se querem imple-

passar o mínimo estipulado em três mil escudos, mas recebe uma bolsa da Junta de Freguesia.

Mesmo assim não é suficiente e Ricardo vê-se frequentemente obrigado a fazer part-times. «Na escola temos de dar o máximo para adquirir todos os conhecimentos e experiências. Para isso é preciso muita disponibilidade, o que não me tem sido possível porque é sempre necessário um complemento financeiro. Além disso, estou ligado a uma série de associações juvenis», acrescenta.

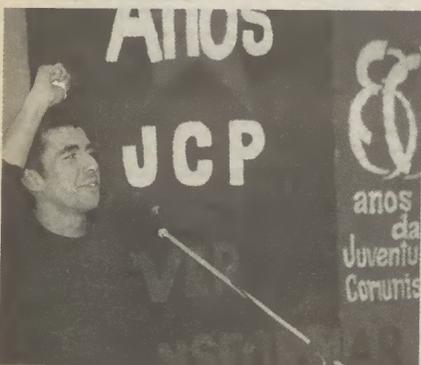
Com 22 anos, Ricardo é militante da JCP e do PCP «para poder intervir e contribuir para a evolução do nosso país. Para isso não é obrigatoriamente necessário estar filiado no Partido, basta ter uma posição activa e intervir na sociedade, mas, encontrando eu no Partido a minha ideologia, achei que seria uma forma ainda mais forte de intervir.»

Ricardo sublinha a importância da JCP: «Quando há um descrédito imenso na política e nos órgãos de gestão, deve haver uma organização que esclareça. Estamos a viver a era da playstation, com os jovens a serem aliciados a fecharem-se em casa e ao contacto humano. Tem de haver instituições que tornem as pessoas mais humanas, mais sensíveis aos problemas e mais interventivas.»



mentar no mercado, precisamos de apoios.»

Ricardo é de Lisboa e, estando a estudar fora de casa, sente na pele as dificuldades financeiras por que passam todos os estudantes deslocados. Os serviços de acção social não lhe atribuíram bolsa por o rendimento do agregado familiar ultra-



João Pauzinho

80 anos de luta

Os históricos dirigentes do PCP Sérgio Vilarigues e Carlos Aboim Ingléz abordaram os 80 anos das juventudes comunistas portuguesas.

Sérgio Vilarigues sublinhou que a participação dos jovens foi sempre fundamental no PCP: a direcção do Partido saída do primeiro congresso clandestino era composta essencialmente por jovens; a Reorganização de 1940/41 foi protagonizada por jovens; a maioria dos presos políticos eram jovens. A explicação é fácil: o Partido era composto por muitos jovens.

Sérgio Vilarigues desejou sucesso para o 7.º Congresso da JCP, avisando contudo que não será fácil. «Mas as dificuldades só existem por uma razão: para serem vencidas», concluiu.

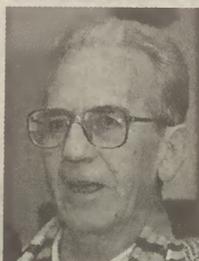
Carlos Aboim Ingléz, membro da Secção Internacional do PCP, falou da importância histórica do MUD Juvenil como movimento unitário de massas, que abriu novas e importantes perspectivas de luta.

Desenvolvendo actividades legais até 1957 — quando o MUD havia sido ilegalizado em 1948 —, esta organização chegou a ter 20 mil aderentes, de todos os quadrantes da sociedade, unidos por um objectivo comum: acabar com a ditadura e todas as suas restrições políticas e sociais.

Foram muitos os que passaram pelo MUD Juvenil, mas, como referiu Aboim Ingléz, os jovens comunistas eram os mais informados e os mais activos, os que faziam mexer o movimento. «Foi onde nos formámos como homens e onde se formaram muitos dirigentes do Partido», afirmou.



Sérgio Vilarigues



Carlos Aboim Ingléz



Luísa Araújo Prosseguir o papel histórico do PCP



Luísa Araújo

Para a dirigente comunista, «é importante valorizar o papel que a JCP tem no combate ideológico, no seio da juventude, na análise à situação concreta dos jovens, nas propostas que apresenta. É importante valorizar, também, a intervenção da JCP em várias áreas, a dinâmica e o conteúdo que imprime ao movimento juvenil e em particular ao movimento estudantil».

Luísa Araújo recordou que «o PCP contou na sua formação com muitos jovens que, com as suas ideias e na luta, adquiriram a consciência da necessidade de um Partido revolucionário», acrescentando que «ao longo dos anos o PCP se reforçou e se rejuvenesceu com muitas gerações de jovens comunistas». «Penso que é justo e ne-

cessário valorizar o colectivo partidário que é espaço de formação no plano humano, político, cívico e social, assente na análise, na intervenção, na crítica, no conhecimento e no debate das ideias e onde muitos milhares de jovens portugueses adquiriram uma perspectiva revolucionária dos fenómenos sociais», declarou.

A dirigente comunista sublinhou que a JCP tem um papel essencial na ligação do Partido à juventude e no rejuvenescimento deste, considerando que a história e o património de luta da JCP só é possível porque assenta «nos princípios do marxismo-leninismo e porque identifica a sua acção e a sua intervenção pelos anseios da juventude no quadro da luta pela concretização do ideal comunista».

Bruno Carvalho «Viver o sonho, transformar o mundo»

Bruno Carvalho tornou-se militante da JCP há dois anos. «Já me sentia aproximado pelo que lia e por sentir que o projecto e os ideais eram justos. Entretanto fui conhecendo malta da JCP e fui-me integrando», explica.

Para este jovem de 19 anos, «a JCP é uma organização de juventude que se situa em torno de um ideal e de um projecto que queremos que chegue a todos os jovens, tentando transformar a realidade, até porque temos aquele lema: «Viver o sonho, transformar o mundo».

«No dia-a-dia tentamos trabalhar junto dos estudantes e dos jovens trabalhadores. Todos os dias há pequenas batalhas a travar com vista à grande batalha, que é atingir a sociedade socialista», afirma.

A terminar o 12.º ano em

Sintra, Bruno lamenta o estado em que a sua escola se encontra. «Não há pavilhão ginódessportivo, por vezes no início do ano não há professores e chove nas salas.»

Aponta como grandes batalhas o fim da revisão curricular e a implementação da educação sexual. «De momento posso não sentir que a educação sexual seja preciso para mim, mas pensamos sempre que temos consciência mas há sempre mais coisas a saber. É uma vergonha o Orçamento de Estado nem sequer prever dinheiro para a educação sexual», afirma.

Bruno quer seguir Ciências da Comunicação, mas receia não entrar. «A média em Lisboa é alta e ainda temos os exames nacionais e o número de vagas. É um mecanismo para que o

Ministério da Educação não invista no ensino, não fazer mais escolas, não fomentar o ensino superior e de propiciar a privatização.»

No entanto, Bruno pensa que vai entrar, mesmo que



não seja em Lisboa. «O ensino não é da melhor qualidade e os pais portugueses são os que pagam mais pelo ensino dos filhos», lamenta.

António Barbosa

«A JCP tende a estar sempre presente»

António Barbosa tem 20 anos e está na JCP há quase três anos. «Sempre fui muito esclarecido pela família do que é a política e o que é estar num partido. Aos 18 anos achei que estava na altura de entrar para a JCP e estou a adorar. Tem sido bom e o trabalho é muito interessante.»

Neste momento, António é o coordenador da JCP de Vila Franca de Xira e diz que se tem feito «o máximo

que conseguimos». Na sua opinião, a JCP é vista pelos jovens «com grande orgulho».

E explica: «Mesmo não sendo do Partido, vêem que estamos a lutar por eles. A JCP está aqui para lutar contra todos os problemas dos jovens, desde o ensino secundário ao superior, até às condições nas freguesias e nos concelhos. A JCP tende a estar sempre presente.»

A terminar o ensino secundário, António pensa tornar-se animador cultural ou educador de infância. «Trabalhar com pessoas é o meu objectivo», diz, referindo as dificuldades por que



passa: «Estamos a lutar por uma nota e às vezes somos prejudicados porque o teste ou o exame era muito difícil ou aquele não era o método mais correcto para avaliar a nossa capacidade.»

Hugo Valente

«A política de habitação é nula»

Hugo Valente, de 20 anos, acabou o ensino secundário mas não conseguiu entrar no superior. Também não consegue entrar no mercado de trabalho. «O primeiro emprego é difícil de arranjar por causa das qualificações exigidas. O que aparece são empregos precários e com salários pouco aliciantes.»

Hugo pretende ser engenheiro mecânico. «É um objectivo que tenho. Ter uma licenciatura é uma mais-valia no mercado de trabalho.»

Aponta como alguns problemas dos jovens o racismo,

a necessidade de um melhor ensino, a diminuição dos direitos dos trabalhadores e a falta de infra-estruturas desportivas e culturais.

A habitação é outra questão, nomeadamente em Matosinhos, a sua cidade-natal: «No meu concelho, a política de habitação para os jovens é nula. Muitos jovens são obrigados a procurar casa noutros concelhos, nomeadamente Gaia e Maia, porque o preço da habitação em Matosinhos é um dos mais altos no distrito do Porto.»

Hugo aderiu à JCP há quatro anos, «principalmente devido à capacidade de mobilização de massas, à ideologia e à forma como a JCP trabalha com a juventude».

«Infelizmente, o comunismo ainda é visto por muita gente com receio devido à falta de informação. Por exemplo, na escola, em História, o comunismo é comparado ao nazismo. Mas através da JCP temos vindo a desenvolver um trabalho para elucidar os jovens do que é de facto o comunismo», garante.

Jorge Macau

«A JCP era a única que ia à minha escola»



Jorge Macau vive em Arraiolos, trabalha em Évora e estuda em Beja. «É muito cansativo. Faço 250 quilómetros todos os dias», declara este jovem de 22 anos.

De dia é fiscal municipal e à noite estuda Gestão de Empresas. Partilha um carro com quatro colegas e faz-se à estrada diariamente. Tudo porque em Évora não há um

regime nocturno de aulas que permita aos estudantes-trabalhadores conciliar ambas as actividades.

«Não tenho tempo para nada», queixa-se Jorge. «Há dias em que entro às sete da manhã e chego a casa à uma da madrugada. Vivo com os meus pais e eles têm de me ajudar bastante. Agora com um carro e, se fosse só com o meu ordenado, não conseguia. E se não fosse o sacrifício dos meus pais também não estava a estudar de certeza.»

Jorge recorda a época em que entrou para a JCP: «A JCP era a única juventude que ia à minha escola informar os jovens», afirma, sublinhando que «a JCP está com todos os jovens. Luta por uma sociedade mais justa, mas é complicado por causa das políticas do Governo».

PIDDAC 2002 Longe da realidade

Em fase de debate na especialidade, o Orçamento de Estado para 2002 está a ser discutido em todas as organizações do Partido, algumas das quais já se manifestaram publicamente.

Em conferência de imprensa, realizada em Évora, o deputado comunista Lino de Carvalho reafirmou as grandes razões que levaram o PCP a votar contra o OE na generalidade: o recuo das propostas em matéria de reforma fiscal, significando que Portugal volta a ser o único país da União Europeia onde os ganhos da bolsa não pagam, na prática qualquer imposto; a opção do Governo no sentido de sacrificar os salários dos trabalhadores que, pela terceira ao consecutivo, perdem poder de compra; a falta de sustentação para os cenários macro-económicos apresentados.

Mas, para Lino de Carvalho, os projectos e as verbas concretas previstas para o distrito de Évora, só por si justificam o voto contra do PCP, já que, não ultrapassando os 2% do total nacional - percentagem praticamente inalterada desde 1995 -, levam a que Évora seja um dos seis distritos com menor investimento público central.

Aliás, ao contrário do que diz o PS local, as verbas inscritas para 2002 constituem um claro retrocesso em relação ao crescimento global previsto no PIDDAC para todo o País, pois, enquanto o valor do investimento público central para todo o País significa um crescimento de 6,9%, para o distrito de Évora é apenas de 2,2%.

Mas o problema não está só nas importâncias diminutas mas também na execução dos projectos que, muitas vezes, não é concretizada, como aconteceu em relação a 2001, em que a estimativa de execução até ao final do ano não passa dos 67,4%.

Por outro lado, o Governo continua a ignorar projectos de grande interesse para o distrito (alguns dos quais constituíram mesmo promessas do PS), como é o caso do Hospital Regional, a variante Norte e a variante Nascente à cidade de Évora para aliviar o trânsito que atravessa a cidade, e inscreve, relativamente a outros, verbas meramente simbólicas, como é o caso do Palácio da Justiça que, custando mais de um milhão de contos, vê inscrita uma verba de 5 mil contos!

Para minimizar as consequências negativas do Orçamento do Estado e responder à necessidade de dotar o distrito de projectos fundamentais ao seu desenvolvimento e à criação de emprego na região, o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar, assim, 50 propostas no valor global de 1,8 milhões de contos que, a serem aprovadas, representariam um aumento de 6,6% em relação ao valor actualmente previsto.

Beja

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, por sua vez, critica o facto de o distrito ser contemplado apenas com 37 milhões de contos, 2,8% do total nacional, sendo que mesmo relativamente a essas verbas não existe a garantia da sua execução. Existem, aliás, diversos projectos importantes propostos durante vários anos que não chegaram a concretizar-se e que agora não constam do PIDDAC. É o caso do IP8, o IC33 ou o IC27 e, ainda, da modernização da rede ferroviária, cujo traçado não está ainda totalmente definido e cujo arranque parece tardar.

Ora, lembrando a afirmação do Governo no sentido de os projectos estruturantes de Alqueva, Porto de Sines e BA11 fazerem parte de um triângulo de desenvolvimento do Alentejo e do País, o PCP diz que, sem aquelas vias fundamentais, todo o processo pode estar comprometido e o desenvolvimento do Alentejo mais uma vez adiado.

No que respeita à Base Aérea de Beja e ao seu aproveitamento para fins civis, apesar das verbas «insuficientes» que lhe são atribuídas, é fundamental a sua total aplicação no próximo ano, para que o projecto avance, pois - recordam os comunistas -, em 2001, o Governo comprometeu-se a dotar a Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja com cerca de 800 mil contos para aquisição de terrenos e desenvolvimento do projecto, o que até agora não aconteceu.

A nível de pequenas obras importantes para as populações, a verdade é que, segundo o PCP, ou a sua execução é constantemente adiada ou desaparecem mesmo do plano. E é face a esta realidade que o Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar um conjunto de propostas que vão de encontro às necessidades do distrito.

Balanço do Governo sobre igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não especifica medidas e resultados

Prática difere do discurso

As propostas do Orçamento do Estado para 2002 são «claramente insuficientes» para dar resposta aos problemas das mulheres, afirma a Comissão junto do Comité Central do PCP para os problemas e o movimento das mulheres que classifica, ainda, de «hipócrita» o julgamento, a decorrer na Maia, de 17 mulheres acusadas de prática do crime de aborto.

Aprovados com o voto contra dos comunistas, as Opções do Plano e o OE revelam, ainda, na opinião da Comissão do PCP, as contradições entre o demagógico discurso oficial do Governo PS - pretensamente igualitário -, e sua prática política altamente

Assim, no capítulo que se refere à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, o balanço feito pelo Governo «é genérico e sem especificação detalhada das medidas tomadas e dos resultados alcançados», assim como «genéricas e sem discriminação das medidas concretas a implementar» são as propostas avançadas. Comparando com o II Plano para a Igualdade de

Oportunidades, «cujo conteúdo é, até à data, desconhecido», o PCP diz que as verbas inscritas no PIDDAC 2002 se resumem, no essencial, «à realização de estudos, acções de formação e bolsas de investigação», não existindo nos outros capítulos (nomeadamente Trabalho, Emprego, Educação, Saúde e Segurança Social) propostas de medidas que respondam aos problemas reais das mulheres portuguesas. São os casos da precariedade laboral, da educação sexual nas escolas, do planeamento familiar, da criação de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência ou de acções de combate ao tráfico de mulheres e prostituição, rubricas que não são contempladas

Criminalização do aborto favorece os negócios e redes clandestinas

com quaisquer medidas ou nem sequer são referidas.

O PCP apela, pois, «às necessárias indignação, intervenção e mobilização em torno da defesa dos direitos das mulheres portuguesas e pela sua participação em igualdade».

Vergonha persiste

No seu documento, a Comissão do PCP para os problemas das mulheres dá particular destaque ao julgamento de 17 mulheres acusadas de prática do crime de aborto, a decorrer na Maia, que veio relançar a discussão pública em torno deste problema.

Depois de referir que as estatísticas oficiais da justiça todos os anos registam processos que decorrem nos tribunais - com pessoas condenadas - e que as autoridades policiais, também todos os anos, investigam casos de aborto (49 em 1998 e 1999), o PCP diz que «Portugal continua a ser um dos países da Europa com a legislação mais restritiva». Entretanto, na última década, registaram-se importantes avanços legislativos em muitos países no que

respeita ao aborto, sendo que diversos instrumentos de direito internacional ratificados por Portugal e 4 resoluções do Parlamento Europeu «recomendam a revisão da legislação que estabelece medidas punitivas».

Trata-se, aliás, de uma realidade dramática reconhecida nacional e internacionalmente por diversos estudos, que alertam para o facto de a manutenção da criminalização ser «um atentado à dignidade das mulheres e favorecer os negócios e as redes clandestinas».

Por seu lado, o PCP vai prosseguir a luta que trava há anos pela urgente despenalização do aborto até às 12 semanas e, nesse sentido, entregou já, nesta legislatura, um novo projecto de lei sobre esta importante matéria.

Manifestando, por fim, a sua activa solidariedade para com as 17 mulheres que estão a ser julgadas na Maia, o PCP reafirma que «só uma descarada hipocrisia e uma imensa falta de sensibilidade» permitem a manutenção da criminalização do aborto, o qual, constituindo um grave problema de saúde pública, «representa uma verdadeira ofensa à dignidade das mulheres».

Reforçar apoio às comunidades portuguesas

A redução drástica no OE das verbas para apoio às comunidades portuguesas e o desaparecimento de algumas rubricas evidenciam o desprezo a que o Governo votou os emigrantes portugueses, diz a Direcção da Organização do PCP na Emigração. De facto, para o PCP, «não existem nenhuma razão justificáveis» para uma redução tão drástica (mais de 55% relativamente a 2001), tanto mais que os sucessivos orçamentos da governação PS têm sempre ficado «aquém das necessidades».

Tendo, pois, em conta a necessidade de inverter esta situação, o PCP apresentou um conjunto

de propostas de reforço de verbas no sentido de «um real apoio às comunidades portuguesas».

Quanto ao aumento de 3,9% proposto pelo Governo para o ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, ele revela que o Governo ignorou o conteúdo da Resolução aprovada na Assembleia da República sobre esta matéria e «mandou às urtigas» o levantamento da situação feito pelo Grupo de Trabalho criado na AR. Daí que o PCP proponha um reforço de verbas na ordem dos 1,8 milhão de contos.

Verba ridícula

No que diz respeito ao Con-

selho das Comunidades Portuguesas (CCP), é claro para o PCP que o Governo «não está interessado na existência de uma estrutura representativa da nossa diáspora» e só inscreveu 50 mil contos nesta rubrica atendendo à necessidade de proceder a uma actualização dos inscritos nos consulados, à organização de um processo eleitoral e à provável realização de uma reunião do Plenário mundial.

O PCP, por seu lado, propõe verbas específicas: mais 30 mil contos para reforço do funcionamento do CCP; 20 mil contos para a actualização dos cadernos eleitorais; 30 mil

contos para organização do processo eleitoral e 20 mil contos para reunião Mundial.

Relativamente à população portuguesa e lusodescendente residente no estrangeiro, o PCP, com vista à «realização de um censo destes portugueses de forma a obter uma informação o mais completa possível sobre o que fazem, quantos são e onde estão os portugueses da diáspora», propõe uma verba de cerca de 100 mil contos, considerando «incompreensível que um Estado que se diz moderno e de direito continue a utilizar estimativas pouco credíveis para quantificar o número de portugueses».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

José Guilherme Pereira dos Santos

Faleceu, com 57 anos, o camarada José Guilherme Pereira dos Santos, militante do PCP desde 1976. Foi operário na ex-Sociedade de restaurações de navios, Ginjal, Cacilhas. Trabalhava actualmente na Câmara Municipal do Seixal e estava organizado na Célula dos Trabalhadores da CMS.

José Nascimento

Faleceu, no passado dia 6 de Novembro, o camarada José Nascimento, natural de Pera, Algarve. Residente no Pinhal Novo, revelou-se sempre como um camarada muito activo e dedicado.

Victor das Neves

Faleceu no dia 12 de Novembro, com 84 anos, em Pinhal Novo, o camarada Victor das Neves, ferroviário reformado da CP. Membro do Partido desde 1974, logo que se reformou passou a dedicar-se à organização da frente dos Reformados, tendo sido o fundador do Centro de Convívio dos Reformados, pensionistas e Idosos em Pinhal Novo. Esteve à frente desta instituição, como seu presidente, entre 1980 e 1997. Criou alguns sectores de animação neste Centro como marchas populares, grupos de Teatro e o Grupo Coral com gente de terceira idade. Era uma pessoa muito estimada pela população de Pinhal Novo, assim como por quantos com ele trabalharam e conviveram.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TVI também discrimina

À semelhança da reclamação que dirigiu à SIC, noticiada pelo Avante! na sua última edição, o Gabinete de Imprensa do PCP enviou ao Director de Informação da TVI uma carta de protesto pela «atitude de desinteresse e progressiva discriminação» que aquela estação de televisão, nos últimos meses, «vem assumindo em relação à actividade do PCP e do seu secretário-geral».

Evitando de novo referir «uma impressionante e penosa lista de números e factos», o Gabinete de Imprensa destaca, a título de exemplo, «o Jornal Nacional durante o passado mês de Outubro», onde se constata «que dos quatro maiores partidos com

assento parlamentar, o PCP foi, claramente, o menos referenciado», enquanto «o secretário-geral do PCP foi o único líder partidário sem qualquer presença» no Jornal Nacional, «apesar de ter participado, para além da actividade parlamentar, em mais de trinta iniciativas do PCP e da CDU».

Assim, o Gabinete de Imprensa do PCP reclamou da TVI «o fim de critérios preconceituosos em relação ao PCP» e a sua substituição «por critérios respeitadores do quadro político-partidário existente, com isenção e pluralismo».

Das cartas enviadas à SIC e à TVI foi dado conhecimento à Alta Autoridade para a Comunicação Social.

MONTEMOR-O-NOVO Prosseguir o caminho

A célula do PCP dos trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo critica o «movimento cívico» criado pelo PS e CDS para apoiar «um candidato de ocasião» que, apesar de «cheio de sorrisos e promessas», não passa de «uma peça» da sua própria estratégia e lembra que aqueles dois partidos, em especial o CDS, procuram, há anos, «afrontar» os direitos dos trabalhadores, com a privatização dos serviços, com o despedimento e com «a mais completa desregulamentação do funcionamento dos serviços públicos».

No comunicado que dirigiu aos trabalhadores a propósito das eleições autárquicas, os comunistas, reconhecendo, embora, que «há coisas a corrigir e melhorar», sublinha o facto de a actual Câmara ter desenvolvido Montemor, com o apoio dos trabalhadores, numa postura «de permanente diálogo e de satisfação das suas justas reivindicações». Em sua opinião, só este caminho deve continuar a ser trilhado, pois acreditar agora «em senhores escondidos», seria «embarcar em saltos no escuro».

EMIGRAÇÃO PCP promove audição

Dentre os muitos e variados problemas com que os emigrantes portugueses de debatem no dia-a-dia encontra-se a questão de segurança social que varia, por sua vez, em função dos diferentes países onde trabalham (ou trabalharam) e respectivos sistemas vigentes em cada um deles.

Assim, com o objectivo de actualizar o conhecimento sobre esta problemática, e no âmbito das iniciativas «Emigração e comunidades portuguesas no século XXI», o PCP promoveu, na última terça-feira, num hotel de Lisboa, uma Audição sobre «Segurança Social, Acordos e Convenções e Emigração». A iniciativa contou com a presença de diversas instituições, individualidades conhecedoras da matéria e ex-emigrantes. Na mesa dos trabalhos, a dirigi-los, estiveram o deputado Rodeia Machado e Rui Fernandes, membro do Secretariado do PCP.

LISBOA Enfrentar desafios

Já saiu a primeira Folha Informativa da célula do PCP na Brisa/Auto-estradas. A partir de agora, e através desta folha, os comunistas vão passar a manter um contacto regular com os restantes trabalhadores da empresa. A Folha começa, entretanto, por esclarecer que, apesar de só agora ter sido lançada, os trabalhadores da Brisa terem sempre sabido que podem contar com o PCP, partido permanentemente a seu lado, designadamente nas «curvas apertadas» que vão surgindo, que levanta os seus problemas e exige mais direitos para quem trabalha. Neste primeiro número, os comunistas abordam questões ligadas ao Orçamento do Estado para 2002, lembram os 80 anos de luta do seu Partido e apelam à vinda ao PCP, para o que incluem na própria folha uma ficha de inscrição. E, lembrando, ainda, a proximidade das eleições autárquicas, consideram esse momento como «mais um» a aproveitar para «dizer não» à política de direita que tem vindo a ser seguida e votar «nos que estão com os trabalhadores o ano inteiro».

Combate indispensável

A apresentação do Orçamento do Estado reveste-se, sempre, de grande importância, porque ele é a expressão financeira das políticas económicas e sociais que o Governo pretende executar no ano a que se reporta.



**Octávio
Teixeira**
Membro
da Comissão
Política

Todas essas políticas têm a ver, directa ou indirectamente, com os interesses presentes e futuros dos trabalhadores e das suas famílias. Mas é evidente que há políticas que mais imediata e directamente confrontam os trabalhadores. De entre elas ressalta, naturalmente, a política de rendimentos e preços ou, mais concretamente, a política de salários.

É certo que a evolução salarial, na administração pública como no sector empresarial, deverá ser o resultado da indispensável negociação colectiva. Mas não é menos certo que o OE tende a fixar, desde logo e antes mesmo do início daquela negociação, o «tecto máximo» da evolução salarial dos trabalhadores da administração central e local, isto é, de mais de 700 mil traba-

lhadores. Por acréscimo, e como tem sido constatado no nosso país, a evolução percentual anual dos salários dos trabalhadores da função pública é agarrada, com unhas e dentes, pelo sector empresarial como a referência, melhor, como o dogma para a negociação colectiva geral. Por isso se assiste, de novo, ao coro unísono das associações patronais e dos grupos económicos a apoiarem e pressionarem o Governo dito socialista a «conterem» os salários na administração pública.

Ora, o que o OE para 2002 propõe neste âmbito é que os trabalhadores suportem, pelo terceiro ano consecutivo, aumentos salariais nominais inferiores à inflação oficialmente esperada (sendo que esta vem sendo voluntariamente subestimada), isto é, que suportem nova redução dos seus salários reais! E isto apesar de o País não viver nenhuma crise económica nem para lá caminha. O que não seria se tal crise existisse ou estivesse a bater-nos à porta...

“O OE 2002 volta a propor aumentos salariais inferiores à inflação”



Portugueses ganham menos

É sabido que os governos do PS têm tentado desculpar-se com o argumento (em 2001) de que simultaneamente baixou o IRS e esta baixa compensa, em termos de poder de compra, a redução real dos salários ou, mais geralmente, que a evolução normal nas carreiras profissionais igualmente é, em média, um factor compensador para os rendimentos auferidos. São desculpas esfarapadas de mau pagador. Porque a evolução nas carreiras (ou a redução do IRS em 2001) têm na sua génese o objectivo de melhorar o nível de vida dos trabalhadores. Não são instrumentos de compensação do que quer que seja, são instrumentos de progressão dos rendimentos disponíveis, do poder de compra, dos trabalhadores.

E se isto é assim em geral e em qualquer país, com maioria de razão o deve ser em Portugal. Porque no âmbito da União Europeia em que o país está inserido somos, de muito longe, o país com mais baixos salários. De acordo com as últimas estatísticas oficiais da UE, os rendimentos líquidos de um casal de trabalhadores portugueses, sem filhos e com dois salários médios, são apenas 50%, 39,5% e 29% dos rendimentos auferidos por idênticos casais de trabalhadores gregos, espanhóis ou irlandeses. E se esse casal tiver dois filhos, as diferenças continuam a ser enormes, passando aquelas percentagens para 61%, 55% e 37%, respectivamente.

Mas há a questão da produtividade... dizem eles. Mas que culpa disso têm os trabalhadores, pergunto eu? Porque outra coisa que aquelas estatísticas nos dizem, por exemplo, é que nos últimos cinco anos o crescimento médio anual da produtividade do trabalho em Portugal foi 2,5 vezes mais elevada que a média na UE. Porque não hão-de, então, os aumentos dos salários reais no nosso país serem superiores aos registados nos restantes? Mas mais. Se nesses cinco anos a produtividade do trabalho aumentou no nosso país ao ritmo de 3,2% ao ano, a verdade é que a produtividade global foi de apenas 2,1%. O que demonstra que o factor capital é o principal responsável pelos baixos níveis relativos da produtividade nacional. É o capital que não investe como e onde deveria investir para potenciar mais elevados níveis de produtividade global. É o patronato retrógrado que vive e quer continuar a viver à custa dos baixos salários e de maior exploração do trabalho. E é o Governo do PS que não só é conivente como assume o papel de «paradigma» desta lógica de exploração.

Por isso, e recordando o artigo do Jerónimo de Sousa na passada semana, direi que a luta dos trabalhadores por melhores salários é um bom combate mas, mais do que isso, é um combate indispensável e inadiável.

PCP apresenta propostas para o Orçamento de Estado de 2002

Minimizar o carácter negativo

Seguindo o seu curso, após a aprovação na generalidade, o Orçamento de Estado para 2002

foi objecto desde o dia 12 e até anteontem de debate em sede de especialidade. Para a bancada comunista esta foi uma renovada batalha para tentar minimizar os aspectos mais negativos de um documento que em sua opinião favorece o capital financeiro e penaliza os trabalhadores.

Não obstante as acesas e fundamentadas críticas que dirigiu às orientações e opções do Governo – e que justificaram o seu rotundo não ao Orçamento –, o Grupo comunista, como aliás sempre o tem feito, assumiu uma postura interveniente e activa, na convicção de que até ao lavar dos cestos é vindima. E por isso partiu para o debate na especialidade com a firme determinação de se bater pela introdução de alterações que garantissem, por um lado, a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos sectores mais carenciados e desfavorecidos como os pensionistas

e reformados, e, por outro lado, os interesses da economia nacional e do País, designadamente dos sectores produtivos. São algumas dessas propostas (sujeitas a votação hoje e amanhã em sede de comissão de economia, bem como na próxima semana em plenário) que o Avante! aqui divulga. São propostas centradas sobretudo nas áreas da fiscalidade, dos direitos salariais, pensões e reformas e direitos sociais, designadamente dos emigrantes, da educação e ainda na área das finanças locais. Dos custos destas propostas – e este é

um aspecto da maior importância, para o qual os deputados comunistas trataram de chamar a atenção em conferência de imprensa – não resultará qualquer aumento do défice. É que, como foi dito, elas não podem ser desligadas da maior arrecadação de receitas como consequência das propostas que o PCP apresentou para a anulação da suspensão da tributação das mais-valias e para a eliminação de alguns benefícios fiscais não produtivos. «Pelo contrário – sublinharam – da resultante destes dois movimentos resultaria até uma diminuição do valor do défice.»

Ainda de acordo com a bancada comunista, as propostas por si apresentadas (para além de outras no quadro do PIDDAC) permitiriam «um Orçamento mais justo, o regresso a uma maior justiça tributária, a arrecadação de mais receita fiscal, a melhoria do poder de compra dos trabalhadores e dos reformados e pensionistas mais carenciados, uma melhor e mais justa distribuição do rendimento nacional, uma nova dinâmica para a própria economia nacional e a resolução de gritantes carências nalgumas políticas sociais».

Reiteradas razões para um não

A forma como decorreu a discussão do Orçamento de Estado na especialidade veio confirmar a justeza das críticas e preocupações anteriormente expressas pelo Grupo Parlamentar do PCP. Razões, devidamente fundamentadas, que o levaram a recusar na generalidade há cerca de 15 dias a proposta de Orçamento de Estado. Na passada semana, perante os jornalistas, Bernardino Soares, presidente da bancada comunista, voltou a recordar os principais motivos que presidiram à posição da sua bancada. E sintetizou-as, chamando a atenção para três grandes aspectos. O primeiro, sublinhou, tem a ver com o que o documento representa de «clara e desequilibrada cedência às pressões e interesses do sistema financeiro e de grandes grupos económicos, especialmente no que se refere ao recuo numa

questão nuclear da reforma fiscal, a tributação das mais-valias». Em contraste, como segunda razão, apontou o facto de o Orçamento «impor uma política salarial, traduzida nas despesas com pessoal, que implica, pelo terceiro ano consecutivo, que os trabalhadores da administração pública sejam altamente penalizados com perda do poder de compra e as consequências inevitáveis para toda a contratação colectiva». A terceira grande questão que está na base da firme rejeição do PCP ao Orçamento de Estado prende-se com o que considera ser o «seu irrealismo» e que, adverte, «faz correr o sério risco» de este se transformar «numa peça de ficção, por razões de mera engenharia previdencial condicionada pelo Pacto de Estabilidade e como tentativa de impor cenários que condicionem, à partida, as negociações salariais».



O PCP fez tudo por tudo para tornar o Orçamento mais justo em favor dos trabalhadores e dos mais carenciados, foi lembrado em conferência de imprensa

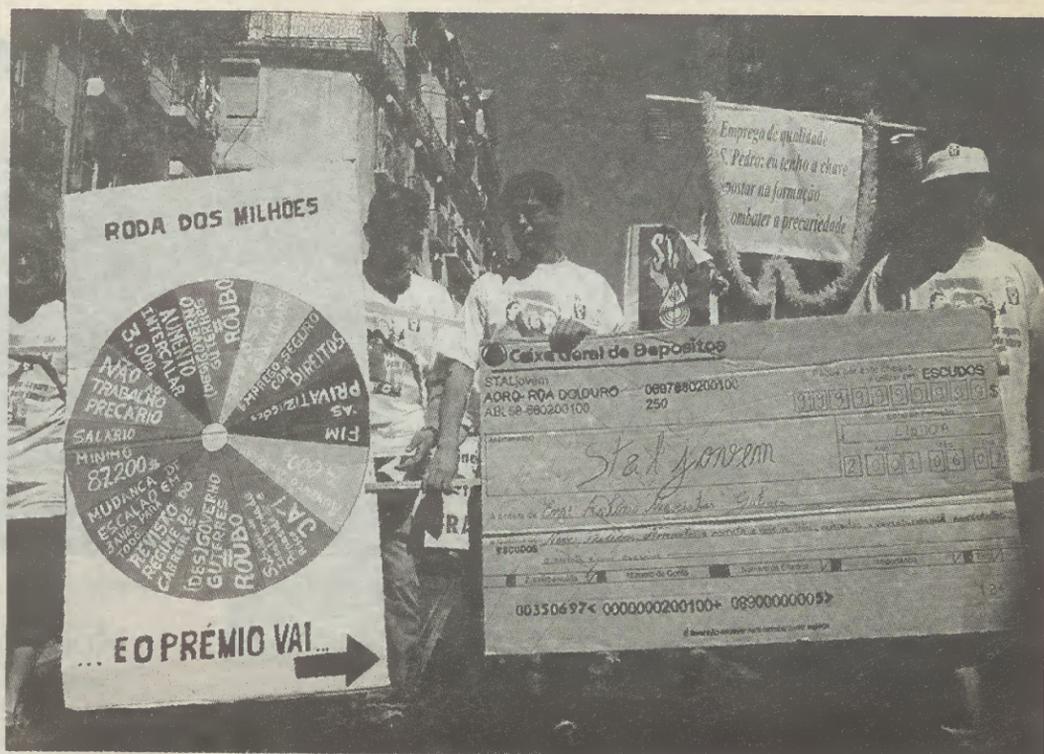
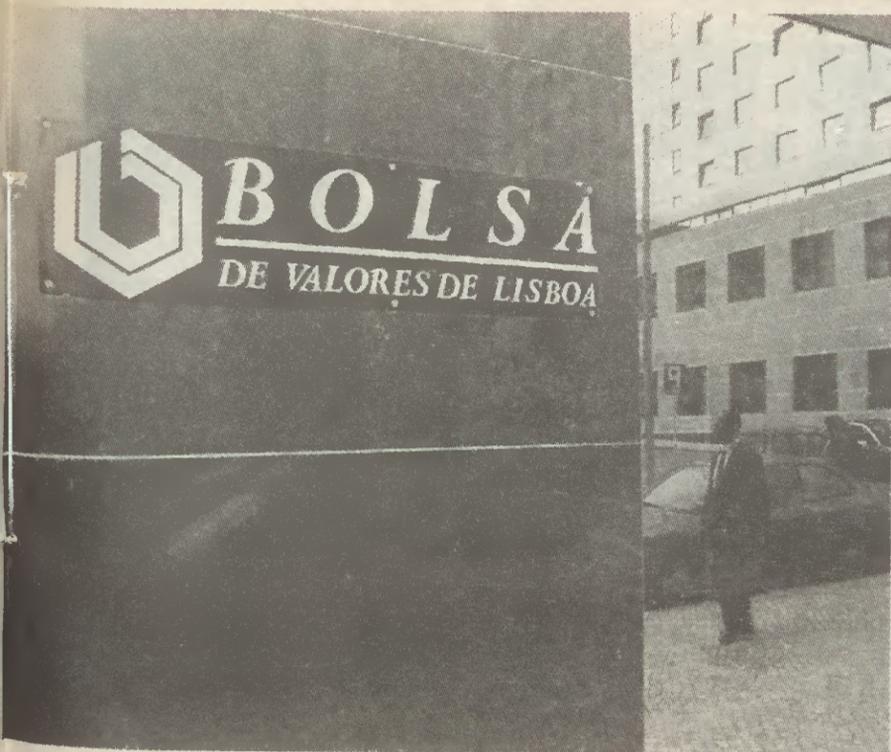
Por mais justiça fiscal

Dado como certo é já o voto contra, na especialidade, do Grupo Parlamentar do PCP a todas as alterações propostas que representem um recuo em relação à reforma fiscal. Isto só por si, se eventualmente o voto comunista obtiver vencimento, como foi dito em conferência de imprensa, significa o regresso aos textos actuais dos Impostos sobre o Rendimento. Entretanto, as propostas subscritas pelos deputados do PCP visam expressamente eliminar o articulado mais expressivo inscrito no OE referente a alterações ou anulação e suspensão da tributação das mais-valias. Estão neste caso, designadamente, as seguintes: – aumento do valor da isenção, em IRS,

de 200 000\$00 para 500 000\$00 na tributação das mais-valias apuradas na venda de acções e outros instrumentos financeiros derivados; – alteração da tributação das mais-valias realizadas em operações de bolsa e que beneficiam os movimentos especulativos de curto prazo; – suspensão, com efeitos retroactivos, da suspensão, em IRS, da tributação das mais-valias e alteração do regime de tributação dos dividendos que só beneficiam os mais elevados rendimentos; – alargamento ao activo imobilizado incorpóreo para efeitos de benefício na determinação do lucro tributável em IRC da obrigação de reinvestimento do saldo das mais-valias apuradas

na venda de activos. Isto é, com tal proposta inscrita no Orçamento, qualquer grupo económico poderá vender património produtivo que cria riqueza e substituí-lo por compra de acções na bolsa que tal operação seria considerada, à mesma, como reinvestimento, situação que, aliás, não era aceite mesmo antes da reforma fiscal; – possibilidade das empresas ou grupos económicos poderem incluir o saldo das mais-valias obtidas antes de 1 de Janeiro de 2001 na base tributável de qualquer exercício anterior ao daquela alienação e, ainda por cima, sem exigência de reinvestimento; – alargamento às mais-valias dos benefícios em IRS e IRC concedidos às

SGPS instaladas no off-shore da Madeira bem como ao facto do OE propor que fiquem dispensadas da comprovação da qualidade de não residente das entidades com quem se relacionam. Em matéria de fiscalidade, merecem igualmente destaque as seguintes propostas do PCP: – que até 31 de Março de 2002 o Governo fique obrigado a publicar legislação complementar à reforma fiscal quanto à definição das regras de comunicação à administração fiscal dos movimentos transfronteiriços de transacções não comerciais; à definição dos critérios de imputação de custos e proveitos às sucursais financeiras exteriores



Melhorar os salários, garantir direitos sociais

– Os aumentos salariais para a Administração Pública, de acordo com a proposta do PCP, devem cifrar-se em valores que garantam um aumento mínimo da remuneração mensal de 7600\$00;

– As pensões de invalidez e velhice do regime geral para os pensionistas e reformados com menos de 15 anos de carreira contributiva (os mais prejudicados nos incrementos havidos nos últimos anos), segundo a proposta dos deputados comunistas, devem ser

fixadas em 64% do salário mínimo nacional mais elevado líquido, o que significa, para cerca de 700 mil pensionistas e reformados, um aumento da pensão em 10,4% passando dos actuais 36 000\$00 para 39 741\$00 (tendo já em conta o valor do SMN definido para 2002 – 69 770\$00);

– O complemento por dependência atribuído aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência deve corresponder a 70% e 100% da pensão social do regime não contributivo,

consoante se trate dos 1.º e 2.º graus de dependência, aumentando dos actuais 11 820\$00 e 13 130\$00 (1.º grau de dependência) e 22 320\$00 e 23 630\$00 (2.º grau – grandes dependentes) – conforme o regime – para, respectivamente, 21 252\$00 (1.º grau) e 30 360\$00 (2.º grau), sem distinção de regimes;

– Proposto é também o aumento progressivo das comparticipações previstas no regime geral do Serviço Nacional de Saúde para as próteses, ortóteses e ajudas técnicas de forma a aproximá-las das comparticipações previstas no âmbito da ADSE, acabando-se com a escandalosa diferença hoje existente e que já levou, no OE 2001, à aprovação de uma norma idêntica mas que o Governo não executou.

No plano dos direitos sociais, pela sua importância e alcance, merecem igualmente as seguintes propostas:

– Inscrição de verbas para se proceder ao recenseamento da população portuguesa e luso-descendentes residentes no estrangeiro e para o funcionamento do Conselho das Comunidades;

– Reforço da verba destinada ao apoio às Organizações Não Governamentais da área da igualdade e dos direitos das mulheres;

– Reforço da verba destinada ao apoio às associações de imigrantes dada a exígua previsão inscrita, em contraste com o aumento do número de associações;

– Reforço do apoio directo ao associativismo juvenil, tendo em conta a diminuição real existente na proposta de orçamento.

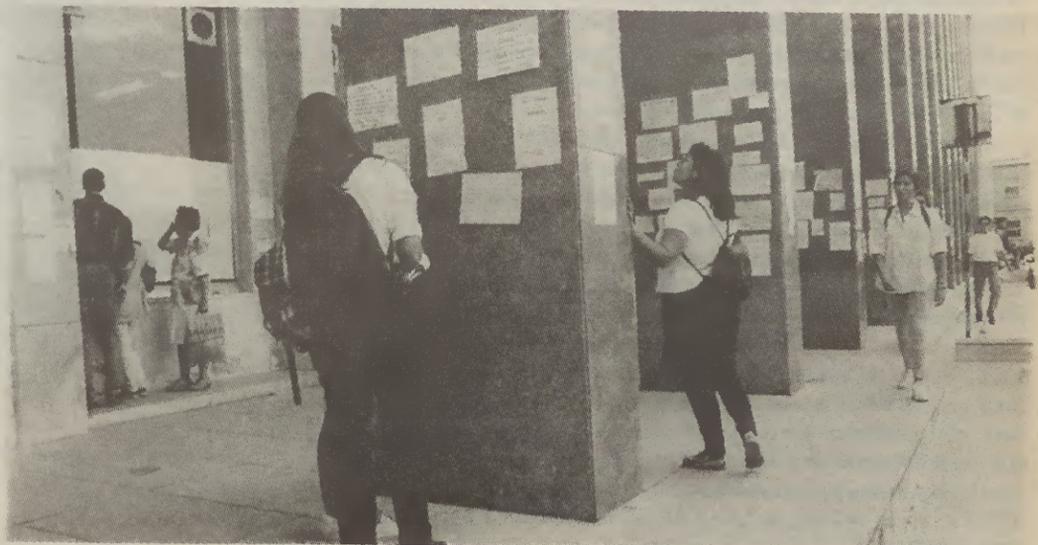
Em reforço do Poder Local

No plano das finanças locais são de sublinhar as seguintes propostas:

– inscrição de uma verba de 2,5 milhões de euros destinada à instalação das onze novas freguesias criadas pela Assembleia da República em 2001;

– eliminação da autorização pedida pelo Governo para alterar a Lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais e para legislar em matéria do endividamento dos municípios, questões que constituem competência reservada da Assembleia da República;

– inscrição de uma verba de 2,5 milhões de euros para compensação aos municípios de isenções e reduções nas contribuições e impostos que constituam receita municipal.



Ensino de qualidade para todos

Na área da educação, entre as várias propostas apresentadas pelos deputados do PCP, realce para as seguintes:

– O reforço em 12,5 milhões de euros da verba prevista para as instituições de ensino superior público visando garantir, pelo menos, um nível mínimo de recursos necessários a evitar a ruptura financeira destas instituições em 2002;

– O reforço de 6,6 milhões de euros

para a acção social escolar do ensino superior de forma a permitir o pagamento de 11 mensalidades (e não 10 como actualmente sucede) nas bolsas atribuídas aos estudantes que delas beneficiam;

– O aumento para 1,75 milhão de euros da verba destinada à acção social escolar para o ensino especial, área extremamente carenciada e que sofre, na proposta de orçamento para 2002, um corte nominal de 4,6%.

e ao estabelecimento dos indicadores objectivos de base técnico-científica para os diferentes sectores de actividade económica para efeitos de aplicação do regime simplificado bem como para a imputação aos agricultores rendeiros;

– que as deduções aos rendimentos de trabalho dependente passe dos 72% propostos no OE para 80% de doze vezes o valor mensal do salário mínimo mais elevado, tendo em vista a aproximação do valor da dedução ao valor anual do SMN;

– o aumento, na dedução à colecta, para 30% dos encargos com lares e outras instituições de apoio à terceira idade para quem não possua rendimentos superiores ao salário mínimo nacional

com o limite de 160% ajustando este benefício propostos aos critérios propostos pelo Governo para o mecenato familiar;

– eliminar, no Estatuto dos Benefícios Fiscais, os benefícios para os dividendos de acções adquiridas no âmbito das privatizações;

– Isentar de IRC as Assembleias e Conselhos Directivos dos Baldios que, nos termos da Constituição, gerem os meios de produção comunitários;

– conceder o direito à dedução do IVA suportado nas despesas profissionais de alojamento e de alimentação;

– aumentar as transferências, a título de IVA, para as Regiões e Juntas de Turismo seguindo o critério geral do OE.

Taxas multibanco

A «Comissão de Utilizadores da Banca» considera não ter obtido «garantias inequívocas» por parte do Governo contra a criação das taxas de utilização do multibanco.

A Comissão, que foi recebida pelo secretário de Estado para a Defesa do Consumidor, decidiu, por isso, manter a acção de protesto marcada para hoje, quinta-feira, junto à sede do BCP na Rua Augusta, em Lisboa.

Em comunicado de imprensa, a Comissão diz que na audiência, embora o secretário de Estado «tenha expressado a discordância do Governo relativamente à criação de taxas multibanco, revelou que o Governo não pretende tomar qualquer iniciativa concreta, optando por ir acompanhando a situação».

A Comissão contra a criação de taxas de utilização do multibanco vai, por outro lado, continuar a aguardar a marcação de audiências já pedidas ao ministro das Finanças, aos grupos parlamentares e ao provedor de Justiça.

Foral manuelino

O foral manuelino de Évora, atribuído há 500 anos, e as grandes transformações do século XVI, muitas relacionadas com a cidade, foram as temáticas de um colóquio realizado terça e quarta-feira na Universidade de Évora.

Subordinado ao tema «O Foral Manuelino e o Devir Quinhentista», o encontro académico, promovido pela Câmara Municipal e Universidade de Évora, insere-se nas comemorações dos 500 anos da outorga do foral, a 1 de Setembro de 1501.

Além de uma reflexão sobre o foral novo de Évora, o primeiro, após o de Lisboa, da longa lista de forais reformados a vir a público, os promotores do fórum quiseram também evocar as «grandes transformações ocorridas ao longo do século XVI», considerando que muitas se relacionaram, de diferentes modos, com a cidade alentejana.

O colóquio incluía quatro painéis, preenchidos por meia centena de comunicações subordinadas aos temas: forais e reformas administrativas, sociedade, poderes e dinâmicas económicas, arte e cultura e Évora e o seu termo.

A leitura do conteúdo da carta de foral manuelina permite obter uma imagem da vida quotidiana na cidade na época de quinhentos: o que se comia e bebia, a roupa e o calçado do povo, as elegâncias dos nobres e burgueses, as jóias e os perfumes, os cetins, os damascos e o burel, os escravos, boticários e louceiros.

Sida em Portugal

Portugal é o único país da União Europeia (UE) onde não se regista uma diminuição da Sida entre os consumidores de droga injectável (CDI), apesar de o aumento do número de casos nos últimos anos estar a estabilizar.

De acordo com o Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia de 2001, do Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência (OEDT), divulgado em Bruxelas, os Estados-membros em que os toxicoddependentes por via endovenosa são mais afectados encontram-se no Sudoeste da Europa: Portugal, Espanha, França e Itália.

No que se refere ao Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), a agência europeia da droga, sediada em Portugal, sublinha que, apesar de o panorama geral permanecer estável, os casos de VIH «parecem estar a sofrer um novo acréscimo entre os subgrupos de consumidores de droga por via intravenosa na Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Portugal e Finlândia».

Em Portugal, e de acordo com dados do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis do Instituto Nacional de Saúde, o total acumulado de infecções pelo VIH entre os toxicoddependentes, a 30 de Junho deste ano, era de 9.272, correspondendo a 51,9 por cento das notificações.

De acordo com a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida, o total de casos de infecção pelo VIH notificados em Portugal é de 17.858.

«Os Verdes» criticam OE

O Partido Ecologista «Os Verdes» considerou – em conferência de imprensa realizada esta terça-feira – que o OE para 2002 devia contemplar a construção de um Complexo Desportivo em Setúbal e um novo hospital distrital para servir as populações dos concelhos de Alcochete e do Montijo.

Os dois projectos foram algumas das prioridades defendidas pelos dirigentes da comissão executiva do Partido Ecologista, André Martins e Heloísa Apolónia, em declarações marcadas pelas críticas às opções do governo inscritas no Orçamento de Estado e Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para 2002.

A nível nacional, «Os Verdes» defenderam a aplicação de um conjunto de medidas que vão propor ao Governo. A aplicação de medidas fiscais como a redução do IVA para actividades em prol do ambiente e a criação de um novo escalão do imposto automóvel, para penalizar os veículos mais poluentes e de maior cilindrada (acima de 2500 centímetros cúbicos), foram algumas das propostas adiantadas.



A homenagem à Dulce Rebelo encheu a Sala Ogival do Castelo. Momento da entrega da Distinção de Honra

Homenagem do MDM a Dulce Rebelo em cerimónia no Castelo de S. Jorge

Um exemplo de dádiva

A Distinção de Honra 2001 foi atribuída, sábado passado, a Dulce Rebelo. Uma iniciativa que decorreu no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, e em que se cruzaram cultura e política. A homenagem adequada a «uma mulher da cultura, uma cidadã do mundo».

«Dar visibilidade às mulheres que no seu dia-a-dia, afirmam a sua individualidade, transmitindo-nos o seu exemplo, prestam um enorme contributo para o desenvolvimento e enriquecimento da nossa vida colectiva» é, como foi referido por Teresa Santos, na saudação do MDM, um dos objectivos da distinção de honra que vem sendo atribuída já há 19 anos.

A vida e a personalidade de Dulce Rebelo enquadram-se perfeitamente nesta perspectiva, com resalta da síntese inserida na saudação.

Em causa está «uma mulher que, através da sua profissão, elevou sempre, aquém e além fronteiras, a cultura portuguesa.

«Uma mulher que, como resistente, muito contribuiu para a instauração da democracia e liberdade no nosso país.

«Uma mulher que esteve presente, desde a primeira hora, na fundação do nosso Movimento e que, ao longo destes trinta e três anos da sua existência, o tem honrado com uma participação activa e dinâmica em muitas das áreas da sua actuação.

«Um mulher com um percurso de grande coerência na

defesa dos direitos das mulheres, da solidariedade e da paz.

«Um mulher que tem feito da sua vida um exemplo de dádiva, ao colectivo que somos todas nós.»

Memória e alerta

A homenagem a Dulce Rebelo foi também momento de lembrar outras homenagens, outras distinções atribuídas. E lançar um alerta. Face ao momento de grave tensão internacional que hoje vivemos.

Instituída em 1981, a Distinção de Honra do MDM já foi atribuída a muitas mulheres e colectivos, de Maria Lamas a Sophia de Mello Breyner, passando pelas trabalhadoras da Fábrica Lundberg, Virgínia de Moura, Rosa Mota, Elna Guimarães, Maria Alda Nogueira, Colectivo de Mulheres Têxteis de Vale do Ave, Associação para o Planeamento da Família, Mulheres Autarcas, Inês Fontinha, Teresa Beleza, Laura Lopes, entre outras.

O apelo pela paz, inserido no guião, lido por Maria José Gomes, do Conselho Nacional do MDM, que acompanhou toda a cerimónia da homena-

gem na Sala Ogival do Castelo, sublinha que «hoje, mais do que nunca, é indispensável

um activo envolvimento da opinião pública nacional e internacional, exigindo dos Estados e governos uma intervenção responsável, no sentido de pôr termo à violência, concentrando esforços na

solução política dos problemas e dos conflitos que contribuem para a actual tensão internacional». E alerta: «A guerra não é solução. A única solução são os esforços pela democracia, em defesa dos direitos, liberdades e garantias dos povos. A paz é a condição mínima para a sobrevivência da humanidade.»

Problemas e exigências

A saudação do MDM relembra os múltiplos problemas em suspenso e as exigências para este novo milénio.

O desinvestimento do poder central na área social e em relação à situação da mulher, foi particularmente denunciado. Da desvalorização da função social do Estado à insuficiência dos investimentos públicos, passando pela não concretização, na prática, de direitos como os de uma maternidade/paternidade conscientes, o planeamento familiar, a educação sexual, a especial protec-

ção da mulher trabalhadora, a igualdade de oportunidades no trabalho e salário.

Dulce Rebelo, uma mulher que esteve presente desde a primeira hora

A saudação afirma, em particular, que se acentuam «as desigualdades sociais e económicas, numa lógica neoliberal, altamente competitiva, que atinge, como sabemos, particularmente

as mulheres».

Face a esta situação, o MDM defende o direito a exigir uma política de maior justiça social, económica e cultural; de desenvolvimento e progresso, sempre solidária e inclusiva; de respeito pela nossa cidadania, de paz.

Momento de cultura

A homenagem a Dulce Rebelo constituiu também um momento cultural. E de participação de vozes amigas.

De par das intervenções de três amigos de Dulce Rebelo – Ana Maria Braga da Cruz, presidente da CIDM, Maria Raquel Delgado Martins e Salvado Sampaio –, e da entrega da distinção de honra, por Teresa Santos, do Secretariado Nacional do MDM, houve tempo para guitarradas e a actuação do Coro Lopes - Graça, com quatro canções heróicas *in memoriam* José Gomes Ferreira, quatro canções das «Barcas Novas» e quatro canções heróicas.

Em defesa da vitivinicultura

Mais de uma centena de agricultores aprovou, a semana passada, em Plenário realizado em Barcelos, uma Moção apresentando algumas exigências, em particular quanto à produção vitivinícola.

Na moção, entretanto entregue ao presidente da Câmara de Barcelos e que deverá ser enviada a diversas entidades, põe em causa a propaganda governamental quanto aos apoios à agricultura.

Os participantes no encontro de Barcelos afirmam que a realidade é bem diferente dessa propaganda, «a agri-

cultura atravessa dificuldades, sobem os custos com factores de produção, os rendimentos dos agricultores mantêm-se em baixa e o mundo rural continua em perda».

A Moção dá particular destaque à produção vitivinícola, que «está *debaixo de fogo* do Governo e da União Europeia» e denuncia a «absurda descida da taxa de alcoolémia» que já originou e continua a provocar «grandes e graves prejuízos para os vitivinicultores, adegas cooperativas e restante fiação».

Refere as importações sem controlo, designadamente de

países da União Europeia, a subida da taxa do IVA no vinho e a ameaça de introdução do «Imposto Especial de Consumo» que, a verificar-se, poderá ser o *golpe final* sobre milhares de vitivinicultores e grande parte das adegas cooperativas.

Neste contexto, os agricultores de Barcelos reclamam a revogação da lei sobre a taxa de alcoolémia para os limites que vigoravam anteriormente e a implementação de medidas eficazes de controlo das importações de vinhos, nomeadamente provenientes de outros países europeus.

Os agricultores exigem ainda a manutenção da anterior taxa do IVA, a não aceitação do Imposto Especial, a revisão dos aspectos mais gravosos da Lei Fiscal, nomeadamente quanto à tributação das ajudas comunitárias, a base mínima de incidência da tributação e a (re)criação de ajudas públicas à Contabilidade Agrícola.

Por último, a moção refere a necessidade de alargamento do acesso à redução para a Segurança Social, e da criação urgente do Laboratório Interprofissional do Leite.

Encontro em Coimbra

Monodocência e discriminação

«O regime de docência no 1.º Ciclo do Ensino Básico» esteve em debate, a semana passada, em Coimbra. Um Encontro Nacional de Quadros Sindicais, promovido pela Fenprof, e que se insere num conjunto de iniciativas, a desenvolver ao longo deste ano lectivo.

A iniciativa agora realizada em Coimbra tem a ver com a organização curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, num momento em que, a este nível, estamos muito longe da escola da instrução primária onde bastava aprender a ler, escrever e contar.

Mantêm-se entretanto a monodocência, o professor polivalente que se desdobra em saberes e técnicas. Uma realidade que a Fenprof contesta e considera mesmo que produz evidentes discriminações.

Em nota à comunicação social, o Secretariado Nacional da Fenprof lembra que a organização curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico inclui hoje áreas disciplinares tão diversificadas como língua portuguesa, matemática, estudo do meio, expressões artísticas e físico-motoras. Como áreas curriculares não disciplinares inclui ainda, a área de projecto, o estudo acompanhado, a formação

cívica e facultativamente a educação moral e religiosa e actividades de enriquecimento em que se destaca a iniciação a uma língua estrangeira.

Aceitar um tal caminho significa assumir o princípio da desigualdade

Na prática, o actual modelo de monodocência tem conduzido a uma redução drástica do currículo. Situação que tende a agravar-se com a reorganização curricular, em resultado das novas áreas curriculares introduzidas.

Este recurso à redução dos currículos põe em causa a Escola Pública que teria de «assegurar a todos os alunos que todas as áreas curriculares são trabalhadas com igual dignidade».

Desigualdades

«Sem medo das palavras», afirma-se na nota da Fenprof, «temos que afirmar que aceitar um tal caminho significa

assumir o princípio da desigualdade, uma vez que muitas famílias não podem facultar aos seus filhos os espaços e meios que lhes permitam ter acesso às aprendizagens e actividades que a escola não lhes consegue disponibilizar.»

O esgotamento desta solução pedagógica é na verdade constatado pelos próprios pais que, quando tal lhes é possível, colocam os seus filhos a frequentar actividades em diversas áreas, da expressão musical à educação física. O que naturalmente passa pelo crescimento, que se vem a verificar, da oferta privada nestes domínios.

E assim «o sistema produz evidentes discriminações que assentam, uma vez mais, em razões sociais e económicas» - lembra a nota de imprensa. «As famílias de melhores rendimentos "compram" para os seus filhos competências que a generalidade das escolas públicas não está em condições de garantir a todos.»

Dá a exigência da Federação de Professores, que sublinha a necessidade de «um grupo de docentes com formações diferenciadas» para trabalhar, em equipa, um currículo que hoje abarca saberes e competências diversificados.



O professor polivalente está ultrapassado

Reunião de utentes em Setúbal

A saúde em debate

A prestação de cuidados de saúde na Península de Setúbal, designadamente as condições dos locais, a oportunidade temporal e a abrangência na prestação desses cuidados, foi avaliada no 3.º Encontro das Comissões de Uteses da Saúde, realizada em Miratejo, no passado dia 10. Uma reunião em que se procedeu também à análise da actividade desenvolvida pelas Comissões de Uteses.

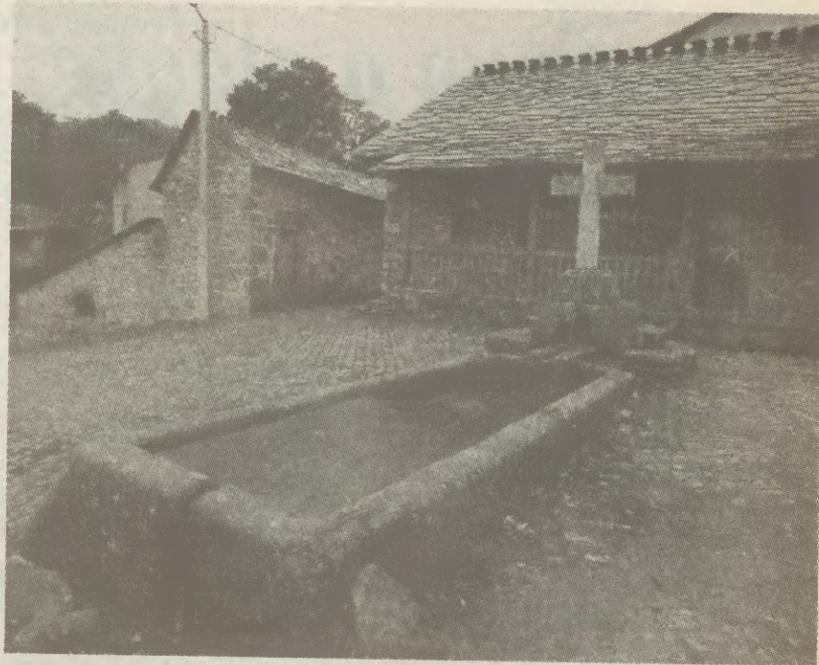
A prestação de cuidados de saúde mereceu nota claramente negativa, repetindo-se nos concelhos desta área os problemas que generalizadamente se vivem por todo o país.

Assim, e quanto às condições dos locais, constatou-se uma enorme carência de instalações, sobretudo nas áreas onde o crescimento populacional tem sido mais acentuado. E uma dramática falta de equipamentos, designadamente aqueles que podiam auxiliar no diagnóstico.

Por outro lado, a oportunidade temporal da prestação de cuidados de saúde é condicionada pela falta de profissionais. O que se reflecte nos tempos de espera por consulta, «manifestamente desumanos», e no constante crescimento do número de utentes sem médico de família.

A abrangência dos cuidados prestados é também motivo para muitas críticas, e os utentes enfrentam dificuldades acrescidas quando necessitam de uma consulta de especialidade. Ao tempo de espera pela consulta de encaminhamento, junta-se o tempo de espera pela consulta de especialidade e a descoordenação entre médico especialista e médico de família.

Uma situação que, por acréscimo, estará longe de ter resposta, tendo em conta a exiguidade das verbas previstas pelo Orçamento de Estado para o próximo ano.



Democracia em agonia

• José Brinquete

Com o aproximar do dia das eleições autárquicas, interessa falar de liberdade. Dessa liberdade plena (económica, social, cultural), com responsabilidade, que é suposto ter sido conquistada com o 25 de Abril. A experiência, mais uma vez, da constituição de listas CDU em inúmeros concelhos do interior do País, permite-me ser testemunha privilegiada de como, no momento presente, numa boa parte do território nacional, em muitos casos, a liberdade e a democracia não passam de mera figura de retórica.

As teias do poder são múltiplas e complexas. O tecido social, tanto urbano como rural, está completamente minado por pressões de caciques de «meia tigela», por favores e compadrios de gente que muito promete em tempo eleitoral e pouco dá aos cidadãos que eventualmente ficam iludidos, por comissários políticos de hoje (PS) e de ontem (PSD).

Aqueles que me dizem que o tempo é de falar, pura e simplesmente, de obras autárquicas, eu digo sem qualquer dúvida, que o tempo é, também, de falar de Liberdade e de Democracia. São imensos os episódios que conhecemos de gente que em segredo nos diz que tem medo de dar a cara. Gente que aguarda o prometido emprego para um filho ou para um familiar próximo. Outros, dizem-nos (que o Sr. Doutor ou a Sr.ª Doutora), tal e qual, lhe acenou com uma promoção profissional. Outros, ainda, confessam-nos que, em eleições anteriores, pelo facto de pertencerem às listas da CDU, sofreram retaliações no seu local de trabalho e que a sua família ficou «marcada» para sempre.

Invariavelmente, as pressões, as retaliações, as ameaças veladas, tanto vêm do PS como do PSD. A experiência de outras batalhas eleitorais também nos ensinou que, no que toca a promessas de emprego ou outras benesses, passadas as eleições tudo é ignorado.

Os promotores esquecem-se das suas promessas. Mas se é verdade que estas práticas políticas, de falsários e tranquiébernis, são por de mais conhecidas, também não é menos verdade que, com este tipo de actuação, conseguem «atar de pés e mãos» muitos homens e mulheres, que deixam de exercer um direito constitucional, que é o de poderem candidatar-se pela força política de que gostam, admiram e apoiam. Claro que o PS e o PSD, em nenhum

momento, assumem estes comportamentos. Chegam mesmo a dizer que são falsos. Ora, sendo difícil apresentar testemunhos concretos, por medo de retaliações, o que é verdade é que toda a gente sabe que assim é.

CDU é espaço aberto e plural

É neste contexto, de uma democracia «agonizante», com imensas limitações e declarados constrangimentos, que os candidatos da CDU, no distrito de Bragança, dão um exemplo marcante de disponibilidade cívica e política, dispendo-se a lutar por um verdadeiro Poder Local Democrático. **Porque a CDU é um espaço aberto e plural, onde a opinião de cada um conta.**

No mandato que está prestes a terminar, o PS detém sete Câmaras Municipais e o PSD cinco, das doze existentes no distrito.

Qualquer observador minimamente atento dirá que não é possível distinguir diferenças de maior, na actuação destas forças políticas. Um candidato da CDU dizia há dias, e com toda a razão, que os presidentes das Câmaras Municipais do distrito não passam de presidentes «jardineiros». Efectivamente estes presidentes são especialistas em fazer jardins, na maior parte dos casos pequenos jardins. Localizados, fundamentalmente, na sede do município.

Aos autarcas do PS e do PSD falta-lhes uma visão estratégica para o Nordeste Transmontano.

Claro que vão aparecendo algumas obras de reconhecido mérito. Porém, estas surgem de forma desgarrada e casuística.

Por tudo isto, não posso esquecer aquele jovem que, há uma semana, me dizia, numa reunião em Macedo de Cavaleiros, a propósito da mobilização de idosos que o presidente da Câmara fez para uma feira, daquelas feiras que às vezes só servem para gastar fundos comunitários e pouco mais. Dizia o jovem que «quando é para comícios a Câmara tem transportes de borla para os idosos, quando estes têm de ir ao médico, têm de pagar do seu próprio bolso o táxi ou a ambulância!» O tempo político actual é de luta, com determinação e confiança num bom resultado para a CDU e na defesa da liberdade e da democracia em todo o território nacional.

Continua o ataque aos serviços públicos

• Fátima Garcia

Este fim de semana vi num canal de televisão belga, um programa de informação sobre as competências das diferentes Instituições da União Europeia. Referindo-se ao Parlamento Europeu (PE), diziam que este era o órgão representativo dos povos da Europa e aquele que deles estava mais próximo.

Veio-me imediatamente à ideia o comportamento destes «representantes» durante a discussão e votação de diversos relatórios, na

a possibilidade de, em determinadas circunstâncias, as autoridades competentes, especialmente as autoridades locais, poderem decidir continuar ou não a fornecer serviços de transporte às populações (PS votou a favor e o PSD contra. O PP esteve ausente na votação destes relatórios). No que se relaciona com os direitos dos trabalhadores foi aprovada uma alteração que estabelece que «o novo operador deve ser obrigado a oferecer aos trabalhadores admitidos antes da adjudicação do contrato pelos menos os

mesmos direitos de que beneficiavam antes de o serviço ser confiado ao operador seleccionado» (votos a favor do PS e contra do PSD). Quanto ao acesso aos serviços portuários coloca-se, logo à partida, a contradição de se estarem a aprovar

directivas visando reforçar a segurança nos portos, a fim de evitar os acidentes que se vêm verificando e que têm graves consequências para o meio ambiente, e se propor agora o acesso de novos operadores. Por outro lado, não conseguimos encontrar um único sector que já hoje preste serviço nos portos, que estivesse de acordo com a proposta da Comissão Europeia.

Pudemos defender a exclusão da Directiva do sector de pilotagem (com o voto a favor do PS e o PSD a votar a favor e contra?) mas não conseguimos excluir o sector de estiva (PS e PSD votaram contra a exclusão). Também não nos foi possível retirar da Directiva a modalidade de «auto-assistência» o que significa, por exemplo, que o utente do porto pode proceder ele próprio à descarga do navio sem ser obrigado a recorrer aos trabalhadores que normalmente prestam esse serviço (PS e PSD também votaram contra). Foi introduzido como critério para a concessão de autorização «a observância das disposições da legislação aplicável em matéria de emprego» e «requisitos relativos à protecção social dos trabalhadores envolvidos», o que consideramos nitidamente insuficiente.

Uma chamada de atenção. Apesar de algumas melhorias introduzidas pelo PE nos textos que lhe foram apresentados pela Comissão, compete agora ao Conselho (o conjunto dos governos dos Estados-membros) decidir se aceita a proposta da Comissão com as propostas de alteração do PE. No Conselho de Lisboa ficou clara a vontade de privatização dos serviços públicos e portanto sabemos que não será fácil a defesa destes dois sectores. Mas o período que começa agora a decorrer é da maior importância para que os trabalhadores e as suas estruturas ainda possam fazer ouvir a sua voz.

semana passada em sessão plenária. E se não prevíssemos que o seu resultado vai ter graves consequências para os trabalhadores, teríamos soltado uma alegre gargalhada como se tivéssemos ouvido uma boa anedota. É de facto pena que muitos daqueles em quem os eleitores confiaram, venham a trair essa confiança adoptando medidas que deveriam ser os primeiros a rejeitar em nome de quem os elegeram. É pior, que desse facto não dêem conhecimento. Tratou-se em concreto de duas Propostas de Directiva da Comissão Europeia: uma sobre «serviço público em matéria de transportes de passageiros por via férrea, por estrada e por via navegável» (leia-se privatização de todos os meios de transportes de passageiros); outra «relativa ao acesso ao mercado dos serviços portuários» (o que significa privatizar todos os serviços prestados nos portos europeus).

Quanto à questão de fundo, a posição do PCP, também no PE, sempre foi clara – estamos contra todas as propostas de privatização de serviços públicos, pelo que de grave implica para os trabalhadores e os utentes – claramente provado pelas consequências que têm tido em Portugal e no estrangeiro.

Porém, uma coisa também para nós é clara. O Grupo em que nos inserimos – GUE/NGL – não tem a maioria no PE e não encontrando parceiros nos outros Grupos dispostos a derrotar tais propostas só nos resta um caminho, procurar alianças que permitam melhorar os textos em discussão, de modo a salvaguardar o melhor possível os interesses daqueles que trabalham em cada um destes sectores e dos que os utilizam.

Que fique claro!

No que se refere aos transportes de passageiros conseguimos fazer aprovar

Parlamento Europeu aprova alargamento dos poderes da Europol

Europa policial

A pretexto do terrorismo, está em marcha um complexo mecanismo de limitação de liberdades que pode conduzir à criação de uma «Europa Fortaleza».

Na semana passada, o Parlamento Europeu aprovou um relatório apresenta-

do em nome da Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos, relativo a duas iniciativas, uma belgo-sueca e outra sueca, a primeira das quais alarga o mandato da Europol às formas graves de criminalidade internacional e a segunda regulamenta a transmissão de dados pessoais pela Europol a Estados e organismos terceiros.

A deputada comunista Ilda Figueiredo fez séria críticas a estas medidas, considerando «qualquer alargamento dos poderes da Europol deve ser precedido de debate pelo Parlamento

Europeu e pelos parlamentos nacionais».

Portugal pode tornar-se num espaço privilegiado de perseguição e vigilância da Europol

Pegando no caso do nosso país, a eurodeputada lembrou que a Europol considera o espaço geográfico português como a porta principal de entrada na Europa. Ora, «este facto aliado ao

alargamento do seu mandato no combate ao terrorismo e ao crime organizado», fariam do território nacional num «espaço privilegiado de perseguição e vigilância desta estrutura, à margem das polícias nacionais, do Ministério Público e do efectivo controlo democrático da sua actuação por parte da Assembleia da República».

Os projectos que constam do relatório aprovado, expli-

cou Ilda Figueiredo, pretendem a articulação entre polícias, serviço de informações e ficheiros, sem qualquer controlo democrático, no quadro de uma política de imigração restritiva e xenófoba e de limitação das liberdades individuais». Aliás, acrescentou, «se já hoje não existe controlo democrático sobre o serviço de informação Schengen, o que não seria a transmissão de informações a estados e organismos terceiros, principalmente tutelados pela Europol e pelas agências americanas a pretexto do combate ao terrorismo?».

Por último, a deputada do PCP considera que não só o mandato da Europol «não deve sobrepor-se às polícias nacionais e ao controlo do Ministério Público», como «as suas actividades em cada país devem ser inscritas nos relatórios de segurança interna». Do mesmo modo, defende que «a Europol deve estar subordinada ao Tribunal de Justiça Europeu» e deve prestar contas, em relatório pormenorizado, ao Parlamento Europeu.



O reforço da Europol insere-se na política de imigração restritiva e xenófoba

Zona euro perto da recessão

O Fundo Monetário Internacional, que terminou no sábado uma reunião em Otava, capital do Canadá, considera que a economia mundial estava mais enfraquecida do que se pensava já antes dos atentados de 11 de Setembro. Os mais recentes dados indicam que a situação há muito que se tem agravado em várias regiões, incluindo os Estados Unidos, a Europa e o Japão, bem como vários países emergentes da Ásia e América Latina.

As projecções económicas do FMI fazem recuar os prognósticos de crescimento mundial para apenas 2,4 por cento em 2001 e 2002, contra as 2,6 por cento e 3,5 por cento, respectivamente, previstos no início de Outubro.

A zona euro não escapa ao abrandamento generalizado, isto apesar de alguns dos seus

principais dirigentes políticos continuarem a recusar publicamente este cenário. Porém, o FMI não parece ter dúvidas quando estabelece um crescimento dos 12 países da zona do euro de apenas 1,3 por cento em 2002, menos 0,9 pontos percentuais que em Outubro.

Mesmo para estes anos, a baixa é notória – menos 0,2 pontos – para 1,6 por cento, colocando a Europa dos doze perto da recessão.

Apesar divulgar números à escala decimal, o Fundo resguarda-se afirmando que as previsões «continuam sujeitas a uma grande incerteza» e que é «muito difícil» avaliar a amplitude e a duração das consequências do 11 de Setembro, sem contar já com os resultados do conflito do Afeganistão. Em Dezembro, o FMI avança com novas projecções.

Alemanha discorda

No mesmo dia em que o FMI divulgou as suas conclusões, o governo alemão fez questão de afirmar que mantém a sua previsão de crescimento em 1,25 por cento em 2002, apesar das projecções bastante mais pessimistas do Fundo.

Segundo o secretário de Estado das Finanças alemão, Cai Koch-Weser, que falava numa conferência de imprensa antes do início dos trabalhos da reunião do G-20, em Otava, o FMI é muito pessimista.

Refira-se que o Fundo considera que o crescimento do Produto Interno Bruto da Alemanha será somente de 0,8 por cento no próximo ano. O responsável alemão contestou igualmente as perspectivas para este ano, de 0,7 por cento, quando o seu governo continua a apontar para um crescimento de 0,75 por cento.

Parlamento quer acordo com Cuba

Por iniciativa de deputados de vários grupos do PE, entre os quais a deputada, do PCP, Ilda Figueiredo, o Parlamento aprovou uma resolução em que expressa a sua solidariedade com os familiares das vítimas e com as pessoas afectadas pela catástrofe causada pelo furacão «Michelle» na sua passagem pelas Honduras, Nicarágua e Cuba, que originou vítimas mortais, desaparecimentos e deslocação forçada de pessoas, bem como elevados danos materiais. Salientando a pronta ajuda dada pela Europa dos Quinze aos primeiros dois países, o PE deplora que a ausência de um acordo de cooperação com Cuba não permita que a UE possa contribuir para minorar os efeitos devastadores neste país. A este respeito, o parlamento reiterou a sua opinião sobre a necessidade de um acordo de cooperação com Cuba. O PE solicitou igualmente ao governo dos EUA que, apesar do bloqueio em vigor, responda favoravelmente ao pedido de Cuba de adquirir víveres e medicamentos nos Estados Unidos, a fim de minorar as consequências desta catástrofe humanitária.

Solidários com vítimas na Argélia

O plenário da passada semana aprovou ainda uma resolução, na qual expressa a sua profunda solidariedade a todo o povo argelino e às famílias das vítimas das tempestades catastróficas que se abateram sobre a Argélia e que causaram a morte de mais de 500 pessoas e um grande número de feridos, além de importantes danos nas infra-estruturas e habitações. No documento, o PE solicita à Comissão que forneça à Argélia uma ajuda especial de emergência para as vítimas desta catástrofe, dando prioridade às famílias mais pobres, que foram as mais atingidas. Entretanto, a Comissão Europeia já enviou uma equipa de avaliação ao terreno e disponibilizou de imediato 758.800 euros para acorrer às necessidades urgentes das vítimas. Por último, os deputados solicitaram à Comissão que ponha à disposição do governo argelino uma missão de peritos técnicos encarregados de avaliar e quantificar os danos e convidam a Comissão e os estados-membros a prestarem ajuda, no âmbito da parceria mediterrânica, que contribua para a reconstrução das habitações e para o restabelecimento das infra-estruturas.

Pobreza na União Europeia Uma tragédia de 60 milhões

Já a partir de Janeiro do próximo ano a União Europeia contará com um programa de combate à pobreza que é resultado das propostas e empenhamento da deputada, do PCP, Ilda Figueiredo.

Após um complicado processo, marcado por avanços e recuos, na votação de um relatório apresentado por Ilda Figueiredo, o plenário aprovou o projecto comum resultante das reuniões entre as delegações do PE e do Conselho sobre um programa de acção contra a exclusão social.

Até aqui, o caminho foi difícil e sinuoso. Foi preciso «vencer a intransigência do Conselho designadamente na área do orçamento do programa, da participação e do apoio financeiro às ONG (organizações não-governamentais), do papel do Parlamento Europeu e da promoção de abordagens inovadoras». Como lembrou, ao plenário, Ilda Figueiredo, o «processo foi longo» e incluiu «uma segunda leitura, em 17 de Maio deste ano, diversas reuniões de trabalho com a presidência belga e a conciliação [com os governos dos Quinze] onde, finalmente, se obteve um consenso, em 18 de Setembro».

Nestas negociações, o acordo alcançado permitiu o aumento do orçamento inicialmente previsto em cinco milhões de euros, num total de 75 milhões (15 milhões de contos), para os cinco anos do programa. Este importante montante é, no entanto, considerado «escasso» pela deputada comunista, mas «dada a intransigência do Conselho, um não acordo implicaria a

não entrada em vigor do próximo ano».

Por outro lado, acrescentou Ilda Figueiredo, foi também conseguida «a consagração da promoção das abordagens inovadoras e o apoio financeiro às acções desenvolvidas pelas ONG que passou de 80 por cento para 90 por cento em condições excepcionais, sendo ainda de salientar que se consagrou a participação das ONG, do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões na preparação e con-

cretização da Mesa-Redonda anual sobre a evolução da situação e a aplicação do programa».

O Parlamento Europeu terá ainda uma palavra a dizer sobre o relatório-síntese para o Conselho da Primavera que a Comissão elaborará anualmente e onde apreciará a coerência global das políticas de coesão social e os progressos alcançados no quadro do presente programa.

Compromissos e necessidades

A urgência de pôr em prática uma estratégia de luta contra a pobreza é patente nos dados disponíveis, embora estes, como realça Ilda Figueiredo, «não captem toda a complexidade e multiplicidade das dimensões da pobreza e exclusão social». Mesmo

assim, segundo as estatísticas de 1997, cerca de 18 por cento da população europeia, ou seja, mais de 60 milhões de pessoas, pertenciam a agregados familiares que com proveitos inferiores a 60 por cento do rendimento médio nacional, e perto de metade desses cidadãos viveram abaixo do limiar de pobreza durante três anos consecutivos.

É com este pano de fundo que há um ano o parlamento europeu aprovou em primeira leitura o presente programa comunitário, como um dos elementos relevantes da luta contra a exclusão social, assunto sobre o qual o Conselho de Chefes de Estado e de Governo tanto falou na Cimeira de Lisboa, em Março de 2000.

Mais tarde em Nice, os estados-membros assumiram novos compromissos no combate à pobreza, concordando em Estocolmo em promover o desenvolvimento sustentável e empregos de qualidade, para assim reduzir o risco de pobreza e exclusão social.

Entretanto, foram elaborados planos nacionais de inclusão social que identificam como causas do flagelo o desemprego de longa duração, o baixo rendimento, o emprego de baixa qualidade, a privação do alojamento, a saúde precária, a imigração, o abandono escolar precoce, a desigualdade entre os géneros, a discriminação e o racismo, a deficiência, velhice, e toxicod dependência, entre outras.

Para Ilda Figueiredo, «por vezes estes factores de risco interagem e acumulam-se ao longo do tempo, sendo necessário quebrar este ciclo recorrente e prevenir a pobreza intergeracional e as suas novas formas incluindo a exclusão social.

O desemprego de longa duração e o emprego de baixa qualidade são causas do flagelo



Um quinto da população europeia vive como menos de 60 por cento do rendimento médio nacional

Frota de Marrocos

Reestruturação urgente

Com a aprovação de um relatório no PE sobre a reestruturação dos barcos e dos pescadores que operavam nas águas de Marrocos, o Conselho de Pescas tem condições de finalmente resolver a situação que de muitas centenas de pescadores e armadores portugueses e espanhóis, que se encontram parados desde 1999.

Para Ilda Figueiredo trata-se de uma questão «da maior importância» uma vez que as indemnizações que estão a ser pagas actualmente terminam no final do ano. A deputada considera deste modo que o programa de reestruturação, com um financiamento

previsto de 197 milhões de euros, deverá iniciar-se já em Janeiro de 2002, de acordo as alterações propostas pelos eurodeputados.

A Comissão das Pescas do PE deseja que a reestruturação da referida frota comunitária - composta de mais 400 navios e 4300 pescadores portugueses e espanhóis - esteja operacional no início do próximo ano, depois de accionado o chamado instrumento de flexibilidade orçamental, questão que será objecto de um processo de conciliação com o Conselho de ministros dos Quinze, que ontem, quarta-feira, decorreu no quadro

da segunda leitura do Orçamento da UE para 2002.

As alterações introduzidas ao projecto de regulamento pretendem que a ajuda europeia à reconversão da frota não beneficie apenas os armadores e os pescadores mas assista também as zonas e as empresas do sector afectadas pela não renovação do acordo com Marrocos. Neste âmbito, as empresas que provarem ter sofrido perdas de receitas equivalentes a pelo menos 70 por cento do seu volume de negócios deverão ser elegíveis para as ajudas previstas no regulamento.

O PE preconiza a elegibili-

dade de todas as embarcações afectadas, independentemente da respectiva idade. O mesmo princípio deve aplicar-se, segundo o Parlamento, aos pescadores que encontraram outros empregos, temporários na sua maioria, bem como aos pescadores e armadores que tentaram sem sucesso reconverter-se.

Quanto às percentagens de repartição das ajudas pelos vários tipos de medidas, devem poder ser modificadas em função da procura que suscitarem, o que permitirá facilitar a utilização a 100 por cento da totalidade dos fundos comunitários disponíveis.

Salvar a construção naval

Com os votos dos deputados do PCP, o Parlamento Europeu aprovou um relatório que autoriza a concessão aos estaleiros europeus de ajudas públicas de funcionamento na ordem dos seis por cento, que poderão atingir em casos especiais os 14 por cento. Esta medida, como frisou Ilda Figueiredo na sua intervenção, surge depois de os Quinze terem optado pela liberalização, eliminando ajudas e promovendo a concentração. Em consequência, outros países que não seguiram esta política, nomeadamente a Coreia, colocaram em grandes dificuldades a construção naval europeia, cuja importância estratégica forçou a UE a dar a mão à palmatória e a retomar as ajudas estatais. Contudo, como alertou Ilda Figueiredo, a proposta é «apenas temporária e parcial, situando-se no mesmo plano de *dumping* (venda abaixo do preço de custo) da Coreia». De facto, a medida só deverá vigorar até que a Organização Mundial do Comércio (OMC) se pronuncie sobre o litígio que opõe a UE à República da Coreia, propondo-se para já um prazo até 31 de Dezembro de 2003.

Comércio de armas ligeiras

O Parlamento Europeu propôs a realização, até 2006, de negociações internacionais sobre a regulamentação do comércio de armas. Votada por vários grupos políticos, onde se inclui a Esquerda Unitária Europeia, de que fazem parte os deputados do PCP, a resolução pretende combater a acumulação e a proliferação de armas de pequeno calibre e de armas ligeiras. O PE apela aos Estados para que exijam o registo e a concessão de licenças para o exercício da actividade de intermediação de armamento. Os estados-membros são ainda instados a processarem judicialmente os infractores e os que desrespeitarem os embargos de armas decretados pelas Nações Unidas ou pela UE. Exorta-os ainda a publicar uma lista dos infractores condenados bem como a trocarem informações com outros governos e organizações internacionais. Esta resolução parlamentar enquadra-se na acção internacional prevista no Programa de Acção da ONU para Evitar, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas de Pequeno Calibre e Armas Ligeiras.

Parvanov presidente da Bulgária

O líder do ex-partido comunista, o socialista Gueorgui Parvanov, venceu segunda-feira as eleições presidenciais na Bulgária, à segunda volta, obtendo 53 por cento dos votos.

Parvanov já tinha vencido o seu adversário, o actual chefe de Estado, o conservador Petar Stoyanov, na primeira volta, celebrada no passado dia 11 de Novembro, porém nenhum dos candidatos tinha alcançado a maioria absoluta, razão pela qual foi convocada uma segunda volta.

«Serei presidente da República», declarou Parvanov. «Trabalharei pela aceleração do processo de adesão da Bulgária à UE e à NATO», prometeu. O PCP saudou o «importante sucesso» de Georgi Parvanov a quem desejou os melhores votos no «exercício de tão alto cargo, na complexa situação da Bulgária», em prol dos «interesses dos trabalhadores e de todo o povo búlgaro».

Vitória da LDK

A Liga Democrática do Kosovo (LDK), de Ibrahim Rugova, venceu as primeiras eleições legislativas realizadas no Kosovo, sob a égide da ONU, após os ataques da NATO à Jugoslávia.

A LDK obteve 46,29 por cento dos votos, muito longe dos 70 por cento «prometidos» por Rugova quando no passado fim-de-semana afirmava que «os cidadãos do Kosovo merecem a independência». Em segundo e terceiro lugares ficaram o Partido Democrático do Kosovo e a Aliança para o Futuro do Kosovo, versão política do UÇK, oficialmente «extinto». A coligação sérvia «Regresso» recebeu 10,96 por cento dos votos.

Em Bruxelas, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE reafirmaram não ser «favoráveis à independência do Kosovo».

Emboscada em Caxemira

Pelo menos dez soldados indianos morreram e mais de 20 ficaram feridos numa emboscada efectuada por rebeldes islâmicos.

O ataque causou igualmente a morte a três civis e ferimentos em quatro pessoas, quando a polícia começou a disparar sobre os rebeldes. O ataque aconteceu quando dezenas de soldados indianos atravessavam uma ponte na estrada que faz a ligação entre as localidades de Jamu e Sinagar.

Paz na Tchetchénia

O emissário oficial do presidente tchetcheno Aslan Maskhadov considerou, segunda-feira, que o novo processo de negociações entre a Tchetchénia e a Rússia constitui uma «página aberta capaz de travar o derramamento de sangue» no território.

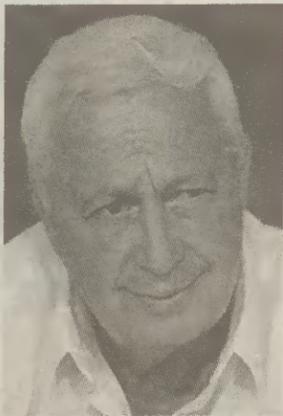
Estas conversações tiveram como objectivo colocar fim aos conflitos que já fizeram, pelo menos, 15 mil mortos.

Ao contrário do que se esperava, Powell não apresentou nenhum plano de paz

Conselheiros norte-americanos no Médio Oriente

Colin Powell apela a Arafat para pôr fim à Intifada e a Ariel Sharon para acabar com a colonização da Palestina.

Num discurso proferido na Universidade de Kentucky, Colin Powell, secretário de Estado dos Estados Unidos, revelou ainda ter nomeado o general Anthony Zinni para o posto de conselheiro especial do secretário de Estado, com a missão de ajudar as partes a chegarem a um cessar-fogo durável e a progredirem no sentido do plano Tenet e pelo relatório da comissão Mitchell.



Sharon chamado a tribunal

A justiça belga intimou o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, para que se apresente a 28 de Novembro em Bruxelas para responder à acusação sobre a responsabilidade nos massacres de Sabra e Chantila.

Segundo o jornal diário Le Soir, o pedido de comparência deverá ser entregue a Sharon pelo embaixador da Bélgica em Israel, Wilfried Greens.

O processo judicial em que Sharon se encontra indiciado foi instaurado este ano por um grupo de 23 refugiados palestinos que vivem actualmente no Líbano e por algumas organizações. Os crimes referem-se a massacres nos campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatila entre 16 e 17 de Setembro de 1982. Os palestinos falam em três mil vítimas civis. Por seu lado os israelitas dão conta de 700 a 800 mortos. O massacre foi cometido por milícias libanesas cristãs, com o apoio de Israel.

Os dois acusados são Ariel Sharon e um alto funcionário do Ministério da Defesa israelita. O actual primeiro-ministro ocupava as funções de ministro da Defesa na altura a que remontam as acusações, tendo sido obrigado a demitir-se.

«Temos a visão de uma região com dois estados, Israel e a Palestina, que vivem lado a lado com segurança e fronteiras reconhecidas (...) uma região onde todas as pessoas têm um trabalho que lhes

«Israel tem de estar disposta a acabar com a sua ocupação»

permite colocar pão nas suas mesas, providenciar um tecto para as suas cabeças e oferecer uma educação decente aos seus filhos», disse o secretário de Estado.

Powell fez questão de dizer que os ataques terroristas são um obstáculo que só pode deixar de existir quando a ameaça nem sequer paire no ar. «Sejam quais forem as frustrações dos palestinos e a raiva por causa da ocupação, a Intifada é agora vista como areia movediça na violência de autodefesa e terror dirigido a Israel. Os palestinos têm de perceber que independentemente da legitimidade da sua causa, eles não podem ser ouvidos, quanto mais contactados, através da violência», acrescentou.

Por seu lado, «Israel tem de estar disposta a acabar com a sua ocupação. Demasiados palestinos vivem com postos de controlo, raides e indignidades. A ocupação magoa a Palestina, mas também afecta Israel», concluiu.

Reacções

A reacção ao discurso por parte de Nabil Shaath, mem-

bro da Autoridade Palestina, foi positiva: «Pela primeira vez os Estados Unidos falaram na necessidade de pôr fim à ocupação israelita. Pela primeira vez eles estão a falar de um Estado palestino viável.»

«O primeiro-ministro Ariel Sharon congratula-se com o discurso do secretário de Estado Colin Powell», indicou por seu lado a presidência do Conselho israelita num comunicado divulgado a Jerusalém.

O documento indica também que Israel está comprometido com as recomendações do chefe da CIA, George Tenet, sobre o respeito do cessar-fogo e com as recomendações do relatório Mitchell.

O chefe da diplomacia francesa Hubert Védrine saudou também o discurso de Powell pela definição de uma nova etapa na intervenção norte-americana no Médio Oriente. O ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Jochka Fischer, felicitou igualmente as palavras de Colin Powell, segundo um comunicado.

Entretanto, no terreno, horas depois da intervenção de Powell, dois palestinos foram assassinados. O chefe da polícia de Gaza, Abdel Resek-al-Mayaida, acusou o Exército israelita de «assassínio a sangue frio». «As tropas israelitas assassinaram a sangue frio, e depois passaram com os tanques sobre os seus corpos», disse al-Mayaida, adiantando que se trata de «mais uma terrível execução sem julgamento».

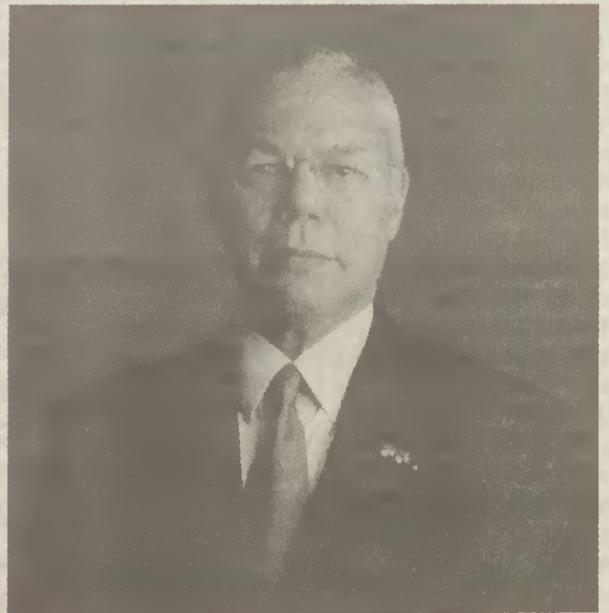
Manifestações pela paz

Vários milhares de manifestantes participaram, domingo, em Paris numa marcha pela paz, respondendo ao apelo de partidos políticos, sindicatos e organizações de esquerda.

Coordenada pelo Movimento pela Paz. A manifestação contou com os apoios do Partido Comunista, dos Verdes, dos sindicatos CGT e SUD e da Liga dos Direitos do Homem.

Manifestantes pacifistas, anti-imperialistas, anarquistas e jovens estudantes, todos «contra a guerra», desfilarão pelo centro de Paris gritando palavras de ordem como «Libertem as mulheres afegãs» ou «Basta de imperialismo».

Em Londres, um protesto antiguerra juntou cerca de 50 mil pessoas. A manifestação contestou a participação britânica nos bombardeamentos no Afeganistão. Os manifestantes marcharam a



«A violência e o terrorismo devem cessar imediatamente», declarou Powell na Universidade do Kentucky

Israel tortura palestinos

A Amnistia Internacional (AI) denunciou, terça-feira, em Genebra, Suíça, a persistência de práticas de «tortura» contra os detidos palestinos em Israel e a impunidade com que as leva a cabo.

As acusações desta organização pró-direitos humanos coincidem com a análise da situação em Israel que começou a ser feita pelo Comité contra a Tortura das Nações Unidas. Em comunicado, a AI assegura ter provas de casos de «tortura,

isolamento prolongado de detidos e brutalidades contra os palestinos, levados a cabo por membros das forças armadas».

Sublinha ainda que a «demolição de casas de palestinos» pelas autoridades israelitas é um «tratamento cruel, desumano e degradante», de acordo com o artigo 16 da Convenção contra a Tortura. «Mais de 500 casas foram demolidas nos territórios ocupados no ano passado», o que «deixou se habitação, pelo menos, 2 mil pessoas, na maioria crianças», conclui a AI.

Nova Constituição na Macedónia

Com várias semanas de atraso devido a divergências que puseram em risco os acordos de paz, o Parlamento da Macedónia aprovou, sexta-feira, uma série de emendas constitucionais destinadas a garantir maiores direitos para a minoria de origem albanesa.

O Parlamento promulgou as 15 emendas, uma a uma e com a maioria exigida de dois terços, em apenas 20 minutos. A votação realizou-se logo após a meia-noite, um horário escolhido para evitar novas manifestações de protesto em frente ao Parlamento e possibilitar a ratificação do acordo insistentemente criticado pela maioria dos eslavos.

As mudanças mais importantes concedem à minoria albanesa uma maior participação na polícia, no Parlamento e no sistema de educação. A adopção do idioma albanês também foi oficializada.

Segundo Javier Solana, representante da União Europeia, as alterações agora aprovadas representam «uma escolha pela paz e reconciliação».

liação, uma rejeição da violência e uma confirmação da entrada do país na família das nações europeias».

A NATO, por seu turno, garantiu que vai continuar a apoiar o governo de Scopje a manter a unidade do país e assegurar a continuidade da paz.

«A Macedónia está a dar um exemplo ao resto do mundo (...) ao virar as costas à espiral de violência que poderia culminar numa guerra civil. Os seus líderes criaram uma oportunidade de construir uma democracia multiétnica, pacífica e vibrante», afirmou o secretário-geral da Aliança Atlântica, George Robertson.

A realidade no terreno está no entanto longe de ser tão promissora. O plano de paz assinado a 13 de Agosto tem estado a ser violado pelos independentistas do UÇK. A 11 de Novembro, três polícias macedónias foram mortos na região de Tetovo, e domingo passado, membros do UÇK, agora sob o nome de Novo Exército de Libertação dos Albaneses, ameaçaram voltar à luta armada.



Cabul em ruínas. Segundo a ONU, 90 por cento de Cabul foi destruída entre 1992 e 1996

A era pós-talibã

O vespeiro afegão

A Aliança do Norte, instalada no poder em Cabul, mostra-se cada vez mais renitente em aceitar a formação de um governo multiétnico, como pretende a ONU.

O enviado especial da ONU para o Afeganistão, Francesc Vendrell, encontrou-se domingo em Cabul com Burhanuddin Rabbani, antigo presidente afegão e actual dirigente da Aliança do Norte. Apesar do acordo «de princípio» dado por Rabbani à realização de uma conferência com a participação dos diferentes grupos afegãos para discutir o futuro do país, avo-

Afeganistão corre o risco de cair numa nova guerra civil

lumam-se as dúvidas quanto às reais intenções da Aliança.

Numa conferência de imprensa, o porta-voz da ONU, Erick Falt, classificou de «positivas» as reuniões de Vendrell com Rabbani, no domingo, e com o responsável pelas relações

externas, Abdulá Abdulá, no sábado, mas foi particularmente cauteloso quanto aos resultados concretos alcançados. «É ainda demasiado cedo para dizer alguma coisa», afirmou Falt, sublinhando que as Nações Unidas continuam a trabalhar para garantir a participação de todas as etnias afegãs no futuro governo, conforme o plano aprovado pelo Conselho de Segurança.

A Aliança do Norte começou por defender a realização de uma conferência multiétnica em Cabul, mas a proposta foi de imediato rejeitada pelos pashtun, a etnia maioritária, que não aceitam a ocupação da capital pelos homens da Aliança, onde não estão representados.

De facto, desde que chegou a Cabul, Rabbani assumiu-se como chefe do governo; manifestou-se contrário ao envio de uma força de interposição da ONU, dizendo rejeitar «a presença de forças estrangeiras no país»; e ignora o plano da ONU para a formação de um governo alargado a todas as etnias. Enquanto isso, os seus homens ocupam já todos os Ministérios, assumindo as rédeas do poder, como se de um governo legítimo se tratasse.

Pessimismo crescente

Um comunicado divulgado domingo pela Assembleia para a Paz e a Unidade Nacional do Afeganistão, liderada pelo pashtun Syed Ahmed Gailani, é elucidativa do sentimento reinante entre a

maioria étnica: «Estamos na mesma situação que em 1992, quando os mujahedines tomaram conta do controlo de Cabul e a destruíram», lê-se no documento. Para aquela organização, o «Afeganistão corre o risco de cair numa nova guerra civil».

Idêntica posição é partilhada por vários jornais árabes. Segundo o *Quds al-Arabi*, do Qatar, com a queda de Cabul «emergiu uma situação em que as forças da oposição afegã vão provavelmente lutar umas contra as outras», pelo que está aberta a porta a uma nova guerra civil.

Para o jornal pan-árabe *Al-Hayat*, as perspectivas não podiam ser piores: para além da provável guerra civil, o jornal admite a divisão do território afegão e uma interminável guerra de guerrilha, com todas as suas dramáticas consequências. Até o diário saudita *Al-Riadh*, apesar de menos pessimista, reconhece que a substituição de um poder desumano (os talibãs) por outro igual (a Aliança do Norte) não contribuiu para a necessária estabilização do Afeganistão.

A legitimidade dos novos senhores de Cabul é também contestada por Francesc Vendrell, para quem o facto de o anterior governo de Rabbani ter mantido uma representação na ONU durante o reinado dos talibãs não significa que «seja legítimo». «Eram reconhecidos face aos talibãs, mas agora há outros mecanismos de legitimidade», afirmou Vendrell. Uma opinião aparentemente partilhada pela União Europeia, que faz depender a ajuda à reconstrução de um «comportamento responsável» da Aliança do Norte e da formação de um governo «legítimo, altamente representativo, multiétnico e empenhado em restaurar o respeito pelos direitos do homem».

Diferente parece ser a posição de Moscovo. Ainda no domingo, uma delegação do Ministério da Defesa russo referiu-se a um encontro com responsáveis da Aliança como sendo com «o governo legítimo do Afeganistão».

O Polvo

● Anabela Fino

Ao abrigo do estado de emergência instaurado nos EUA após os atentados terroristas de 11 de Setembro, Bush está a implementar medidas dignas de qualquer Estado repressivo.

Em nome da segurança interna, cercaram-se as liberdades, tanto de nacionais como de estrangeiros, agora à mercê das «suspeitas» das autoridades; a «transparência» da administração foi substituída pelo secretismo, com as novas regras que objectivamente impedem a divulgação dos documentos presidenciais; a justiça assente no pressuposto de que ninguém pode ser julgado sem provas deu lugar a tribunais militares, dispensados de prestar contas públicas das suas decisões e de ter em conta os princípios mais elementares do direito internacional.

As medidas, divulgadas a conta-gotas, não têm suscitado reparos de maior na generalidade da comunicação social. Dir-se-ia que em nome do alegado «combate ao terrorismo» tudo passou a ser permitido à maior potência mundial.

O mesmo se passa em relação às posições que os EUA têm vindo a tomar nos últimos dias sobre alguns dos mais prementes problemas da humanidade. Depois de terem boicotado, na semana passada, a implementação do Tratado para a Proibição Completa dos Ensaio Nucleares, alegando que prejudica a sua capacidade nuclear, os norte-americanos voltaram ao ataque no domingo, desta vez contra as tentativas para interditar as armas biológicas. Na V Conferência de revisão da convenção sobre armas biológicas, a decorrer em Genebra, John Bolton, secretário de Estado adjunto para o controlo dos armamentos e a segurança internacional, foi taxativo. O protocolo de 1995 «está morto», disse Bolton, sublinhando que os EUA não aceitam submeter ao controlo internacional o seu programa militar, considerando que isso poria em causa a sua segurança interna.

Não se julgue no entanto que os EUA não querem o controlo das armas biológicas... dos outros. Na sua intervenção, Bolton foi mesmo ao ponto de divulgar uma lista de suspeitos, em que o Iraque aparece em primeiro lugar. «Os Estados Unidos suspeitam fortemente que o Iraque aproveitou a ausência, durante três anos, de inspecções da ONU para aperfeiçoar todas as fases do seu programa ofensivo de armas biológicas», disse Bolton. Do rol dos suspeitos constam ainda a Síria, Líbia, Coreia do Norte, Irão e Sudão.

A conclusão a tirar é por de mais evidente. Os EUA arrogam-se o direito de controlar o armamento mundial, seja nuclear, biológico ou outro, mas não admitem, em nome da sua segurança e dos seus interesses, sujeitar-se a qualquer tipo de controlo.

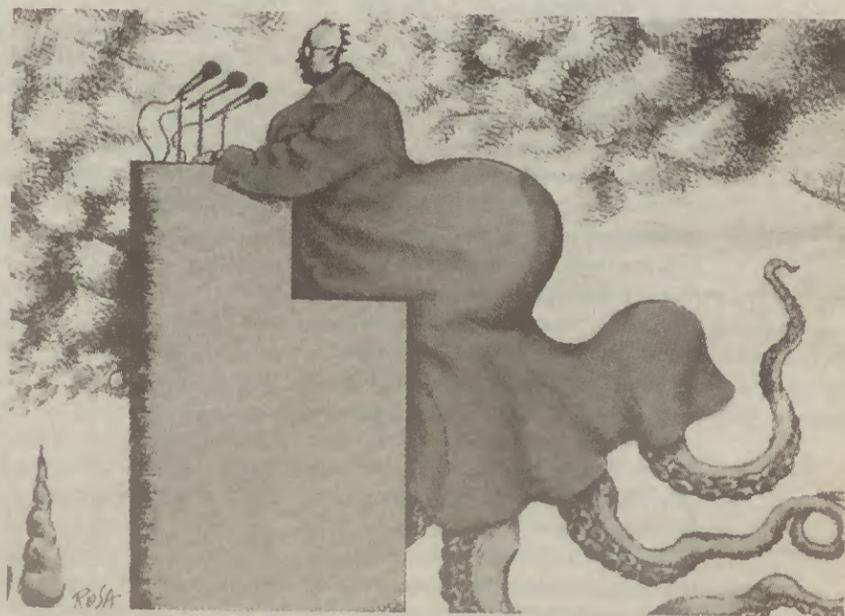
As fontes

Haverá quem invoque que, nas mãos dos EUA, o armamento nuclear ou biológico está mais seguro do que nas mãos de qualquer outro país. Não é isso, no entanto, o que a história recente da humanidade demonstra. Até à data, apenas os EUA usaram armas nucleares contra outros povos, e o recurso a armas químicas e biológicas por parte dos norte-americanos tem sido tão frequente que nem vale a pena tentar esconder essa realidade. Do Japão a Cuba, do Vietname à Colômbia, o que não faltam são exemplos ainda bem vivos na memória de todos.

E quem tem, mais do que os EUA, fomentado o terrorismo? O assalto às casas dos talibãs em Cabul está a revelar-se, segundo os relatos dos jornalistas, bem elucidativo das fontes que alimentaram os terroristas afegãos. No início da semana, o enviado do *Público* na capital afegã dava conta, entre outros, de «quatro volumes encadernados enormes, tipo sebatas universitárias, sobre técnicas de guerrilha urbana editados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para distribuição limitada».

Os títulos dos capítulos são elucidativos: «Operações em ambientes de fraca visibilidade», «Armas nucleares, biológicas e químicas», «Modalidades de ataques a edifícios», «Características dos edifícios urbanos» (com «pormenorizados esquemas, fotografias e plantas de vários tipos de construções incluindo arranha-céus com cem andares, sua estrutura interna, materiais, pontos fracos, sistemas e vectores de forças»)... Não é preciso perguntar quais foram os cérebros que conceberam os ataques a Nova Iorque e a Washington, nem onde é que estão os pais de tão terríveis projectos. Por mais braços que tenha «o polvo», o coração bate forte nos EUA.

É este país, que possui a maior indústria armamentista do planeta, a tecnologia da morte mais sofisticada, os serviços de espionagem mais desapiedados, os especialistas mais perversos e experientes na arte de bem matar e destruir, que se diz empenhado na luta sem tréguas contra o terrorismo.



O retorno às origens

Passei metade da minha vida fora do meu país, o Brasil. A razão inicial foi devida à ditadura instalada em 1964. Livre da opressão, senti-me com capacidade para uma adaptação aos países que me acolheram como minhas novas pátrias: primeiro o Chile e depois Portugal. Vivi intensamente os momentos históricos que marcaram as suas trajetórias históricas durante a minha permanência. Sinto-me privilegiada por ter tido tal oportunidade e grata pela fraternidade de ambos os povos que aceitaram a minha participação como se deles fizesse parte. Só assim foi possível suportar as saudades e limar as diferenças culturais para que não se transformassem em arestas.

Apesar de tudo, nunca deixei de sonhar com o retorno. Não com a angústia de quem se sente privada do que é seu, mas com a saudade minuciosa de cada partícula que caracteriza o sentir brasileiro: o modo de ser, a manifestação de alegria descontraída, os sabores das comidas, a música, o sonhar colectivo, a ironia como recurso para romper o formalismo, enfim, tudo o que para mim são o predicados da cultura em que fui formada e que por mais de 30 anos povoaram os meus sonhos alimentando as emoções acarinhadas.

Nas poucas visitas que fiz aos meus familiares, ao longo de tanto tempo, pude perceber mudanças de comportamento social, da linguagem habitual, da forma de vestir, do gosto musical, que transformavam a imagem da sociedade em geral. Percebia um embaçamento na identidade cultural criado pelas novas modas.

Mudamos todos, eles e eu. A cultura é dinâmica e o nosso comportamento molda-se aos hábitos gerados pela vida quotidiana. No entanto, só quando voltei para me reintegrar no meu país é que me dei conta da extensão da mudança. Pareceu-me muito mais difícil o retorno que as duas vezes em que parti. Claro, a dificuldade estava em mim, na minha resistência a contrariar a construção de uma imagem sonhada a partir de um conhecimento passado, parado no tempo.

O modelo autoritário

A ditadura colecionou imagens de um falso progresso. Primeiro foi o «milagre económico» que iludiu muita gente, depois um suposto «nacionalismo» pela estatização dos serviços essenciais e, para completar a autopropaganda, a «segurança pública» com forte policiamento, extinção física dos opositores e a censura da informação social. Para culminar a fantasia passou a chamar de «revolução» o período ditatorial.

Durante 21 anos impôs-se uma consciência alienada formadora da nova mentalidade que aderiu aos princípios do mercado de consumo e ao modelo social norte-americano como a suprema felicidade. Ao mesmo tempo em que foram substituídas as músicas pelo enlatado em inglês, foram modernizadas as roupas e a linguagem de modo a agradar o turismo que aprecia o tropicalismo típico. Passou despercebida a mudança do pensamento e das emoções na nova geração, formada para negar os valores tradicionais e a história do nosso Brasil. Assinalo *nosso* com orgulho e saudade, e com pena dos mais jovens brasileiros que o desconhecem.

O primeiro contacto ao voltar foi, por tudo isso, extremamente doloroso e, como eu não estava preparada para entender, fez-me sentir mais estrangeira que quando vivia em outros países. Eu não me via

nos meus conterrâneos. E a falta deste necessário espelho deu-me a sensação de não encontrar a nossa identidade.

Mudanças essenciais

Cruzando os caminhos através das cidades percebi a nova imagem de Terceiro Mundo que invadira a paisagem. A migração interna, vinda sobretudo do nordeste mas também das demais regiões brasileiras, trouxera populações carentes para as periferias das cidades e ao longo das rodovias com as suas casas de favela. Bairros clandestinos, sem infra-estrutura cresceram onde houve emprego por algum tempo: abertura de estradas, construção de usinas. Até a Mata Atlântica passou a albergar milhares de pessoas sem recursos que sofreram incêndios e derrocada de pedras e lama sem qualquer possibilidade de socorro.

O que eu conheci como operários passou a ter esta cara de miséria agravada pela fome, pelas doenças e pelo desespero mudo ou agressivo de quem se sente só. Os que eu conheci como classe média, trabalhando ou estudando por uma profissão, preocupados em adquirir não apenas o conhecimento para aplicar os seus talentos mas o da vida em geral - do país e do mundo - com hábitos de poupança para assegurar um futuro equilibrado, encontrei moldados como autómatos pelo mercado de trabalho e de consumo, alheios ao entendimento da vida e preocupados com a própria imagem para agradar aos patrões. As ambições dessa classe passaram a ser marcadamente a de galgar os mais altos escalões sem pensar nos degraus necessários e nas concessões exigidas. Desprezando a disciplina e a organização dos recursos, aderem às ofertas de riqueza fácil apresentadas pelos produtos descartáveis e pelo sistema de venda a prazo através do qual adquirem produtos

que só os ricos poderiam ter e dívidas que destroem de uma vez toda a poupança feita pela família. Impera o egoísmo individualista que nega o respeito, a ética e a solidariedade. Bem sei que este modelo é mundial, que a competitividade e a falta de escrúpulos estão na base da globalização, mas nunca pensei que contaminasse uma classe média pobre, ou apenas remediada, que antes carregava heroicamente os princípios mais saudáveis da humanidade. E, como nunca queremos ver os defeitos dos que nos são queridos, nunca pensei que a *classe média brasileira* pudesse aderir a esse modelo importado pela minoria rica.

As crenças

Aos poucos, vencido o desgosto e o susto, comecei a descobrir gente boa, modesta, não decepcionada com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira como eu, apesar de nunca ter vivido fora do Brasil. Eles sofreram a mesma desadaptação cultural de quem viveu fora, sem terem saído. Como se houvesse um afastamento cultural interno entre sectores da mesma população.

Apreendi com eles os recursos para manter viva a marca registada da nossa cultura: a alegria e a confiança no futuro. Por um lado uma disciplina diária para manter a saúde e o relacionamento social: longas caminhadas, natação ou outro desporto, no trajeto para o trabalho ou durante as compras e necessário «bate-papo» (que complementa e corrige a informação dos *media*). Por outro lado, as crenças que vão de religiões as mais variadas até às utopias materialistas.

Confesso que a minha formação era avessa às crenças e que desde muito jovem cultivei preconceitos como verdades científicas. Muitos dos desentendimentos com pessoas muito próximas, durante a minha

juventude, nasceram desta posição intransigente que assumi como materialista confrontada com a dos que, de forma também intransigente, defendiam crenças espiritualistas. Os «espíritos» distinguiram-se dos católicos e dos protestantes, a quem criticavam, sobretudo por não construírem igrejas que fossem símbolos de poder social. Organizavam escolas para o ensino dos princípios contidos nos evangelhos bíblicos e seguiam as doutrinas espiritualistas divulgadas principalmente por Allan Kardec e outros autores filiados a escolas francesas. Na vida política alinhavam-se mais à esquerda que os adeptos das igrejas tradicionais.

Foram os remanescentes dessa corrente espiritualista que encontrei preocupados com as tristes mudanças ocorridas na sociedade brasileira. Eles também são muito diferentes dos de antigamente. Abriam-se a novas crenças, tanto orientais como africanas e indígenas, em busca de medicinas e técnicas para a conservação da saúde física e mental. Combatem os preconceitos e procuram o diálogo com adeptos das várias igrejas que, actualmente no Brasil, têm a sua base popular. A divulgação da teologia da libertação fundamenta e conduz grande número desses adeptos da unidade humanitária. Muitos estão empenhados em encontrar fundamentação científica para os conhecimentos espirituais que têm e para o que praticam, procurando separá-los de crenças dogmáticas.

Esta tendência encontra eco em vários países, e tanto da Europa como dos Estados Unidos chegam livros e conferencistas para divulgar pensamentos filosóficos que estabelecem pontes entre a física moderna e o espiritualismo, o qual, por sua vez, combina raízes humanistas com doutrinas ocidentais e orientais. Há textos de variados níveis de aproximação com a natureza reforçando as preocupações com a defesa do ambiente.



● Zillah Branco texto
● Sebastião Salgado foto

contratam esta mão-de-obra sem formação por poucos meses com a explicação de que precisam dar oportunidade aos que ficaram no desemprego. As empresas agrícolas oferecem trabalho apenas durante a colheita e as indústrias já têm de sobra os trabalhadores que conhecem as actividades. Mesmo que o adulto consiga trabalho, sobra toda a numerosa família que não tem alojamento, escola, serviço de saúde. Constroem as suas casas com madeira, cartão, restos de construção, em zonas clandestinas sem qualquer sinal de saneamento e vivem como podem. Na verdade há todo um esquema para que os trabalhadores e suas famílias não tenham estabilidade, o que resultaria em responsabilidade social para os empresários, ou o Estado. Esta vasta população desamparada que circula como nómada atrás de parcos empregos, não tem condições de afirmar a sua cultura original e nem de ser integrado na outra que o agride.

São contactados por organizações de solidariedade, sobretudo a estrutura de base da Igreja Católica que, além de levarem alimentos e socorro imediato para sobrevivência, procuram despertar-lhes a *consciência de cidadania*. Estão de tal forma marginalizados, ou melhor, sempre estiveram de tal forma abandonados que nem sequer sabem que são cidadãos de um país, com direitos e deveres. Para que cheguem a compreender a real situação de classe em que vivem e a necessidade de se organizarem para uma luta comum persistente, têm que desenvolver antes a *consciência de cidadãos* que requer uma linguagem especial, muito diferente do discurso político habitual. O universo está preso à pessoa e às suas necessidades elementares de vida e equilíbrio psicológico. Não se pode negar o papel fundamental das crenças que traçam os caminhos, que dão exemplos de vida em sociedade, que alimentam esperanças de um futuro melhor.

Mas não são só os mais miseráveis que vivem esta realidade. A classe média e mesmo os mais ricos, que alcançaram situações económicas privilegiadas sem a formação educacional correspondente - refiro-me à educação e à transmissão cultural mais que ao ensino oficial - também a esses falta *consciência de cidadania*, pelo menos no que tange à responsabilidade social e à noção de pátria. Este amplo sector também migrou de uma condição onde tinha estabilidade cultural - mental, emocional - para uma situação de risco onde se sente permanentemente desajustado e ameaçado. De modo geral desprezam as propostas políticas de desenvolvimento nacional e de bem-estar colectivo considerando ingénuos e ultrapassados os que se preocupam com aspectos humanistas. Valem-se da *esperteza* com toda a má-fé que a acompanha. Reflectem o modelo exibido pela elite que, décadas a fio, tem sido incapaz de traçar programas e estratégias de desenvolvimento para o país e que considera como função governamental *driblar* as crises e cumprir as determinações do FMI como fatalidades inexoráveis.

À luz da sociedade que conheci numa época em que os cidadãos brasileiros, ricos ou pobres, se dedicavam a construir uma nação independente (com todas as contradições e conflitos naturais entre diferentes tendências ideológicas), o Brasil de hoje está à deriva nas águas turvas da globalidade. E isto, inevitavelmente, reflecte-se na mentalidade e no nível de consciência do seu povo.

Quando vemos o Movimento dos Sem Terra, assim como a luta incansável dos comunistas que conquistam lugares nos órgãos de poder federal, estadual e municipal, os êxitos do Partido dos Trabalhadores que atrai grandes massas populares constituindo uma forte oposição política aos desmandos da elite dominante, devemos considerar os enormes passos que conseguem dar sem contar com as heranças históricas que estão na base da cultura política dos povos da Europa. Os que lutam por um Brasil independente constroem uma cultura da libertação através de um árduo trabalho de respeço dos valores antigos presentes na história que contou com a participação popular e que encontra ressonância em milhares, talvez milhões de brasileiros agarrados às suas crenças como tábuas de salvação.

universitários como, por exemplo, «O tao da física», de Fritjof Capra, doutor em física pela Universidade de Viena e actualmente professor na Universidade da Califórnia em Berkeley. Este livro foi editado no Brasil com a introdução do renomado físico comunista brasileiro Mário Schenberg. A maioria dos livros de divulgação, como sempre, não atinge qualquer nível capaz de despertar interesse ou credibilidade científica, mas atrai milhares de leitores que neles encontram preceitos de vida equilibrada como um espelho do que anseiam.

com tais características, esta nova mentalidade que é gerada como uma forma de defesa do ser humano, distancia-se do modelo global caracterizado pelo individualismo, pelo egoísmo, pela antipatia, pela ambição de riqueza material e pela violência. É uma crença religiosa? Uma filosofia? Tem base científica? Abastece um novo comércio que visa apenas o lucro? Provavelmente tem de tudo um pouco, o joio mistura-se com o trigo, como sempre.

A linguagem da identidade

no Brasil fiz um curso de permanência na minha cultura. Conversei com muitas pessoas dispostas ao diálogo, li todos os livros apreciados por elas, assisti a palestras, ouvi leituras colectivas e assisti aos debates de comunidades. Parei para pensar em mim, na minha vida, em busca de quem sou como resultado deste crescimento que soumos Brasil, Chile e Portugal com todas as peculiaridades nacionais e históricas que me são tão caras. Procurei primeiro em mim as raízes da minha cultura para poder descobrir as formas de comunicação com os meus conterrâneos.

Paralelamente, acompanhei os noticiários nacionais e procurei descobrir as entrelinhas que só são relatadas pela oposição política e pela população vitimada. Um sábio analfabeto dizia-me na rua: «O governador do Fernando Henrique não pode resolver os nossos problemas porque não nos conhece, nem sabe que eu existo.» Na verdade ele, como os demais milhões de brasileiros que escapam ao modelo oficial.

Senti que os meus velhos preconceitos perdiam peso e cor. Não foi fácil, porque tal como as crenças os preconceitos são uma espécie de esqueleto racional da nossa forma de pensar. Foi um verdadeiro exer-

cio de auto-análise que despertou velhas memórias, medos, remorsos, saudades. Conte com a ajuda de bons amigos, uns interpretando psicologicamente, outros recorrendo ao espiritualismo, uns com ginásticas orientais, outros com as tradicionais mezinhas de chás que tudo curam. O envolvimento afectivo produzido pela solidariedade desinteressada deixou-me em paz com a vida e alertou-me para a necessidade de descobrir a linguagem própria da cultura popular brasileira.

Consciência de cidadania

O abandono em que os brasileiros vivem num sistema de governo que prolonga a dominação colonial, cria condições peculiares de desenvolvimento social. O território é imenso e a miséria maior ainda decorrente da injusta distribuição da riqueza. Os 170 milhões de brasileiros acumulam-se nos centros urbanos mas ainda restam muitos perdidos por zonas sem estradas, sem energia eléctrica, sem água canalizada e, durante os períodos de seca prolongada, tendo que disputar com os animais o resto de água suja que aparece no fundo do que antes foi um rio. Na sua maioria produzem apenas para a subsistência e quando nem isso é possível, emigram para as cidades onde são recebidos com hostilidade. As organizações criminosas - de prostituição, droga, assaltos - são as primeiras que se abrem a eles.

As frentes de trabalho criadas pelo Estado através de empresas *terceirizadas*

A cumplicidade dos EUA com Ben Laden e a Al Qaeda

• Miguel Urbano Rodrigues

Uma constante na campanha de desinformação mediática comandada pelo sistema de poder norte-americano é o esforço para apresentar Ben Laden e a Al Qaeda como antigos aliados que traíram os EUA. Não sendo possível negar que o homem foi um dirigente político da máxima confiança do governo de Reagan, Washington assume agora o papel de vítima. O velho conto do filho que teria há muito renegado o pai, voltando-se contra ele.

A CIA reconhece ter ajudado os Sete de Peshawar no combate à Revolução Afegã, admite ter contribuído para a chegada ao poder dos Talibãs e não esconde que manteve colaboração íntima com Ben Laden. Defende-se com o argumento de que foi traída, e desvaloriza as antigas alianças, alegando que tudo isso ocorreu há muito tempo...

Mente. O prof. canadiano Michel Chossudovsky, da Universidade de Ottawa, num importante artigo divulgado pela Internet, apresentou provas irrefutáveis de que a Rede Terrorista Islâmica continuava a ser apoiada pelos EUA em Setembro pp.

Documentos que estão a ser amplamente divulgados provam que na década de 90 os Interserviços de Inteligên-

cia do Paquistão (ISI) foram utilizados pela CIA como intermediário para o envio de armas e mercenários mudjaedines ao chamado Exército Muçulmano Bósnio.

Outros documentos igualmente confiáveis revelam que em 1994 os EUA desempenharam um papel relevante na preparação e treino de forças militares muçulmanas violando compromissos assumidos na ONU («The Guardian», Londres, 15.9.2001).

Organizações norte-americanas introduziram então na Bósnia armas adquiridas na Coreia e no Irão. Essas fontes esclareceram que a CIA participou activamente desses negócios, facilitando a entrada naquela República ex-jugoslava de 400 elementos da Guarda Revolucionária Iraniana. No mesmo ano mudjaedines afegãos foram introduzidos na Croácia, antes de viajarem para a Bósnia com papéis falsos para se integrarem nas forças muçulmanas que combatiam os sérvios da região. Tropas norte-americanas cumpriram um papel importante no apoio a esses grupos fundamentalistas.

Curiosamente, um relatório do Partido Republicano dos EUA confirma e denuncia essas operações encobertas, acusando a Administração Clinton de «ter ajudado a converter a Bósnia numa

base militante islâmica que promoveu o recrutamento de milhares de mudjaedines do mundo muçulmano através da chamada Rede Militante Islâmica». Bill Clinton aprovou pessoalmente a entrega das armas iranianas ao governo muçulmano de Sarajevo. Na opinião do «Los Angeles Times», essa política «desempenhou um papel fulcral no aumento da influência iraniana na Bósnia». A cumplicidade da Administração Clinton nessas iniciativas secretas de tráfico de armas incluiu a inspecção por funcionários norte-americanos de mísseis vindos do Irão (Boletim de Imprensa do Congresso, Comissão do Partido Republicano, 16.1.97).

O processo ensaiado na Bósnia foi aplicado depois no Kosovo com aprovação da NATO e do Departamento de Estado. Mercenários mudjaedines recrutados na Ásia combateram nas filas do famigerado Exército de Libertação do Kosovo (KLA na sigla inglesa).

Terroristas financiados pela ONU

Ben Laden, que mantinha íntimas ligações como o KLA, então aliado de Washington, esteve na Albânia em 1994, sob protecção dos EUA.

Assim o afirmou o «Sunday Times» de Londres na sua edição de 29.11.98.

Eram conhecidos os vínculos do KLA com o terrorismo e o tráfico de drogas. Isso não impediu Madeleine Albright de elogiar comovidamente aquela organização terrorista, defendendo a sua participação nas «negociações de Rambouillet».

Um documento da Comissão de Serviços Armados da Câmara dos Representantes, de 05/10/99, confirma que muitos congressistas conheciam as relações existentes entre a Administração Clinton e a rede terrorista. Como negá-las se o senador Jo Lieberman havia declarado publicamente que «lutar pelo KLA equivalia a lutar pelos direitos humanos e os valores norte-americanos»?

Rebaptizado camaleonicamente como Corpo de Protecção do Kosovo – KPC, o KLA, antes de se envolver na guerra contra a Macedónia, obteve ajuda financeira através da ONU e apoio militar directo dos EUA.

Em nova operação cosmética surgiu depois o auto-intitulado Exército de Libertação Nacional (NLA em inglês). Desde o início da agressão contra aquela República as suas forças incluíram mudjaedines recrutados em países da ex-Ásia Central Soviética, bem como conselheiros militares norte-americanos, enviados pelo Pentágono para organizar uma tropa especial de mercenários europeus («Scotland on Sunday», Glasgow, 15.6.2001).

Sobre o envolvimento de Ben Laden e da Al Qaeda na agressão à Macedónia, Michel Chossudovsky escreveu:

«A imprensa e as autoridades macedónias provaram amplamente que o governo dos EUA e a Rede Militante Islâmica trabalham de mãos dadas apoiando e financiando o NLA, envolvido nos ataques terroristas à Macedónia. O NLA é a força do KLA. Por sua vez, o KLA e o KPC, apoiados pela ONU, são instituições idênticas com os mesmos comandantes e pessoal mili-

tar. Os comandantes do KPC, com salários pagos pela ONU, lutam no NLA ao lado dos mudjaedines.

«Numa amarga piraeta do destino, o KLA-NLA é financiado pela Al Qaeda de Osama Ben Laden e também apoiado pela NATO e a missão da ONU no Kosovo. Na realidade, a Rede Militante Islâmica (utilizada pelo ISI, do Paquistão como intermediário junto da CIA) ainda representa uma parcela das operações encobertas da inteligência militar de Washington na Macedónia e no Sul da Sérvia.»

Esses parágrafos de Chossudovsky iluminam bem a cooperação existente, desde longa data, entre a rede terrorista internacional dos fundamentalistas islâmicos e organizações oficiais dos EUA, cooperação na qual Ben Laden e a sua Al Qaeda desempenharam um papel muito importante. O trabalho do eminente professor canadiano – autor do *best seller* mundial «A Globalização da Pobreza» – deixa claríssimo que a 11 de Setembro, data do ataque terrorista às torres de Manhattan e ao Pentágono, Ben Laden continuava a ser tratado como um aliado de Washington.

Razões de alarme

A conclusão a extrair destas evidências é a de que – cito mais uma vez Chossudovsky – «uma grande guerra contra 'o terrorismo internacional' foi empreendida por um governo que protege o terrorismo internacional como parte da sua agenda de política externa».

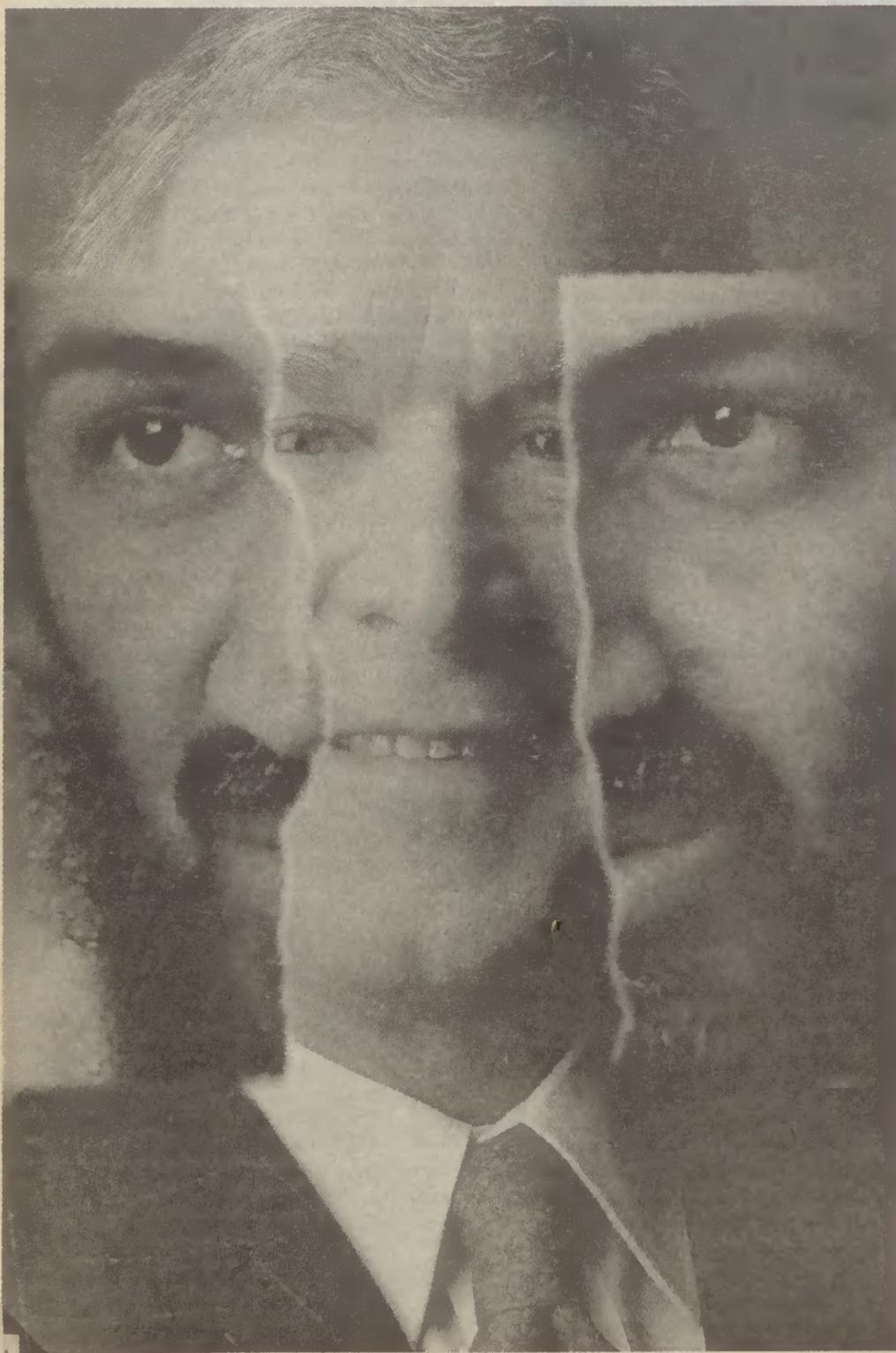
Parece inimaginável, mas é bem real. Os motivos invocados pelos EUA para desencadear uma monstruosa guerra de agressão contra o povo do Afeganistão foram totalmente fabricados.

Sobram razões para nos alarmarmos com os imensos poderes concedidos pelo Congresso dos EUA ao presidente George W. Bush.

«O presidente está autorizado – assim consta da Resolução aprovada – a usar toda a força necessária e adequada contra as nações, organizações ou pessoas que cometeram ou apoiaram os ataques terroristas do 11 de Setembro de 2001, ou receberam tais organizações, para assim serem prevenidos futuros actos de terrorismo internacional realizados por essas nações, organizações ou pessoas.»

Até hoje o governo norte-americano não conseguiu apresentar provas com um mínimo de credibilidade sobre a alegada responsabilidade de Ben Laden nos actos terroristas do 11 de Setembro. Em contrapartida, existe uma ampla e convincente documentação demonstrativa de que as agências do governo dos EUA e a NATO colaboravam com a Al Qaeda e o seu chefe à data dos atentados. A palavra «osamagate» tornou-se de uso comum para designar essa cumplicidade transparente.

O facto de os EUA serem uma nação com uma superestrutura institucional democrática não impede que o seu governo surja cada vez mais perante a humanidade como responsável por uma política exterior criminosa cuja perversidade e agressividade somente encontram um precedente na desenhada pelo III Reich alemão.



Artes Plásticas

• Manuel Augusto Araújo

(...) sei apenas duas coisas muito simples, disse Heikal (...) a primeira é que o mundo onde vivemos é governado pela mais ignóbil quadrilha de tratantes que alguma vez pisou o chão deste planeta. (...) a segunda é esta: acima de tudo, convém não os levarmos a sério; é isso que eles querem, que os levemos a sério.

Albert Cossery in "A Violência e o Escárnio"

A ironia é uma figura de estilo comum nas artes, nomeadamente nas artes visuais, que atravessa as temáticas nucleares: política, religião, morte, erotismo.

Mas o olhar irónico torna-se patético e autofágico quando, para se sustentar, encena a própria ironia, o que sucede sempre que a arte produz respostas sem se colocarem questões. Ora como não há questões, as respostas nada significam. Nesse passo, a obra artística torna-se num ilusio-

A aprendizagem do riso



nismo para lá da ilusão que, por mais requintados e complexos que sejam os artifícios, não consegue ludibriar o território vazio onde o olhar irónico, como derradeiro refúgio, se torna num simulacro de si próprio, num jogo de espelhos onde a realidade, toda a realidade social, histórica e artística, se autodenega.

A outra vertente, no extremo oposto, é quando, com excessiva linearidade, o olhar irónico, como se tivesse adquirido um dedo midas que moteja com tudo o que alcança, torna ensurdecedor o comprazimento de se usar a si próprio, o que transforma o sarcasmo num vozear de insuportável vulgaridade. Nesse outro extremo, a irrisão sobreleva-se a tudo, afogando qualquer veleidade artística na vulgata anedotária tanto estética como textual.

No entanto, é possível assumir a ironia como um escopo de trabalho, lembre-se a obra de Grosz ou de Daumier onde se desnuda toda a enorme farsa que é a respeitabilidade burguesa, a sua política, a sua justiça, o seu viver.

Usam a ironia porque essa é a arma privilegiada de que dispõem contra a cupidez burguesa. Porque é necessário «ser-se do seu tempo» (Daumier) o que implica integrar o seu eu individual no eu colectivo para o resgatar do isolamento e o individualizar.

Radiografia da sociedade

Em Portugal são poucos os que trilham esse arriscado caminho, que tende a aproximar-se perigosamente da banalidade, pelo que tem que ser percorrido com cabeça, mão e olhar firmes.

Quem mais perseverantemente elege a ironia enquanto sintaxe dominante na sua obra artística é um escultor, Virgílio Domingues, que, como se fosse esse um

gesto natural, dá forma tridimensional à indignação sarcástica com que enfrenta a sociedade e os problemas do seu tempo.

As esculturas de Virgílio Domingues, que agora expõe em Lisboa, fazem a radiografia impiedosa da sociedade, de todo o pulsar da sociedade e dos seus protagonistas mais visíveis, os que detêm de facto o poder e os que se mostram na praça pública a exercê-lo.

Entre a sua última aparição, há mais de um decénio, e esta exposição há, necessariamente, um prolongado trabalho que explora os limites de uma linguagem que vai

depurando (uma incursão pelo atelier do escultor deverá ser particularmente esclarecedora) e que, embora continue a permitir uma leitura imediata, o que sempre sucedeu nas esculturas de Virgílio, se prolonga por leituras subsidiárias que acrescentam conhecimento ao que se tinha apreendido numa primeira, mas que nunca pode ser descuidada, aproximação.

Em todas as esculturas de Virgílio Domingues descobre-se uma finíssima ironia. Ironia que nunca rasga o riso, antes o rendilha com prazer epicurista que se advinha ser simétrico do escultor, enquanto vai conduzindo as formas até à forma definitiva, que é aquela que acabamos por conhecer, mas que nos faz imaginar as veredas de intenso e inteligente gozo que foram navegadas até se fixar a forma definitiva.

E devemos imaginar que muitas destas esculturas mereciam ganhar outra escala, em espaços públicos, respirando o ar livre que ficaria mais depurado, mais leve depois de passar o crivo da peneira dos sorrisos que despertariam e que iniciariam a aprendizagem de como devemos referenciar as figurinhas e os figurões que mexem os atilhos desta nossa sociedade. Para os cortarmos, evidentemente.

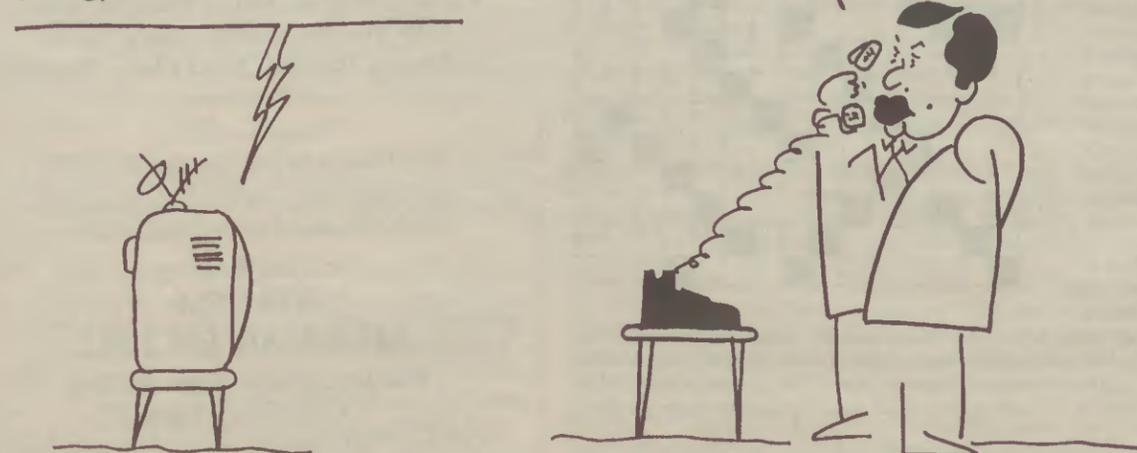
Virgílio Domingues
Escultura
Galeria Pedro Sem

Cartoon

• Monginho

EU CUMPRO!
EU FAÇO!
EU FICO!... SÃO
AS MENSAGENS DAS
PRINCIPAIS CANDIDATURAS
A' CÂMARA DE LISBOA...

O' JORGE COELHO, DIZ-ME...
EU FICO, FAÇO OU CUMPRO?



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Ao correr da pena

- 1
Os fins de tarde sem ceia.
Para que serve a lua cheia?
- 2
Ah, o medo de haver um momento
sem firmamento...
- 3
Independência é eu servir a quem
me serve bem.
- 4
Amanhã tudo em cinzas há-de ser.
Até lá, toca a arder, a arder, a arder...
- 5
O melhor fogo que há
é o que em nós está.
- 6
Olá, então, prazer em ver-te, pá.
Vá. Certo. Um dia a gente vê-se, tá?
- 7
Tenho dez livros presos pelos cabelos.
O chato é que é preciso escrevê-los.
- 8
Dos anos que fui tendo não me queixo
mas só do tanto pouco que vos deixo.
- 9
Quando o salário for uma açucena
só então direi que sim, valeu a pena.
- 10
Conta uma história de criança a um velho.
Conta, que eu ajoelho.
- 11
Ouviste aquele tiro, ouviste, meu amor?
Uma estrela caiu aos pés do caçador.
- 12
Liberdade total para se não ter pão.
Para se ter é que não.
- 13
Beijo na face do luar assim
luar de um sol que vem lá de dentro de mim.
- 14
Hipotecar a vida a um salário
fazer da estrela um frango de aviário...
- 15
Há poesia quando de repente
se sente que se sente.
- 16
Escrevo: a luta continua
e o aparo transforma-se em charrua.
- 17
Não há arte fascista.
Quem ame especular tem aqui uma pista.
- 18
Tu vêes televisão
ela a ti, não.
- 19
Tudo breve, tudo leve, tudo neve
excepto quando se escreve.
- 20
Sim, já me sentei à mesa do rei
mas comi só do que levei.
- 21
Faz de ti próprio um preço tão elevado
que logo desencorage o mercado.
- 22
Votar. Porquê perder, tendo a razão na mão,
de súbito a razão?
- 23
Viva o que escrevo mais que um breve instante
e já será diamante.
- 24
A esperança: amá-la.
Partido: organizá-la.

Comunicações

Francisco Silva

Outra vez os ditos televisivos do Professor Marcelo Rebelo de Sousa a chamarem-me a atenção. Quando da sua peroração sobre o UMTS (lembra-se?, esta é a sigla que designa a geração tecnológica de telemóveis que está planeada para suceder ao actual GSM), mais precisamente quando reagi com um escrito aos tais ditos do Professor sobre o UMTS, tinha chegado a um acordo comigo mesmo que tudo faria para não voltar a pronunciar-me sobre o conteúdo das suas afirmações semanais na qualidade de comentador político – porque, quem sou eu para fazê-lo? Mas um estímulo entretanto chegado dele foi mais forte do que a firmeza do meu querer para cumprir tal pacto interior.

Esperança de vida de um povo

Então não foi que ele, ao abordar, num dos seus tais comentários televisivos dominicais⁽¹⁾, o tema da baixa esperança média de vida em Angola – 44 anos, disse o Professor, um número realmente calamitoso, concordo eu, tendo em conta as possibilidades da nossa época –, referiu, à laia de esclarecimento do conceito, que este indicador nos dá a duração máxima que uma pessoa pode esperar poder viver quando nasce nesse país. Pelo menos foi isto o que entendi e se calhar muitos outros dos telespectadores também o entenderam assim.

E fiquei espantado com a afirmação, em particular vinda de uma pessoa com as responsabilidades que tem perante o público, e também em relação aos seus estudantes, é claro. Então, é isso – o máximo que se pode esperar viver, ao nascer – o que nos dá este indicador? Ou não é antes, a esperança média de vida, o «número médio de anos que, ao nascer, uma criança poderá viver» – esta, uma definição que retirei, ao fim de uma busca rápida na Internet, numa página dedicada a alunos do 9.º ano, enquanto ouvia, nas minhas costas, o Professor, lá atrás, na televisão.

Deu-me então para cismar. Como pode alguém pensar, pelo menos hoje por hoje, e quase de certeza para todo o sempre, que é possível conhecer, à nascença, o máximo – inultrapassável – de anos que uma pessoa poderá vir a viver? Há, é certo, uma ideia aproximada sobre longevidades, conhece-se os recordes de idades atingidos, mas não se pode afirmar que não serão ultrapassados. Portanto, máximos, máximos, ninguém os pode ou se arrisca a afirmar. Deste modo, também não seria isto, acredito eu, que o nosso prelector afirmaria e criticá-lo apenas com base nisto é um simplismo facilmente contestável – mais, pode dizer-se que quem este texto escreve mais não pretende que deitar abaixo o Professor e que nem consegue evitar o primarismo na sua argumentação. Concedo.

«Normalidades»

Tornemos agora de azimute e antecipemos que a afirmação se referia antes a uma «média» do máximo que se pode esperar viver, ao nascer – desculpem-me a ambiguidade desta frase, mas foi o melhor que encon-

trei para tentar enxergar onde o Professor queria, na sua, chegar. Neste caso, essa média incluiria apenas os casos das vidas «normais», isto é, aqueles que vão vivendo e morrem depois de terem crescido, casado, trabalhado, tido filhos e, gastos,

terem morrido. E, para que a esperança de vida seja de 44 anos, as vidas são duras, sem assistência médica digna de assim ser chamada, vidas esfomeadas, vidas sem oportunidades para descansos no mínimo retemperadores (com situa-



larmente penalizantes para as mulheres). Quer dizer, ao considerar-se apenas os casos «normais», seriam «esquecidos» – ou desprezados a sua contribuição estatística – os mortos «antes do tempo»: quer os bebés e as crianças – e os achaques próprios da sua idade; quer os mortos por acidente, sobretudo os devidos a acções de guerra ou à vida em ambiente de guerra; quer ainda os mortos devido a epidemias resultantes de condições sanitárias péssimas (a SIDA é uma das mais faladas).

E, de todos estes esquecimentos – que o Professor, assim confrontado, diria não ter esquecido (então o que é que significaria a sua definição, acima referida?, desculpe-me lá a pergunta) –, o mais evidente, pelo seu peso, é o relacionado com a mortalidade infantil. Um cálculo muito simples pode mostrá-lo. Assim, suponhamos que metade dos nascidos não sobreviviam até uma idade, digamos de 1 ano. Se todos os sobreviventes – a outra metade – fossem dos «normais», teriam de viver cerca de 88 anos para podermos chegar a uma esperança média de vida de 44 anos.

É claro que a esperança de vida pode ser um indicador cheio de rateiras, não é verdade? E também é claro que não devem ser esquecidas as grandes responsabilidades que se tem quando se pretende ser uma autoridade perante o público.

⁽¹⁾ Domingo, 28 de Outubro de 2001, na TVI.



ALMADA

Plenário de militantes da Cova da Piedade: sábado, 24, às 15h no Centro de Trabalho Concelhio.

Almoço-convívio de participantes e construtores do Espaço Internacional da Festa do Avante!: domingo, 25, às 12h30, no CT Concelhio de Almada.

FARO

Reunião plenária da célula da Soares da Costa: hoje, dia 22, às 21h, no CT de Faro.

Reunião de Trabalhadores da Função Pública: dia 27, às 21h, no CT de Faro.

Reunião do Organismo de Empresas de Faro: dia 29, às 21h, no CT de Faro.

Reunião plenária de Reformados: dia 29 às 15h, no CT de Faro.

LISBOA

Realiza-se hoje, quinta-feira, o anunciado jantar comemorativo do 84.º aniversário da Revolução de Outubro, promovido pelo Sector Intelectual da ORL do PCP: no restaurante «O Brasuca» (junto à Rua do Século, perto do Tribunal Constitucional), a partir das 19h30.

Plenário dos militantes da Org. dos Trabalhadores em Estruturas Sindicais, sobre a situação política e social: dia 26 às 18h30, no CT Vitória.

Plenário dos militantes da célula da TAP: dia 28 às 18h30, no CT Vitória.

Plenário dos militantes dos CTT, sobre a situação política e social e a situação no Sector: dia 29 às 18h30, no CT Vitória.

Reunião da célula do ex-BNU (Org. dos Bancários de Lisboa): dia 5 de Dezembro às 17h30, no CT Vitória.

SEIXAL

Plenário da Célula dos Trabalhadores Comunistas da CM do Seixal sobre as eleições autárquicas e a situação política: no auditório do CT do CT do Seixal, hoje, dia 22, às 18h, com a participação de José Paleta.

Rui Veloso
3ª feira, 27 de Novembro, 21h30

SAN PEDRO DE ALCÂNTARA PENICHE

em um espaço pessoal à candidatura do seu amigo
Artista: José Correia
Rui Veloso

CDU - Coligação Democrática Unida - PCP/PEV

PENICHE SAN PEDRO DE ALCÂNTARA

Terça-feira, 27, às 21h30

Concerto com Rui Veloso

de apoio à candidatura de António José Correia à presidência da Câmara Municipal de Peniche.

2002

1.º DE MAIO EM CUBA

De 29 de Abril e 11 de Maio 2002

Visitas a Havana, Arroyo Naranjo, Soroa, Valle Viñalles, Guamá, Aldeia Taina, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios e Varadero.

Viagem promovida pela Direcção da Cidade de Lisboa do PCP (Inf. e inscrições: cam. César Roussado, tel. 213307000, ou Centro de Trabalho Vitória).

VIAGEM AO BRASIL EM 2002

Rio de Janeiro – Angra dos Reis e Cabo Frio – Búzios.

5 a 13 de Outubro (data prevista) promovida pela Comissão Concelhia de Almada.

(Inscrições e informações: Cam. Artur Cabrita, tel. 212752777).

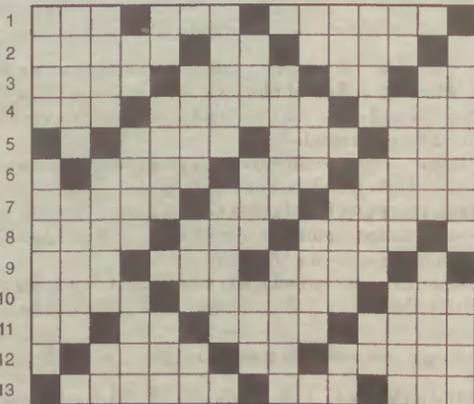
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Sinal gráfico internacional para pedir socorro; designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc.; espantado (fig.). 2 – Justificação do réu, que consiste em provar ter estado fora do lugar em que foi cometido o crime de que é acusado; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; elemento químico metalóide, sólido, com o símbolo I. 3 – Coisa excelente; do feito do ovo; lítio (s.q.); a si mesmo. 4 – Escudeiro; combate; corroer. 5 – O bagaço de que se faz a água-pé (pl.); que não está cozido; chegar. 6 – Ter ciúmes de; jibóia; seguro (pop.). 7 – Repercutir; coloração da face; pequena embarcação. 8 – Deslocar-se para fora; prep. que indica várias relações, como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc.; rebanho. 9 – Anuência; virtude; cada um dos pequenos orifícios da derme. 10 – Verbal; mensalidade; certamente. 11 – Contr. da prep. a com o art. def. o; a unidade; esburacado; parte aquosa que se separa do leite ou do sangue depois de coagulados. 12 – Gemer (gir.); terceira nota da escala musical; que tem bico. 13 – Riu sem fazer ruído; forma apocópica de muito; pequeno arco.

VERTICAIS: 1 – Caruma; individual. 2 – Árvore leguminosa cesalpínacea; fibra do fruto do coqueiro, de que se fazem passadeiras, capachos, escovas, cordas, cabos, amarras. 3 – Aparelho em forma de pirâmide truncada, para serviço de mergulhadores; multa; molibdénio (s.q.). 4 – Uma das consoantes do alfabeto sânscrito; ligar; purificar. 5 – Nome da letra grega que corresponde ao P latino, dar pios; grande massa e extensão de água salgada. 6 – Declamar; dez vezes dez; sorri. 7 – Reverso; mastigar e engolir. 8 – Aquilo que prejudica ou se opõe ao bem; misericordioso; emissão de voz. 9 – Bebida espirituosa que se obtém quer por fermentação quer pela mistura de vegetais aromáticos com açúcar, no álcool ou na aguardente; pequeno palamar. 10 – Crito aflitivo; além disso; seixo boleado pelas águas. 11 – Relação; rosto; bismuto (s.q.). 12 – Ajuntar; destino; sétima nota da escala musical. 13 – Contr. da prep. de com o art. def. o; ovelhum; cacete. 14 – Pedra dura geralmente lisa; bater com vara. 15 – Terrestre; terreno arável.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 – SOS; port. varado. 2 – Alib; em. todo. 3 – Mand; oval; h; se. 4 – Ato; pel; roer. 5 – Lias; cru; vit. 6 – Ciar; bog; fixe. 7 – Ecoar; corr; canoa. 8 – Sair; com; gado. 9 – Sim; bem; poro. 10 – Orat; mesada; mas. 11 – Ao; um; roto; soro. 12 – Miar; nu; bicat. 13 – Sorrir; nu; ar. VERTICAIS: 1 – Sana; possal. 2 – Sino; coim; mo. 4 – Bã; har; lã; lã. 5 – Pã; pã; mar. 6 – Orat; cent; rã. 7 – Revês; comer. 8 – Mã; bom; som. 9 – Lior; palm. 10 – At; ora; godo. 11 – Rã; cara; bl. 12 – Adir; fado; st. 13 – Do; ovino; moça. 14 – Terat; solo.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



CDU apresenta candidatos

ALBERGARIA-A-VELHA – Acções de propaganda com a participação dos candidatos no Mercado de Albergaria-a-Velha (sábado às 17h) e no de Angeja (domingo às 9h).

Reunião da Coordenadora da CDU com a direcção dos **Bombeiros Voluntários**: segunda-feira, 26, 14h.

ALMADA – Arruadas CDU na Charneca da Caparica e **Sobreda**, contactos com a população de **Cacilhas** – sábado de manhã; na **Costa da Caparica** e **Lidl Feijó** – domingo a partir das 9h.

AMADORA – Mina – Apresentação dos candidatos à freguesia, com a participação de **António Filipe**, candidato à presidência da CM da Amadora: domingo, dia 25, 15h, no restaurante «Verdi», situado no Parque Central da Amadora, junto à Maconde.

Acções de propaganda com a participação de candidatos na **Reboleira** (Mercado, às 10h) e **Venteira** (visita à Associação de Reformados e aos comerciantes, às 15h) – sábado, 24; na **Feira de Carenque** – domingo, 25, a partir das 10h.

BARREIRO – Debate sobre associativismo – no F.C. Paivense, hoje, 22, às 21h.

Café-concerto com **Sílvia Nazário** e **Cláudio Kumar**: sexta-feira, 22h, no Piano Bar do Luso F.C.

Apresentação dos candidatos na Freguesia de Stº António (Bairro Esperança) – sábado, dia 24, 15h, no Parque Público.

«Espaço CDU» – Debate, Informação e Música junto ao Stº. Antºniense, S. António, dia 25 às 10h, com apresentação dos candidatos no mesmo local, às 15h. Na Pç. S. Francisco Xavier, em Santo André: dia 28 às 17h.

Acções de propaganda: no **Terminal** (dia 22 e 29 às 7h15); junto dos trabalhadores da **Aduos de Portugal** (dia 23 às 8h15), da **Fisipe** (dia 26 às 7h30), da **Quimiparque** (dia 27 às 7h30), dos **Trabalhadores da Autarquia** (dia 27 às 8h45); no **Mercado 25 de Abril** (dia 24 às 10h); no **Alto do Seixalinho / Zona 4** (dia 24 às 10h). Visita à Colectividade «Chinquilho Sempre Fixe»: dia 27, 17h.

Em **Coia / Quinta da Areia**: porta-a-porta, seguido de **almoço-convívio** no CT do PCP da Freguesia de Coia, domingo a partir das 10h.

BRAGANÇA – Apresentação das candidaturas da CDU às freguesias da cidade de Bragança, Santa Maria e Sé: sexta-feira, 23, às 12h, junto à Livraria Mário Péreles.

ÉVORA – Sessão com Reformados em N. Sra. Machede: hoje, quinta-feira, 11h.

Apresentação de candidatos em Montoito: hoje às 18h.

Plenário de Reformados da Cidade de Évora: sexta-feira, 23, 15h.

Noite da Juventude em Évora: sexta-feira, 23, 22h.

Encontros de candidatos com **Reformados de Caborro** e de **Cubrela**: dia 23 às 15h.

Sessões de apresentação de candidatos em Foros e em **Évora-monte**: dia 23 às 20h30 e 21h, respectivamente.

Iniciativa da Juventude CDU no Alandroal: sábado, 24, às 21h.

Estremoz – Apresentação das listas às freguesias da Cidade: dia 24 às 17h. Apresentação dos candidatos da freguesia de **Lavre**: dia 24 às 16h.

Sessões CDU com Reformados em Aldeia da Serra (dia 26 às 15h30), **S. Gregório** (dia 27 às 15h30) e **Igrejinha** (dia 28, 15h30).

Porta-a-porta, visitas a empresas e outras acções de propaganda em todas as freguesias do concelho de Évora e de outros concelhos do Distrito.

FAIAL – Com a presença da cabeça de lista à Câmara Municipal, **António Bulcão**, realizam-se esta semana iniciativas diversas de propaganda e divulgação do programa da CDU. Para hoje, quinta-feira, 22, foi organizada uma acção de contacto com os lavradores no posto de leite da Ribeirinha, às 8h30, e visitas à Santa Casa da Misericórdia da Horta (às 15h) e à Casa de Infância de Santo António (às 16h30); sexta-feira, 23, contacto com os lavradores no posto de leite de Salão (8h30), reunião com a Câmara do Comércio (15h), reunião com a União dos Sindicatos (16h30), Colóquio sobre o «Reordenamento do Espaço Urbano», na sala de debates da Sede de Candidatura (21h); sábado, 24, contacto com lavradores no posto de leite da Rua do Capitão, Cedros (8h30); domingo, 25, contacto com lavradores no posto de leite da Cooperativa, Cedros (8h30); segunda-feira, 26, contacto com lavradores no posto de leite da Praia do Norte (8h30). António Bulcão participa, ainda, em debates na Rádio Renascença, segunda-feira, 26, às 12h e na RTP/Açores, terça-feira.

FARO – Apresentação pública do Manifesto Regional da CDU: no Hotel Faro, hoje, dia 22 às 18h, com a participação dos candidatos da CDU às Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve.

FEIRA – Com a presença dos candidatos **Antero Resende** e **Manuela Silva**, contactos com as populações de **Sta. Maria de Lamas** (sábado, 15h) e **Fiães** (domingo, 10h).

GAIA – Acção de contacto com os trabalhadores das fábricas de calçado **GRANITT** e **ARA**, em Avintes, com a participação de **Jorge Sarabando**, candidato à Câmara de Gaia, e de **Ilda Figueiredo** e **Manuel Santos**, candidatos à Assembleia Municipal: hoje, às 12h.

LAGOA/AÇORES – Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU do concelho da Lagoa: terça-feira, 27, às 19h30, no restaurante «A Lota», na Lagoa, com a participação de José Decq Mota.

LOURES – Santa Iria da Azóia – Debate sobre o programa eleitoral da CDU para a freguesia, com a participação de **Ernesto Costa** e de outros candidatos à Assembleia de Freguesia: sexta-feira, 23, às 21h30, no Atlético de Via Rara.

MAIA – Jantar de apresentação dos candidatos às Eleições Autárquicas no concelho da Maia, com a presença dos candidatos e de **Sérgio Teixeira**, dirigente do PCP: sábado, 24, 20h, no restaurante «Casa do Vitor» (Contactos: 229736904, 226095651).

MOITA – Baixa da Banheira – Jantar CDU nos «Alentejanos»: sexta-feira, 23, 20h. **Brejos da Moita** – Sessão de esclarecimento no Centro de Convívio: sexta-feira, 23, 21h. **Alhos Vedros** – Almoço CDU no G.F.R. do Bairro Gouveia, sábado às 12h30. **Sarilhos Pequenos** – Almoço CDU no Centro de Trabalho do PCP: sábado, 24, 12h30. **Moita** – Almoço CDU, dia 25 às 13h. **Alhos Vedros** – Sessão de esclarecimento no Sporting Clube Vinhense, na Quinta das Pedras: terça-feira, 27, 21h.

OEIRAS – Algés – Apresentação pública da lista e do programa CDU: Teatro Amélia Rey Colaço, dia 23, 21h, com a participa-

ção de José Casanova.

Carnaxide – Almoço CDU no Centro de Trabalho local do PCP, com a participação dos candidatos à Assembleia de Freguesia.

Visita dos candidatos à CM, AM e Freguesias de **Caxias**, **Paço de Arcos** e **Oeiras/S. Julião da Barra** às freguesias mencionadas: dia 24. (Partidas às 9h30 de Caxias/Jardim das Palmeiras; às 11h30 de Paço d'Arcos/Pingo Doce; às 15h de Oeiras/Bairro do Pombal).

OLIVEIRA DE AZEMÉIS – Plenário concelhio da CDU, com a participação dos candidatos: sábado, 24, 17h, na Esc. Primária do Picoto. Convívio no final.

OLIVEIRA DO BAIRRO – Sessão de apresentação dos candidatos e do Programa da CDU, com a participação de **Ilda Figueiredo**: sábado, 24, 21h30, no Salão da Junta de Freguesia (Casa do Povo). Magusto.

PALMEIRA – Pinhal Novo – Convívio Jovem no «Airbag» com o grupo Jindungo: dia 22 às 22h, e **Noites de Fados** na sede do Airense: dias 23 e 24, às 22h. **Passeio Ciclista**: dia 24, com partida às 9h30.

PORTO – Rui Sá desloca-se hoje, a convite de estudantes, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, acompanhado por **Marta Pereira** e **Vasco Costa**, candidatos à AM do Porto, estando também previsto um encontro com o Presidente do Conselho Directivo da Faculdade.

QUELUZ – Apresentação dos candidatos da CDU à Freguesia de **Monte Abraão**: sábado, 24, às 15h, no Salão Paroquial.

Encontro da CDU de Rio de Mouro sobre o programa eleitoral para a Freguesia: sábado, 24, 16h30, no Pequeno Auditório da Igreja de Rio de Mouro.

SANTARÉM – Animação de rua no Centro Histórico, promovida pela **Juventude CDU** de Santarém: sábado, 24, de manhã, no Largo Padre Chiquito. À noite, na sede da candidatura (Rua Capelo Ivens, 36), **convívio-debate sobre associativismo juvenil e teatro amador**, com leitura de poemas.

S. JOÃO DA MADEIRA – Festa promovida pela **Juventude CDU**, com espectáculo de marionetas e um fim-de-festa com os djs **Bubba XXL**, **daC63** e **Kommie**: sábado, 24, a partir das 22, na sede local do PCP.

SEIXAL – Encontro-convívio CDU com agentes culturais, económicos, sociais e desportivos do Concelho: dia 23, 18h, com a presença dos candidatos, no restaurante «A Cabaça».

Almoço-convívio dos trabalhadores da Alcoa (ex-«Indelma»): dia 24 às 13h, no restaurante «A Medideiras», com a participação dos candidatos da CDU **Fernando Gomes** e **Jorge Silva**.

Apresentação dos candidatos jovens, com animação de rua e artistas convidados: sábado, 24, 21h, no IFC Torrense.

SETÚBAL – Debate sobre desporto, com a participação de **Quinito** (treinador) e de **Hernâni** (campeão do mundo de Futebol de Praia): hoje, dia 22, 21h30, na Freguesia de S. Simão.

Debate sobre política cultural, com a participação de **Ruben de Carvalho** e **Joaquina Soares**: sexta-feira, 23, 21h30, na Soc. Musical Capricho Setubalense.

Festa Africana no Grupo Desportivo da Bela Vista: sábado, 24, às 17h. Estarão presentes **Carlos de Sousa** e **Carlos de Almeida**, candidatos à presidência da CM e JF, respectivamente.

Debate com a população no Grupo Desportivo da Gâmbia: dia 24, 21h. Participação de **Carlos de Sousa** e **Luís Custódio**, candidato à presidência da JF da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

Debate sobre política desportiva: dia 27, às 21h30, no Clube de Amadores de Pesca de Setúbal, com a participação de **Quinito**, **Hernâni** e de **Mário Matias**, vice-campeão do mundo de pesca desportiva.

Jantar com artistas na Soc. Musical e Recreativa União Setubalense, com a participação de **Carlos de Sousa**: dia 28, às 19h.

SINTRA – **Juventude CDU Sintra** – Sessão de «poesia e copos» no CT do PCP de Rio de Mouro, dia 23 às 21h30, promovida pelo Colectivo da Escola Leal da Câmara da JCP; **Debate sobre o Movimento Associativo** na Esc. Secundária Miguel Torga, em Massamá, dia 28 às 14h, com a participação de **Batista Alves**.

Encontro concelhio da Juventude CDU: dia 26, às 21h30, na sede da Candidatura CDU Sintra.

VALE DE CAMBRA – Distribuição de documentos na Feira de Vale de Cambra, com a participação dos candidatos: sexta-feira, 23.

VILA FRANCA DE XIRA – Debate sobre as freguesias de **Alhandra** e **Sobralinho** – na sede da CDU em Vila Franca, sexta-feira, 23, às 21h30, com a participação de **José Neves**, **Florentino de Carvalho** e **Fernando Caio**.

Alhandra – Apresentação do programa da CDU para a freguesia: sábado, 24, às 15h30, no Centro de Trabalho do PCP.

Magusto na escola primária de Cachoeiras: domingo às 16h.

Debate sobre Ambiente, com a participação de **José Neves** e **Rui Godinho**: quarta-feira, 28, 21h30.

Contactos com a população e distribuição de propaganda em **Póvoa de Sta. Iria** (dia 23, 9h), nos mercados (sábado de manhã) e bairros (sábado à tarde) de várias freguesias, na **Póvoa**, **Vialonga** e **Alverca** (domingo) e em **Forte da Casa** (na quarta-feira, 28, de manhã).

VILA NOVA DE FAMALICÃO – **Nine** – Apresentação pública dos candidatos à Assembleia de Freguesia e do programa eleitoral, com a participação do candidato **José Silva** e de **Celso Ferreira**, do Partido Ecologista «Os Verdes», e ainda de **Agostinho Lopes**, dirigente do PCP: sábado, 24, 21h, no Largo de Stº. António.

VILA NOVA DE GAIA – Santa Marinha – Apresentação dos candidatos CDU à freguesia: sábado, 24, às 17h, na Tuna Musical de Santa Marinha, com a participação de **Ilda Figueiredo**.

Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU

Hoje

22, no distrito de Aveiro

Aveiro – Às 17h00 – **Arruada na Av. Lourenço Peixinho**, com animação. **Ovar** – Às 19h30 – **Jantar de apoiantes** da candidatura CDU no restaurante «A Garrafeira». **Gafanha da Nazaré** – Às 21h30 – **Sessão pública** de apoio à candidatura CDU no Auditório do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré.

Sexta-feira

23, no distrito de Coimbra

Lorvão – Às 16h20 – **Magusto-convívio** de apoiantes da candidatura CDU. **Souselas** – Às 18h30 – **Encontro com a população** no Parque Alberto Dias Pereira. **Granja do Ulmeiro/Soure** – Às 20h00 – **Jantar de apoiantes** da candidatura CDU na Associação da Granja do Ulmeiro. **Vila Verde/Figueira da Foz** – Às 22h00 – **Sessão pública** de apoio à CDU.

Sábado

24, no distrito de Leiria

Peniche – Às 10h00 – **Visita ao Mercado**. **Caldas da Rainha** – Às 11h45 – **Arruada CDU** na Praça da Fruta e na Rua das Montras. **S. Martinho do Porto** – Às 13h15 – **Almoço de apoiantes** da candidatura CDU no restaurante «A Pirâmide». **Marinha Grande** – Às 19h30 – **Jantar de apoiantes** da candidatura CDU na sede da Ordem. **Sábado, 24, em Alcanena** – Às 18h00 – **Convívio de candidatos da CDU com a população** na sede da campanha da CDU (Lg. da Varandinha).

Domingo

25, no distrito de Castelo Branco

Castelo Branco – Às 13h00 – **Almoço com candidatos e apoiantes** da candidatura CDU no restaurante «Sentado em Pé» (Rua do Saibreiro). **Fundão** – Às 14h45 – **Contacto com a população** e distribuição de documentos sobre as eleições autárquicas na Avenida da Liberdade. **Boidobra/Covilhã** – Às 16h00 – **Entrega à Junta de Freguesia de Boidobra de um parque infantil oferecido pela AECOD** na colectividade «Estrela do Zêzere».

Segunda-feira

26, no distrito de Santarém

Couço – Às 18h30 – **Encontro com a população** na Casa do Povo. **Alpiarça** – Às 20h00 – **Jantar de apoiantes** da candidatura CDU no restaurante da Feira. **Entroncamento** – Às 21h30 – **Sessão pública/Festa de apoio** à candidatura CDU na sede da Cooperativa «Coperfor».

Terça-feira

27, no distrito de Braga

Famalicão – Às 19h30 – **Jantar de apoiantes da CDU** no restaurante «Solar da Rocha», em Arnoso, Santa Eulália. **Braga** – Às 21h30 – **Sessão pública de apoio** à candidatura CDU no Auditório do Instituto Português da Juventude.

Quarta-feira

28, no distrito de Beja

Aljustrel – Às 16h45 – **Encontro com a população** no Largo do Mercado de Aljustrel e em seguida com a população de **Ervidel**. **Alvito** – Às 18h30 – **Encontro com a população** na Praça da República. **Vila Nova de Baronia** – Às 19h30 – **Encontro com a população** junto à Casa do Povo. **Ferreira do Alentejo** – Às 20h00 – **Jantar de Apoiantes** à candidatura CDU nos Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo.

Quinta-feira

29, no distrito de Setúbal

Palmela – Às 12h30 – **Almoço com trabalhadores** da CM de Palmela na Soc. Filarmónica «Os Loureiros». **Setúbal** – Às 17h30 – **Arruada CDU na Baixa de Setúbal**. **Lavradio/Barreiro** – Às 20h30 – **Jantar de Apoiantes** à candidatura CDU no Pavilhão-Fábrica da ex-Quimigal, no Lavradio.



Amar Lisboa
«JUVENTUDE E LISBOA»
Café-concerto e debate sobre política de juventude
Doizamarelo músicos convidados
Voz do Operário, sábado às 21h

ATVer

S. Miguel
Tinha um Galo,
dos irmãos
Taviani

S. Miguel
Tinha um Galo

(Quinta-feira, 22.11.01,
RTP-2)

Numa adaptação livre da obra de Tolstói *O Divino e o Humano*, os irmãos Paolo e Vittorio Taviani realizaram em 1972 este **S. Miguel Tinha um Galo** contando a bizarra odisseia de um homem que passou 10 anos preso em total isolamento devido às suas ideias políticas para descobrir, no final, que os seus ideais haviam sido ultrapassados. Trata-se de uma evocação muito particular dos movimentos anarquistas que grassavam em Itália nos finais do século XIX, bem como de uma reflexão sensível e envolvente sobre a natureza efémera das revoluções e a eterna luta entre o individual e o colectivo.

O Monstro Está Vivo

(Sexta-feira, 23.11.01, RTP-1)

Produzido, escrito e realizado em 1974 por Larry Cohen, **O Monstro Está Vivo** foi um grande êxito na época ao explorar, com economia



vingativo de Richard Nixon, todavia Stone não deixa claro o que realmente pensa da personagem. Excelentes interpretações, em primeiro lugar de Anthony Hopkins como Nixon, mas também de Bob Hoskins, Ed Harris e James Woods.

Viagem Fantástica

(Domingo, 25.11.01, RTP-1)

Viagem Fantástica tornou-se um clássico do cinema de ficção científica, quer pelos efeitos especiais notáveis para a época (1966), e vencedores de um óscar, quer pela engenhosa ideia de colocar uma equipa médica num submarino miniaturizado ao nível microscópico para realizar uma viagem no interior do corpo humano com o objectivo de eliminar um coágulo no cérebro de um cientista. A aventura não falta um indispensável sabotador em plena nave, que quase provoca a catástrofe, mas o que verdadeiramente encanta (ainda hoje!) é a viagem e respectivos perigos pelo interior do corpo humano. Uma magnífica realização de Richard Fleischer, com Stephen Boyd e Raquel Welch em cabeças de cartaz.

O Mistério de Lochness

(Domingo, 25.11.01, TVI)

Mais uma variação sobre o célebre «monstro do lago Lochness», na Escócia, com a originalidade de grande parte do filme se encaminhar para a desmistificação da existência da criatura. Todavia – e para sossego tanto da intriga como do tema – lá para o fim algo acontece ao investigador do fenómeno que permitirá deixar tudo em aberto. Um filme para entreter, é claro.

A Balada do Soldado

(Segunda-feira, 26.11.01,
RTP-2)

A Balada do Soldado é uma notável realização do cineasta soviético Grigori Chukhraj que, em 1959, realiza esta comovente viagem de um jovem soldado à retaguarda para visitar a mãe, durante a II Guerra Mundial, como prémio pela bravura com que salvou vários camaradas das mãos dos nazis. Pelo caminho vai cumprindo alguns pedidos feitos pelos camaradas e conhecendo gente afectada pela guerra, que conforta. Reencontra a mãe, repara o telhado da casa e volta à frente de batalha, não sem antes conhecer Shura, por quem se apaixona. Uma sensível alegoria sobre a tristeza e a estupidez da guerra, filmada com rigor e grande sentido poético.

O Crime Perfeito

(Quarta-feira,
28.11.01, TVI)

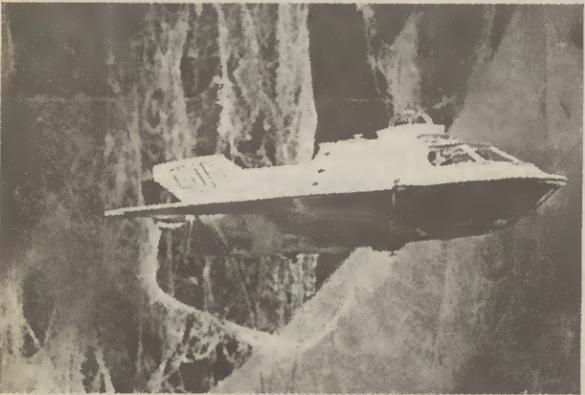
Uma investigadora militar acusa um oficial de ter morto a própria mulher, embora haja falta de provas, evidências e, até, do próprio corpo da vítima, que desapareceu. Para complicar as coisas, os militares que são interrogados reagem corporativamente e têm interpretações muito diferentes sobre o desaparecimento da vítima e o suposto homicídio, considerando o acusado como um marido perfeito e um soldado exemplar. Mais um filme de mistério em ambiente castrense que tem, como nota original, uma mulher no papel de investigadora. A confirmar.



A Balada do Soldado, uma bela alegoria sobre a estupidez da guerra



Anthony Hopkins faz um Nixon de mão-cheia



Viagem Fantástica, uma grande aventura no interior do corpo humano

de meios e eficácia narrativa, o tema das mutações genéticas aqui verificadas num recém-nascido, o que colocava igualmente em primeiro plano as angústias do parto. Houve várias sequelas, mas nenhuma logrou a competência dramática desta história nem a originalidade do tema, que explorava engenhosamente não apenas o perigo de uma ameaça inesperada e desconcertante (um recém-nascido predador e assassino) mas, talvez sobretudo, o medo pelo desconhecido e pelo diferente.

Nixon

(Sexta-feira,
23.11.01, TVI)

No seu jeito frontal e controverso, o cineasta norte-americano Oliver Stone dá-nos em Nixon um complexo retrato deste político que, como 37.º Presidente dos EUA, ficou indelevelmente marcado pelo escândalo Watergate e subsequente demissão do cargo, a par de ter protagonizado quer a mais selvática tentativa de destruir o Vietname à bomba quer a humilhante aceitação da derrota militar e política nesta guerra imperialista. Sem escamotear o carácter corrupto e

Quinta, 22

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
22.00 A Senhora das Águas
23.10 «Made Man, Cambada de Patifes» (de Louis Morneau, EUA/1999, com James Belushi, Michael Beach, Timothy Dalton. Acção)
01.00 24 Horas
01.20 «One Hell of a Guy» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Serviço Público
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Clube da Europa
20.00 Quem Sai no Seus
20.30 Nikki
20.55 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Jack and Jill
24.00 «São Miguel Tinha um Galo» (de Paolo e Vittorio Taviani, It/1972, com Giulio Brogi, Scarpa. Drama. Ver Destaque)
01.45 Livres e Iguais (Repetição)



Fernanda Montenegro, «estrela» de «As Filhas da Mãe»

«Acontece» tem direito a programa especial na RTP1, homenagem (de quem vê, pelo menos) à qualidade e à persistência que foram precisas para fazer 1600 emissões...

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.15 Porto dos Milagres
23.15 Especial Informação
00.15 Noites Marcianas
02.25 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.00 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nuncas Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.40 Ally McBeal
02.50 «Duas Vidas em Jogo» (de Michael Scott, EUA/1996, com Alex Carter, Corine Conley. Drama)
04.45 Que Loucura de Família

Sexta, 23

▼ RTP 1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Histórias da Noite
22.00 A Senhora das Águas
22.45 Paraíso Filmes
23.30 Serviço de Urgência
00.30 24 Horas
00.50 «O Monstro Está Vivo» (de Larry Cohen, EUA/1974, com John Ryan, Sharon Farrell. Terror. Ver Destaque)



«Na Terra da Abundância» é uma admirável transposição para televisão de um romance de Tim Pears. À quarta na RTP2

«Acontece» tem direito a programa especial na RTP1, homenagem (de quem vê, pelo menos) à qualidade e à persistência que foram precisas para fazer 1600 emissões...

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Retratos: «Jorge de Sena»
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Pontos de Fuga
19.30 Shakespeare, uma Análise Crítica (5)
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
20.55 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 História do Jazz (10)
24.00 «A Noite de S. Lourenço» (de Paolo e Vittorio Taviani, It/1981, com Omero Antonutti, Margarita Lozano. Drama)
01.45 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.00 Ganância
21.00 Jornal da Noite
21.30 As Filhas da Mãe
22.30 Porto dos Milagres
23.30 Gala Portugal Fashion
00.30 Noites Marcianas
02.45 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
13.00 TVI Jornal
15.10 Chiquititas
16.15 Animação Juvenil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nuncas Digas Adeus
23.00 Big Brother
00.40 «Nixon» (de Oliver Stone, EUA/1995, com Anthony Hopkins, Joan Allen, Ed Harris, James Woods. Ver Destaque)
04.15 Pensacola II

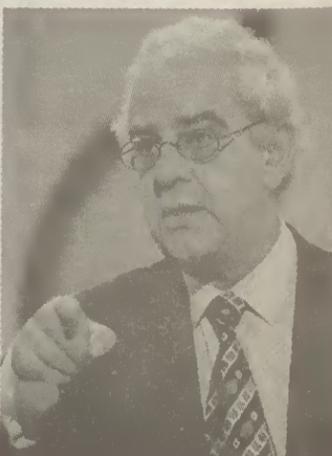
Sábado, 24

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 «Os Deuses Devem Estar Loucos na China» (de Dickson K. N. Tso, Hong-Kong/1994. Comédia)
17.10 «O Micro-Herói» (de Joe Dante, EUA/1987, Dennis Quaid, Martin Short, Meg Ryan. Ficção Científica)
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Braga-Benfica
23.00 Sábado à Noite
23.30 Programa não designado
24.00 «Sexo e Mrs. X» (de Arthur Allan Seidelman, EUA/2000, com Linda Hamilton, Jacqueline Bisset. Drama)



«Na Terra da Abundância» é uma admirável transposição para televisão de um romance de Tim Pears. À quarta na RTP2



01.20 24 Horas
01.40 «Na Alta Roda» (de Roger Hedden, EUA/1998, com Campbell Scott, Moira Kelly. Comédia)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Bombordo
20.30 Por Outro Lado
21.30 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britcom
00.30 Artes de Palco – Teatro: «A Vida Tem Destas Coisas»
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Mundo VIP
14.30 Walter, o Ranger do Texas
15.30 «Toca a Murchar» (de Daniel Petrie, Jr, EUA/1994, com Pauly Shore, Lori Petty. Comédia)
17.45 «O Guru» (de Stephen Herek, EUA/1998, com Eddie Murphy, Jeff Goldblum, Kelly Preston, Robert Loggia. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
22.00 Rex, o Cão Policia
23.00 O Espírito da Lei
24.00 «Alta Fidelidade» (de Stephen Frears, EUA/2000, com John Cusack, Iben Hjejle, Lisa Bonet, Joan Cusack, Catherine Zeta-Jones. Comédia)
02.00 «Contas Saldadas» (de Rod Hewitt, EUA/1998, com Lorenzo Lamas, Michael Paré. Comédia. Acção)

▼ TVI

08.30 Top Rock
12.00 Big Brother
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.00 Futebol Feminino (Portugal-Inglaterra)
17.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Survivor
23.45 «Albino Alligator» (de Kevin Spacey, EUA/1996, com Matt Dillon, Faye Dunaway, Gary Sinise, Joe Mantegna. Acção)
01.45 «Os Dólares e o Amor» (de Daniel Adams, EUA/1989, com Wendy Adams, Sandra Bullock, Jerzy Kosinski)



O regresso de Henriqueta Maia à televisão, agora confirmado em «A Senhora das Águas»

Domingo, 25

▼ RTP1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.30 Danza Café
16.30 «Viagem Fantástica» (de Richard Fleischer, EUA/1966, com Stephen Boyd, Raquel Welch, Edmond O'Brien. *Ficção Científica. Ver Destaque*)
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.00 Domingo Desportivo
22.30 «Raptada» (de Adolfo Martínez Solares, EUA/2000, com Maria Cochita Alonso, Jeff Fahey. *Suspense*)
01.50 24 Horas
02.10 «O Método» (de Kevin Lewis, EUA/1997, com Nick Sadler. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes de Memória
12.05 Palácio de Cristal
13.00 Turma das Ciências
13.30 Clube da Europa
14.00 Desporto 2
18.15 Amazônia, Último Aviso
19.15 Onda Curta
19.50 Artes e Letras (Arquitetos - Ricardo Boffil.)
21.30 Jornal 2
22.30 Travessa do Cotovelo
23.34 Sinais do Tempo
00.45 2010

▼ SIC

08.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Viagem à Corte do Rei Artur» (de Michael Gottlieb, 1995, com Thomas Ian Nish, Joss Ackland, Art Mallick. *Comédia. Fantástico*)
16.00 «Terramoto em Nova Iorque» (de Terry Ingram, EUA/1998, com Greg Evigan, Cynthia Gibb, Michael Moriarty. *Catástrofe*)
18.00 «A Primeira Vista» (de Irwin Winkler, 1998, com Val Kilmer, Mira Sorvino, Kelly McGillis. *Drama*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 A Minha Família É uma Animação
22.30 Herman SIC
00.30 Crime e Castigo (mini-série)
03.45 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação
10.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
13.45 Lux
15.00 «Going Home» (de Ian Barry, EUA/1999, com Jason Roberts, Sherry Stringfield, Clint Black. *Drama*)
17.00 «Max Q» (de Michael Shapiro, EUA/1998, com Bill Campbell, Tasha Smith. *Ficção Científica*)
19.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Nunca Digas Adeus
23.00 «A Cidade dos Anjos» (de Brad Silberling, EUA/1998, com Nicholas Cage, Meg Ryan, André Braugher. *Comédia*)
01.00 Big Brother
00.15 «O Mistério de Lochness» (EUA/1995, com Ted Danson, Joely Richardson. *Drama. Ver Destaque*)

Terça, 27

▼ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.30 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Acontece (Especial - Nº 1600)
22.00 A Senhora das Águas
23.00 «A Teia do Poder» (de Howard Himelstein, EUA/1995, com Danny Aiello, Elias Coteas, Era Down Chong. *Thriller*)
00.50 Segredo de Justiça
01.50 24 Horas
02.10 «Exorcismo» (de Jess Franco, Esp-Belg-Fr/1981, com Lina Romay, Catherine Lafférière. *Terror*)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 2010
13.50 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece (Especial Nº 1600)
23.30 O Legado
00.30 «Moscovo não Acredita em Lágrimas» (de Vladimir Menshov, URSS/1979, com Vera Alentova, Irina Muravyova, Raisa Ryazanova. *Comédia*)
02.05 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.00 Porto dos Milagres
23.00 Irmãos de Armas
24.00 Noites Marcianas
02.30 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Big Brother
02.10 A Juíza
03.15 «O Silêncio do Adultério» (de Art Hindle, Kate Jackson, EUA/1995. *Drama*)



A moda portuguesa em destaque - sexta-feira à noite na SIC e em pequenos apontamentos diários na RTP

Quarta, 28

▼ RTP1

07.30 Hora Viva
09.30 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Pedra sobre Pedra
15.10 Emoções Fortes
17.00 Quebra-Cabeças
17.40 Privilégio de Amar
18.25 Vidas de Sal
19.30 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 A Senhora das Águas
22.30 Sessão Especial (Longa-metragem)
00.25 Andrómeda
01.30 24 Horas
01.45 «Miami, Cidade em Fúria» (de Miguel Delgado, com Steven Bauer, Miguel Delgado. *Policial*)

▼ RTP2

07.00 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Por Outro Lado
14.00 Portugalmente
14.30 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 EXD Magazine
20.00 Quem Sai aos Seus
20.30 Nikki
21.00 Querido Bebê
21.30 Jornal 2
22.30 Acontece
23.00 Na Terra da Abundância
24.00 «Morreram pela Pátria» (de Sergei Bondarchuk, URSS/1975, com Vasili Shukshin, Vyachelav Tikhov. *Drama*)
02.45 Livres e Iguais

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.15 A Próxima Vítima
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.15 New Wave
19.10 Ganância
20.00 Jornal da Noite
21.00 As Filhas da Mãe
22.00 Porto dos Milagres
23.00 Irmãos de Armas
24.00 Noites Marcianas
02.30 Jerry Springer Show

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
11.30 Big Brother
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother
16.00 Batatoon
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.30 Nunca Digas Adeus
23.30 Big Brother
00.45 Causa Justa
02.50 «Crime Perfeito» (de Robert Lewis, EUA/1997, com Mitzzi Kapture, Nicky Searcy. *Ver Destaque*)

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

O crime no morro

Já se sabe: não basta ter um televisor para se aceder a notícias do mundo, quer dizer, a notícias credíveis, que não sejam apenas pedaços de propaganda indirecta dos poderes dominantes, do pensamento único, das guerras com inconfessados fins que invocam excelentes princípios. E porque não basta ter televisor, é preciso avançar nele com extremo cuidado por saber onde pomos não os pés mas os olhos e os ouvidos. É assim que às vezes convém estar atentos a uma reportagem que vem de França, a outra que vem da Grã-Bretanha, sem prejuízo de atentarmos nas boas reportagens que são de cá, feitas por jornalistas portugueses, que também as há e

relacionar com o que me parecem ser as suas causas. Sem ir muito longe nesse caminho, pois para tanto não me chega o engenho.

Uma espécie de cancro

O cenário da reportagem foi, como facilmente se adivinhará, as favelas sobranceiras à zona grãfina ou pelo menos humanizada do Rio, «o asfalto», designação que marca o contraste com as vielas dos morros que são de terra batida. Aí, no morro, vivem cerca de 200 mil cariocas «de segunda», excluídos ou sempre em risco de o serem, quase todos de cor. Desses, perto de 7 mil traficam droga. Não que o Brasil seja produtor de droga, mas parece ser um excelente e importante intermediário no seu percurso para o Norte.

A reportagem não disse para quem, qual o país que compra tão importantes quantidades de droga que dão para tanta gente viver desse comércio, e não decerto apenas na zona do Rio, mas tenho ideia de que ao Norte do Brasil avulta um país poderoso em vários domínios, também no poder de compra e na vocação comercial, chamado Estados Unidos. E, já agora, quero acrescentar que dizê-lo não é probatório de algum antiamericanismo primário, acusação a que se expõe quem formule sobre os States qualquer observação menos respeitosa.

Pior: receio que se, por hipótese felizmente absurda, o «opinion maker» Valente pusesse os olhos nestas linhas, logo me arrolaria entre a «Esquerda indígena» que garante ser apreciadora do *mullah Omar*. Segundo a reportagem da BBC, o tráfego da droga domina as favelas do Rio e, informação esclarecedora do que ali ocorre, a maioria da polícia tem participação nos lucros desse comércio. Por que será? Porque os negros e mulatos têm uma apetência incontornável para o crime em geral e para aquele crime em particular, coisa rática que lhe esteja inscrita no código genético? Talvez não. Talvez porque aquele país, que já há quase um século era considerado «a terra do futuro», está doente de uma espécie de cancro que lhe devora as imensas riquezas transferindo-se para o Norte, para o tal Norte que também lhe compra a droga, e por aí condena a população brasileira a uma miséria que por negra ironia podemos qualificar de multidisciplinar. Toda a população? Não senhores: um relativamente ínfimo segmento vive lindamente, acumula patrimónios de dimensão verdadeiramente indecente. Para que seja assim, nas zonas rurais continuam tragicamente actuais os testemunhos formulados por Graciliano em «Vidas Secas» e por Mello Neto em «Morte e Vida Severina», nas cidades vale ainda o que Jorge Amado escreveu em «Capitães de Areia» e «Jubiabá». Enfim, um horror. Mais: um continuado crime. Contra a humanidade, pois claro.



não tão raras quanto possa supor-se, eu diria que como testemunhos não apenas de competência mas também de coragem profissional. Essas, sim, dão-nos «notícias do meu país», tal como as boas reportagens que vêm de fora dão autênticas notícias do mundo. Foi no quadro do que já é uma rotineira pesquisa ao encontro das credíveis notícias do que vai por aí fora que encontrei, por exemplo, reportagens da BBC que não se confundem com aqueles telefilmes britânicos de propaganda anticomunista, solidamente pareça óbvio que prossegue sob a forma específica de «liquidação de ninhos de resistência». A uma dessas boas reportagens se aludiu aqui na passada semana, nela se lembrava a impune responsabilidade de Ariel Sharon em gravíssimos crimes de guerra. Hoje, se não se importam, falarei de uma outra reportagem da mesma origem que abordou o clima de crime endémico que reina no Rio de Janeiro, a «cidade maravilhosa» que na verdade o é, mas não para todos. E até talvez seja capaz, se de tanto for capaz, de partir da desgraça relatada pela jornalista da BBC para a

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Mudar

«Mudar» é, actualmente, o verbo mais utilizado nos espaços urbanos do país. Rostos sorridentes, em cartazes mais ou menos gigantescos e sempre coloridos, gritam a quem passa a necessidade de «mudar», embora o que efectivamente mude seja apenas o rosto de quem apela e a fórmula utilizada: «é preciso» mudar, «coragem» para mudar, «é tempo» de mudar, etc., etc., numa pobreza confrangedora.

Mas «mudar» o quê?

Ora aí está o que ninguém diz. E é aqui que bate o ponto desta campanha eleitoral para as autarquias.

A necessidade de «mudar» pressupõe pelo menos duas coisas: uma, a identificação do que está mal e, por isso, necessita ser mudado; outra, a apresentação de propostas alternativas que não apenas justifiquem mas, sobretudo, expliquem a necessidade de mudança.

Nada disso consta dos cartazes. Neles, um rosto e um sorriso dominam a cena, presidindo à lacónica afirmação de «mudar» não se sabe o quê, com quem, como ou quando. Fazendo fé na mensagem, tem-se a impressão de que aquela pessoa tão sorridente é uma câmara municipal completa que, sozinha, se propõe «mudar» o concelho sabe-se lá para onde. À sua volta é o vácuo, nada existe ou funciona, e o futuro consiste num imenso acto de «mudar» protagonizado pela figura do cartaz.

Nem a publicidade desceu a tal esquematismo.

Pelo menos, há geralmente nela um produto devidamente identificado, uma acção concreta ou um objectivo determinado.

Todavia, toda a gente sabe que uma câmara municipal é uma empresa complexa, frequentemente a maior do concelho a que preside, com centenas de trabalhadores, um corpo de dirigentes e uma miríade de actividades, que vão das infra-estruturas de saneamento à limpeza e recolha do lixo, dos arruamentos aos jardins, do trânsito ao ambiente, das estradas às papeleiras, da rede eléctrica às licenças de construção (para só darmos alguns exemplos), cabendo-lhe um trabalho multidisciplinar e plurifacetado que responda às necessidades sociais de funcionamento, qualidade de vida e bem-estar de populações inteiras. É, aliás, para isso mesmo que essas populações elegem em sufrágio directo os responsáveis autárquicos que gerem e administram os municípios.

Neste quadro, que sentido tem protagonizar num único indivíduo um trabalho colectivo de tal dimensão? É ele que tudo faz, administra e realiza? É óbvio que não. É ele que tudo determina e decide? Mal seria se assim fosse. Então que significa «mudar», em tal contexto? Em rigor, nada. Porque, em rigor, o trabalho autárquico pode ter um rosto mas é colectivo, pode ter uma voz mas responde por um corpo vasto de gente e de vontades, pode ter um líder mas resulta de uma política.

Por isso não basta dizer «mudar». É preciso dizer o quê, porquê e para quê. Tal como não basta fulanizar em alguém o objecto da mudança, porque a mudança não é um objecto individual que se transporta a bel prazer, mas um objectivo colectivo que colectivamente se fundamenta e constrói.

Dá a importância da prestação de contas entre o trabalho prometido e o realizado, da avaliação dos problemas e da construção das respostas, do debate colectivo sobre o que se fez e o que se quer fazer.

Dá a importância de nos lembrarmos que, em democracia, as eleições são um momento de avaliação não apenas entre o que se prometeu e cumpriu, mas também entre o que se prometeu e não cumpriu e, até, o que não se prometeu mas sub-repticiamente se cumpriu, confrontando tudo com as novas propostas.

Nada disto cabe num cartaz com um rosto a dizer que é preciso «mudar».

CGTP assina acordo favorável aos trabalhadores mas rejeita «plafonamento» na Segurança Social

Resistência empenhada

Ao subscrever o «acordo sobre a modernização da protecção social», a CGTP reafirmou que se vai bater para que o texto «tenha aplicação efectiva, bons resultados para o sistema e melhorias para os trabalhadores e reformados».

Na declaração de Carvalho da Silva – lida anteontem à noite no plenário da Concertação Social e cujo conteúdo teve a aprovação prévia do Conselho Nacional da central –, salienta-se que a CGTP e os trabalhadores «darão luta sem tréguas às teses assistencialistas e privatizadoras».

O acordo da CGTP ao documento foi dado «numa linha de coerência com as nossas posições, com uma sólida fundamentação política e técnica, construída nas sucessivas propostas que, ao longo dos tempos, vimos apresentando, designadamente em torno da discussão do chamado Livro Branco, e com a nossa intervenção activa em todo o processo que culminou com a aprovação, no ano passado, de uma nova Lei de Bases da Segurança Social».

Para a CGTP, como foi assumido em congresso, em 1996, o cálculo das pensões com base em toda a carreira contributiva é socialmente mais

justo, «desde que os salários considerados sejam revalorizados no mínimo pela inflação». Em 1998, recordou o secretário-geral da Inter, «reivindicámos que se fixasse “um período de transição suficientemente alargado”, assegurando que “os salários que

entram no cálculo possam ser correctamente indexados e a actual forma de indexação seja melhorada”». Ora, «o acordo a que se chegou concretiza estes vários aspectos» e «o novo cálculo garante que não haverá quebra de pensões, podendo haver até melhoria, sobretudo para os trabalhadores de baixos rendimentos e com carreiras com 20 e mais anos», enquanto «a manipulação na formação das carreiras cria injustiças e favorece, sobretudo, os que

têm maior capacidade económica».

O processo concluído na Concertação «não é em si mesmo a regulamentação da Lei de Bases», frisou a CGTP, exigindo a recuperação dos atrasos de vários meses nesta matéria.

O Governo «cedeu perigosamente às pressões» de alguns fortes sectores patronais e grupos financeiros, ao aceitar iniciar um processo de introdução do tecto contributivo, acusou Carvalho da Silva.

Carvalhas na Molin

O secretário-geral do PCP esteve anteontem à tarde com os trabalhadores da Molin, em Vila Nova de Gaia, reafirmando-lhes a solidariedade dos comunistas na luta pela reactivação da empresa, com a garantia dos direitos dos trabalhadores. Carlos Carvalhas visitou as instalações e participou na parte final de um plenário de trabalhadores.

A Molin era a única unidade produtiva portuguesa no fabrico de material de dese-

nho de alta precisão e de material escolar. Como recorda o Sinorquifa/CGTP, a empresa tinha 165 trabalhadores, facturava 1,7 milhões de contos por ano, possuía uma marca emblemática, com mercado interno garantido e mercado externo consolidado, mas «uma gestão desajustada e incompetente conduziu ao encerramento e à declaração de falência».

O sindicato denunciou que o IIEFP tem contactado alguns trabalhadores, sobre-

tudo mulheres, para lhes propor «ocupações profissionais que não correspondem às suas categorias e saberes profissionais, como jardineiros, empregadas de limpeza ou vigilantes, remunerados com o salário mínimo nacional». O Sinorquifa insiste em ser recebido pelo ministro da Economia, que não responde aos «inúmeros pedidos de audiência» que lhe foram dirigidos.

Já o presidente da Câmara Municipal de Gaia marcou para amanhã uma reunião com o sindicato, que pretende «aclara» as afirmações públicas de Luís Filipe Menezes sobre a existência de uma solução para os problemas da Molin e dos seus trabalhadores, lançados no desemprego. «A jornada de luta de 7 de Novembro, que incluiu uma concentração junto às instalações da CM de Vila Nova de Gaia, já teve as repercussões desejadas», comentou o Sinorquifa.

Pelo direito de optar

A garantia do direito de interrupção voluntária da gravidez e a alteração da actual lei foram as exigências saídas de um debate promovido, anteontem à noite, pela Plataforma Direito de Optar. Manuela Tavares, o padre Mário de Oliveira, Sónia Fortesinhos, Duarte Vilar e Odete Santos participaram, com mais de uma centena de pessoas, na iniciativa realizada na Cooperativa Árvore, no Porto.

A força das circunstâncias evidenciou, mais uma vez, a dolorosa realidade que é a prática do aborto clandestino. Os contornos do julgamento de dezassete mulheres, na Maia, forçam o reconhecimento do desespero que leva actualmente muitas mulheres

a recorrerem, por razões diversas, a esta prática.

Foi desmascarada a desadequação da legislação em vigor, face à realidade social. As críticas dirigiram-se sobretudo para aqueles que, na prática, defendem o alheamento como forma de lidar com este sério problema.

As motivações dissuasoras que levam alguns sectores sociais a argumentar contra a legalização da interrupção voluntária da gravidez foram alvo de críticas acesas por parte dos participantes no debate, por estarem na base de uma chantagem de consciências e conceitos morais e na origem de uma hipocrisia que leva a lei a chocar, da forma mais violenta possível, com a realidade.

A valorização dos direitos básicos da mulher, como a liberdade e a saúde, e de direitos como a maternidade consciente, estão na base da defesa da legalização da interrupção voluntária da gravidez até às 12 semanas. A exigência de uma nova concepção de maternidade, livre e consciente, foi também o fio condutor das várias intervenções no debate.

Com o objectivo de colocar a Assembleia da República na rota de discussão e decisão nesta matéria, a Plataforma tem a circular um apelo, a ser subscrito por um conjunto vasto de pessoas. O objectivo deste texto é sensibilizar os deputados e o Parlamento para a alteração da actual lei.

PCP quer Defesa na AR

O PCP requereu anteontem a presença urgente, na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, do ministro Rui Pena, com o objectivo de, «directamente» e «de imediato», esclarecer notícias, vindas a público, de que o Programa terá alterado o programa de aquisição de helicópteros para a Força Aérea, pretende fazer o mesmo relativamente ao programa de compra de submarinos e prepara a criação de um Estado-Maior conjunto.

«Estas alterações são em absoluto ignoradas pela Assembleia da República, que acabou de aprovar a Lei da Programação Militar», protestou João Amaral. No ofício que dirigiu ao presidente da Comissão Parlamentar, o deputado comunista recorda que a LPM foi aprovada a 27 de Setembro e publicada dia 14 de Novembro. «Embora se compreenda que é mais fácil “governar pelos jornais”, há obrigações para com a AR, quanto ao cumprimento das

leis, a que o Governo não se pode furtar», salienta.

João Amaral lembra ainda que a criação de um Estado-Maior conjunto é um objectivo que exige aprovação legal no Parlamento, mas «do que se pode deduzir da “governança pelos jornais” praticada pelo MDN, o Governo terá aproveitado, à revelia da Assembleia e abusivamente, uma “fresta” da actual Lei para pôr em movimento um embrião desse Estado-Maior conjunto, através de simples despacho».

Multibanco

A Comissão de Utilizadores da Banca, no âmbito das iniciativas que tem desenvolvido para impedir que, agora ou mais tarde, sejam aplicadas taxas às operações efectuadas nas caixas automáticas, anunciou para hoje, às 12.30 horas, um novo protesto, frente ao Banco Comercial Português, na Rua Augusta, em Lisboa.

Recebida sexta-feira pelo secretário de Estado da Defesa do Consumidor, a comissão ouviu-o expressar a discordância do Governo com aquela intenção de alguns bancos e revelar que o executivo apenas vai «acompanhar» a situação, sem prever qualquer iniciativa concreta.

